

Copy 1960

NOVOS RUMOS

DEPARTMENT OF LIBRARY VISITATION APR 10 1960

Repressão Fascista Contra os Negros na África do Sul

Texto na 7ª pag

ANO II Rio de Janeiro, semana de 8 a 14 de abril de 1960 Nº 58
Diretor — Mário Alves Redator-Chefe — Orlando Bomfim Jr. Gerente — Guttemberg Cavalcanti



Estado da Guanabara Autonomia Ameaçada

NO próximo dia 21, o Rio de Janeiro não será mais Distrito Federal. Surgirá o Estado Guanabara. Estão sendo programadas grandes festas populares. Teremos mesmo uma reedição do Carnaval.

Justas, sem dúvida, as festas. O novo Estado será recebido com alegria. Mas é necessário também ter-se em vista que existe verdadeira conspiração, contra o carioca.

Durante anos, os políticos lançaram mão de todos os recursos para negar à sua cidade o direito de ser autônoma. E esse empenho, ao que tudo indica, continuará mesmo com a mudança da Capital Federal Para Brasília. Que fazer para impedir que as novas manobras surtam efeito? Leia, a propósito, o artigo de Isaac Scheinvar, publicado na 3ª página do 1º caderno.

Depois da tragédia a vida recomeça entre ruínas e fome

A TRAGÉDIA das inundações no Nordeste, de que Orós foi a expressão mais comovente, continua a sensibilizar a opinião pública. Após o choque emocional do primeiro momento, toda a extensão da tragédia se apresenta agora através das informações sobre os sofrimentos: impostas a milhares de pessoas que, desabrigadas e famintas, enfrentam o duro problema de recomeçar a vida de novo. Publicamos, a respeito, artigo enviado por Anibal Bonavides, correspondente de NOVOS RUMOS no Ceará. (Oitava página).



Homenagens a Prestes na Bahia

CONSTITUIU um acontecimento de excepcional repercussão na vida política da Bahia a visita que acaba de fazer àquele Estado Luiz Carlos Prestes. O líder comunista esteve em Salvador e na cidade de Feira de Santana, recebendo calorosas homenagens do povo baiano e entrando em contacto com organizações democráticas e dirigentes de diversas fôrças políticas da «Boa Terra». Tanto em Salvador como em Feira de Santana, teve Prestes a oportunidade de falar em muitos grandes comícios, nos quais a sua palavra foi ouvida entre entusiásticas manifestações de simpatia e apoio. Prestes foi recebido pelo governador Juraci Magalhães, vice-governador Orlando Moscoso e os prefeitos da capital e de Feira senhores Heitor Dias e Amaldo Silva. Em entrevista coletiva à imprensa baiana, Prestes explicou a posição dos comunistas em face das próximas eleições, renovando o seu apelo para que todos os patriotas se unam em torno da chapa nacionalista Lott-Jango (Reportagem da 6ª página do 2º caderno).

Samuel Wainer fala sobre a Nova China

Artigo na
3ª pag. do 2º cad

Lott pôs lenha na fogueira de Jânio

INSISTINDO em manifestações primárias de anticomunismo, na entrevista de Belém do Pará, o marechal Feixeira Lott faz propaganda janista, comprometendo o sentido nacionalista e democrático de sua candidatura. Não podemos permitir, sem o nosso protesto, que o marechal ponha lenha na fogueira de Jânio, movido simplesmente por preconceitos retrógrados. Leia artigo de Mário Alves na 3ª página do primeiro caderno.

Trabalhadores do Rio passam em revista os seus problemas

FOI instalada quarta-feira, no Sindicato dos Têxteis, a III Convenção Sindicato dos Trabalhadores Cariocas. O conclave, que se encerrará no próximo dia 11, passará em revista os problemas mais palpitantes de mais de um milhão de homens, mulheres e jovens que trabalham na indústria, no comércio, nos transportes e demais ramos de atividade da Capital da República. Cerca de 500 delegados, eleitos nas fábricas e nas seções de trabalho, ou indicados diretamente pelos seus entes, estão presentes, representando as 44 organizações sindicais que aderiram ao conclave. Os estudantes, pela primeira vez, participam de um ato dessa natureza. Eles apresentarão uma tese sobre diretrizes e bases para a educação nacional. Também os funcionários públicos estão representados na III Convenção Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal. Na foto, flagrante da reunião dos marceneiros, quando elegiam seus delegados. Reportagem na página 2.



Cuba e o Brasil

LUIZ CARLOS PRESTES

A VITÓRIA da revolução popular em Cuba foi o acontecimento político mais importante dos últimos anos em nosso Continente. Após dois anos de luta armada, as massas populares de Cuba, dirigidas por Fidel Castró, derrubaram a tirania de Fulgêncio Batista e instauraram um novo poder, nacional e democrático. Apoiado no movimento revolucionário das massas, o novo poder vem tomando em prática medidas efetivas para garantir a soberania nacional e para transformar a estrutura econômica do país. Em Cuba foram derrotados e extirpados de raiz o exército reacionário e o serviço do imperialismo, a polícia que era um instrumento criminoso de repressão contra o povo e os órgãos de espionagem e de perseguições dirigidos pelos agentes norte-americanos. Mas, entre as medidas até agora adotadas pelo governo revolucionário, a mais transcendente e decisiva no terreno econômico e social foi a promulgação de uma Lei de Reforma Agrária, lei que proscreve o latifúndio e entrega a terra aos camponeses, assim como aos trabalhadores agrícolas e aos membros do Exército Rebelde que a solicitam.

A REVOLUÇÃO cubana golpeou, assim, profundamente o sistema tradicional de opressão dos povos latino-americanos constituído pelo domínio do imperialismo norte-americano e pela exploração baseada na propriedade latifundiária da terra. Nenhum acontecimento político na América Latina nos últimos anos podia por isto despertar tão grande atenção e tanta simpatia entre as massas populares. O heroísmo dos revolucionários cubanos desperta a imaginação da juventude e move as mais amplas massas populares de todos os países latino-americanos.

OS IMPERIALISTAS norte-americanos e seus agentes em diferentes países, inclusive no Brasil, não se conformam, no entanto, com a vitória do povo cubano. Compreendem perfeitamente que o exemplo cubano é contagiante. E por isto, seja com o propósito de reconquistar seus privilégios em Cuba, seja para defendê-los em toda a América Latina, tramam as provocações mais criminosas e revelam-se dispostos a tentar em Cuba, a exemplo do que foi feito na Guatemala, uma nova guerra de agressão. O bombardeio do território cubano em tempo de paz, assim como os incêndios de canaviais, com um prejuízo que já se eleva a cerca de 20 milhões de toneladas de cana, são indícios alarmantes de raiva e desespero.

MANEJANDO, mais uma vez, a velha e desmoralizada arma do anticomunismo, procuram difamar a revolução cubana que apresentam como resul-

tante de uma suposta intervenção comunista nos negócios internos de Cuba e acusam o governo de Fidel Castro de antidemocrático e totalitário, pretendendo negar o que efetivamente é — o governo mais democrático do Continente, um governo que conta não só com o consentimento, mas com a adesão entusiástica de mais de 90% de toda a população de Cuba. Além disto, com manobras e ameaças, procuram isolar a revolução para, em seguida, tentar esmagá-la e restaurar o domínio dos monopólios e dos latifundiários.

ESTA situação exige a vigilância de todas as fôrças nacionalistas e democráticas de nosso país e torna imperativa a solidariedade ativa de nosso povo à revolução cubana e ao seu governo revolucionário. Não podemos consentir que o Brasil, através de seu governo, seja cúmplice das manobras dos monopólios ianques contra o povo cubano ou que participe de quaisquer medidas oriundas dos Estados Unidos ou propostas pelo Sr. Eisenhower e o Departamento de Estado contra o governo de Fidel Castro. Defendendo Cuba, defendemos, na verdade, nosso próprio direito a termos um governo independente e a decidir soberanamente sobre os assuntos internos de nosso país.

A DERROTA da revolução cubana seria nossa própria derrota. Por isto, devemos, diante das ameaças que hoje pesam sobre a revolução cubana, manter-nos vigilantes, em condições de mobilizar com rapidez e no momento em que se tornar necessário, todo o que fôr preciso para contribuir para a derrota esmagadora daqueles que ousarem agredir Cuba. Cabe em particular aos comunistas tudo fazer para que se desenvolva em nosso país uma ampla campanha de solidariedade e ajuda ao povo cubano, procurando unir as mais amplas correntes de opinião para impedir que o imperialismo ianque — nosso inimigo comum — leve a cabo seus desígnios criminosos contra Cuba.

EM ENTENDIMENTO com as demais correntes políticas, devemos nós, comunistas, combater e desmascarar em todo o país as calúnias contra a revolução cubana, divulgar suas realizações, popularizar os feitos de seus heróicos lutadores, reforçar os vínculos de nosso povo com o valente povo cubano, organizar enfim uma poderosa solidariedade capaz de criar nas grandes massas de nossa população uma nítida consciência da importância da revolução cubana e sua incalculável contribuição para o mais rápido desenvolvimento de nossa própria luta pela emancipação nacional, pela democracia e pelo progresso do Brasil.



Portuários agora têm programa comum
UM PROGRAMA COMUM

Congresso do Recife Uniu Portuários de Todo o País

Os trabalhadores portuários de todo o país reuniram-se em seu I Congresso Nacional, na cidade do Recife, de 21 a 27 de março último. O conclave, convocado pela Federação Nacional dos Portuários, União dos Portuários do Brasil e Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, uniu, num programa comum de reivindicações, os trabalhadores regidos pelo Estatuto do Funcionalismo e pela Consolidação das Leis do Trabalho. Para levar à prática essa unidade foi criada a Comissão Permanente do I Congresso, que coordenará o movimento em torno das resoluções adotadas pelos 150 delegados que participaram do importante encontro.

Um fato novo

É a primeira vez que se realiza uma reunião de tal nível, congregando e unindo em fóruns de reivindicações econômicas e políticas os trabalhadores dos portos nacionais.

As várias organizações de portuários depois de considerarem a situação efetiva em que vivem os trabalhadores nos portos, não obstante os esforços desenvolvidos pelos seus órgãos de classes, concluíram que somente a realização de um Congresso Nacional, onde estivessem representados, todas as categorias de portuários do Brasil, ofereceria maior possibilidade para discussão e aprovação dos seus imediatos problemas.

Resoluções

Foi com esse objetivo que o Congresso, depois de eleger a sua Comissão Permanente e debater os vários problemas de interesse dos portuários incumbiu a citada comissão das seguintes tarefas: 1) Lutar para que seja criado o Conselho Nacional do Fundo Portuário, de composição paritária, para atuar junto ao Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais com a finalidade de fiscalizar a aplicação de Fundo Nacional dos Portuários. O Conselho será composto de trabalhadores, empregadores e representantes da M. V. Q. P.; 2) Lutar por uma legislação única para todos os trabalhadores portuários; 3) Criação da taxa para o atendimento do serviço dos vigias portuários; 4) Nacionalização e encampação dos portos nacionais; 5) Salário por produção para todos os trabalhadores portuários; 6) Instalação de turnos de higiene e segurança de trabalho nas Delegações Regionais; 7) Direito de sindicalização para os trabalhadores portuários e autônomos; 8) Criação da Comissão Paritária nos portos para fiscalizar a aplicação das tarifas portuárias e taxas de cobertura; 9) Adoção de férias de 30 dias para todos os trabalhadores portuários; 10) Ratificação das resoluções aprovadas pela II Conferência Sindical Nacional; 11) Mecanização dos serviços portuários, sem prejuízo das equipes de trabalhadores; 12) Direito de greve; 13) Apelar às quatro confederações de trabalhadores

para que estas convoquem o Congresso Nacional Sindical, conforme deliberação da II Conferência Nacional Sindical.

Opinião dos líderes

A propósito da realização do Congresso, nossa reportagem ouviu o líder Felipe Ramos, secretário da Federação dos Portuários do Brasil, que declarou: «O Congresso foi uma demonstração pujante de unidade. Ele selou a união entre os portuários autônomos, servidores públicos e trabalhadores regidos pela CLT».

Também o dirigente Walter Menezes, Presidente da Federação dos Portuários do Brasil, declarou que o I Congresso foi coroado de êxito, uma vez que o seu principal objetivo era, acima de tudo, unificar a família portuária, dividida em três categorias, e quase sempre lutando, cada uma, isoladamente, por suas reivindicações.

«Outra questão importante», continuou o Sr. Walter Menezes, «foi a decisão da Comissão Permanente de programar, para o mês de março do próximo ano, a realização do II Congresso dos Portuários, na cidade de Porto Alegre, para dar um balanço nas resoluções aprovadas no I Congresso e deliberar novas medidas».

Isso prova que os portuários querem continuar unidos e realizando periódicos encontros nacionais.

Finalmente, disse o Sr. Walter Menezes, esperamos também entrar em contato direto com outras organizações sindicais a fim de que o nosso entendimento seja restrito aos trabalhadores portuários, mas extensiva à classe operária brasileira. Estamos no firme propósito de participar em todos os movimentos sindicais, atuando para a solução dos problemas dos trabalhadores brasileiros. Somente procedendo assim, concluiu, poderemos ficar coerentes com o espírito nacionalista que predominou no Congresso, quando se proclamou que «o êxito na luta contra o subdesenvolvimento só é possível em bases nacionalistas».

Tempo quente no frigorífico Armour

São Paulo (Da Correspondente) — Os 2.000 trabalhadores do frigorífico norte-americano Armour, nesta Capital, dirigidos pelo seu Sindicato, lutam contra as alterações unilaterais nos contratos de trabalho, introduzidas pela empresa.

Tais modificações são altamente prejudiciais aos trabalhadores. Algumas significam, na prática, redução de salários, através de cortes nos prêmios de produção e colocação de operários horistas como tarefeiros.

Para tratar do assunto foi convocada pela DRT, uma reunião entre diretores do sindicato operário e representantes da empresa. Cerca de 400 trabalhadores compareceram à entrevista. O representante da empresa prometeu levar os protestos à diretoria do frigorífico, para que esta opine sobre a sua procedência e providências que tomará. A resposta será dada no dia 12 de abril, em nova reunião na DRT.

DISTRITO FEDERAL

Mais de um Milhão de Trabalhadores em Convenção

Mais de um milhão de trabalhadores do Distrito Federal, através de seus delegados, estão reunidos em sua III Convenção Sindical para discutir os problemas candentes do movimento sindical e do desenvolvimento independente do Brasil.

A Convenção instalou-se quarta-feira última, na sede do Sindicato dos Têxteis, com a presença de delegações representativas de todas as categorias profissionais, filiadas a mais de 40 sindicatos, escolhidos diretamente nas fábricas e locais de trabalho. O conclave traz, por isso, a marca das fábricas, e constitui uma autêntica representação dos trabalhadores cariocas.

A reunião das Comissões da III Convenção serão realizadas nos dias 7 e 8, às 19 horas; as sessões plenárias estão programadas para sábado às 14 horas, e domingo às 13 horas. A sessão solene de encerramento, que contará com a presença de personalidades e dos dirigentes das quatro confederações nacionais de trabalhadores será realizada no próximo dia 11, às 19 horas, na sede do Sindicato dos Têxteis, na rua Mariz e Barros, 65.

Na foto, os dirigentes sindicais Ari Campista, Rafael Martinelli, Geraldo Soares, Flávio Maciel, Hércules Correia dos Reis e Roberto Morena, minutos antes da instalação do conclave, batem papo sobre os problemas que constituirão o centro dos debates a serem realizados nas sessões plenárias.



Bate-papo que é uma tradição

Coerentes com a boa tradição, os líderes sindicais batem um papo amistoso, pouco antes da instalação da III Convenção Sindical dos Trabalhadores Cariocas.

Nota Sindical

Apoio à Revolução Cubana

Os dirigentes sindicais da Capital da República promoveram um ato de solidariedade aos trabalhadores cubanos. O acontecimento teve o sentido de uma tomada de posição do movimento sindical brasileiro e marcará, naturalmente, o início de uma campanha nacional de apoio aos bravos homens das fábricas e dos campos de Cuba. Apoio efetivo aos operários e camponeses cubanos que, com os seus fuzis a tiracolo, sustentam uma luta que é de todos os povos da América Latina, enfrentando um inimigo comum — os imperialistas norte-americanos — e promovendo a reforma agrária e a industrialização independente no seu país.

Os dirigentes sindicais cariocas denunciaram os crescentes atos de sabotagem contra o governo de Fidel Castro, e salientaram que uma das mais importantes tarefas dos trabalhadores, nos dias atuais, é salvar a revolução cubana, contra a qual se voltam os inimigos de todos os povos das Américas.

No ato realizado no Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários ficou decidido o início de uma campanha de solidariedade ao povo cubano. Essa campanha será marcada, principalmente, pela promoção de atos públicos, nas sedes dos sindicatos e em outros locais, com a finalidade de esclarecer o real sentido da revolução cubana, e o que ela representa, não apenas para os habitantes da outrora oprimida Pátria das Antilhas, mas para os trabalhadores de todos os países latino-americanos.

Outras iniciativas serão adotadas, entre as quais o envio de telegramas e abaixo-assinados à embaixada do Governo dos Estados Unidos no Brasil, protestando contra a onda de calúnias e de atos de sabotagem que partem do território yanque contra a revolução popular cubana. Os protestos repercutirão, notadamente, as ameaças oficiais yanques de promover o colapso na economia cubana, através da redução drástica da importação do açúcar.

Crescerá, desse modo, o necessário cerco de defesa em torno da revolução popular cubana. Revolução pela qual sonham e lutam os povos de todos os países subdesenvolvidos. Revolução que em Cuba promove a reforma agrária, transforma quartéis em escolas, nacionaliza as empresas imperialistas, e mantém os homens e mulheres, nas fábricas e nos campos, com os seus fuzis nos ombros, trabalhando com entusiasmo nunca visto, para transformar rapidamente a fisionomia do país.

Mas os agentes dos imperialistas continuam em sua faina sabotadora. Os grupos despojados das suas riquezas feitas criminosamente às custas do sangue e do suor do povo cubano, prosseguem incendiando plantações, bombardeando usinas, assassinando trabalhadores, ameaçando de invasão o território libertado. Os trabalhadores brasileiros compreendem a gravidade da situação. A revolução cubana, justamente porque reflete os ideais de independência e liberdade dos povos latino-americanos, encontra-se seriamente ameaçada de agressão aberta pelo imperialismo yanque. Os brasileiros, ao lado dos seus irmãos das Américas, levantam-se, para sustentar com os cubanos, a bandeira da revolução, erguida na Sierra Maestra. Nesse sentido, acaba de ser firmado um acordo de apoio mútuo entre as centrais sindicais de Cuba e da Venezuela. O acordo prevê o envio de voluntários ao país que venha a ser agredido, e o boicote no embarque de petróleo venezuelano para os E.U.A., caso seja perpetrada a agressão contra Cuba.

Nilson Azevedo

Solidariedade ao povo cubano

O embaixador e a embaixatriz de Cuba nesta Capital (foto, à esquerda) ouvem o líder dos trabalhadores têxteis cariocas, Hércules Correia dos Reis, no ato promovido pelos sindicatos do Distrito Federal, de solidariedade à revolução cubana. A solenidade, realizada na noite do dia 1º de abril, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários, marcou o início de uma série de atos que serão promovidos, em apoio aos revolucionários cubanos e de protesto contra a sabotagem e as tentativas de intervenção estrangeira em seu território. Fizeram uso da palavra os dirigentes Benedito Cerqueira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos; Nelson Mendonça, secretário da Federação Nacional dos Marítimos; Armand Ziller, vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito; Mecando Rachid, presidente do Sindicato dos Rodoviários; Filipe Manoel, líder bancário venezuelano, em nome dos bancários das Américas; e Valério Konder, do Movimento dos Partidários da Paz. A solenidade, presidida por Rafael Martinelli, presidente da Federação Nacional dos Ferrovários, foi encerrada pelo Chefe da Missão Econômica de Cuba na América do Sul, que agradeceu a solidariedade dos trabalhadores brasileiros.

Defende Teu Direito

Consulta de Hedefonso de Sousa Mota

...Fui despedido da firma com onze meses de trabalho. Recebi o Aviso Prévio Tenho direito a férias?

De acordo com a lei, não tem. O direito a férias só é adquirido, segundo o art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho, «após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho». Assim, o operário que não completou um ano de casa não tem, em qualquer circunstância, direito a férias.

As férias proporcionais são devidas quando o empregado é despedido sem razão, tendo mais de 1 ano e 150 dias (5 meses) de casa.

Por exemplo: — O operário A, tem um ano e 6 meses de casa. Se é despedido sem razão, tem direito a receber um período de férias completo, e mais 7 dias de férias proporcionais, porque, depois de completo o primeiro ano, ficou à disposição do empregador, menos de 200 e mais de 150 dias. Se o tempo em que ficou à disposição do empregador é superior a 200 ou 250 dias, as férias proporcionais devidas, são de 11 e 15 dias, respectivamente.

Em resumo: para receber férias proporcionais é necessário que o empregado:

- tenha mais de 1 ano e 150 dias de casa;
- seja despedido do emprego sem justa causa.

«Trabalho na mesma firma há mais de cinco anos. Sou sempre despedido, com baixa na carteira, antes de completar um ano, recebendo sempre o Aviso Prévio de oito dias, porque o patrão alega que sou direita. Tenho direito a mais alguma coisa?»

Tem direito a receber o Aviso Prévio de 30 dias e as indenizações por tempo de casa, entendendo-se por este, a soma de todos os períodos trabalhados, Tem ainda direito a férias em dobro e, quando for despedido, a férias simples.

O procedimento do empregador do consultante é muito comum, principalmente nos ramos de transportes rodoviários e construção civil. É uma fraude grosseira à lei, e usada em larga escala em virtude do desconhecimento que os operários têm dos seus direitos.

O artigo 453 da Consolidação das Leis do Trabalho, diz que «no tempo de serviço do empregado, quando readmitido, serão computados os períodos ainda que não continuem, em que tiver trabalhado anteriormente na empresa, salvo se houver sido despedido por falta grave ou tiver recebido indenização legal».

De acordo com a lei, portanto, os períodos trabalhados para o mesmo empregador, só não podem ser somados, se o empregado der justa causa para a dispensa ou se ele recebe, quando despedido, a indenização legal.

No caso do consultante, entretanto, vê-se que, nem deu ele justa causa para a dispensa (sempre recebeu o Aviso Prévio, reparação que, como se sabe, é devida quando o contrato de trabalho é rescindido sem culpa do empregado), nem jamais recebeu a «indenização legal». Sempre recebeu Aviso Prévio. Mas Aviso Prévio não é indenização, e o seu recebimento, de acordo com a lei, não impede a soma dos períodos trabalhados.

Everaldo Martins

Quatro medidas para o Estado da Guanabara

ISAAC SCHEINVAR

Aproximando-se o dia 21 de abril, data da mudança da Capital da República, e para os que moram nesta cidade, que sempre viveu sob o guante da intervenção federal, surge a ameaça de vê-la continuar por um período talvez longo, cuja duração vai depender da capacidade de reagir do povo carioca.

A intervenção federal foi sempre uma das causas da situação caótica em que se encontra a cidade do Rio de Janeiro: por ser a população mais adiantada politicamente, capaz de servir de exemplo às outras unidades da federação, é que as forças reacionárias sempre fizeram questão fechada em não conceder autonomia ao povo carioca. A sua custa, viviam os seus direitos democráticos, sempre se concederam favores e privilégios ao grupo Light, aos exportadores de café, aos negociantes de toda a ordem, e aos americanos da Tetracap e do Escandalo da água. Arruinou-se a máquina administrativa através do emprego de um, aplicado no Distrito Federal, serve, para atender as manobras políticas de todos os Estados da União, enquanto o povo está em falta dos serviços mais elementares.

Desde 1957 que se debate e se tenta solucionar o problema da organização do Estado da Guanabara, sem êxito.

Quando a campanha do Sr. Jânio Quadros estava no auge, e parecia certa sua vitória, a UDN lutava pela autonomia do futuro Estado. Agora, porém, que o candidato entristecido sofre derrotas e as possibilidades das forças nacionalistas são cada vez maiores, inclusive para vencer aqui as eleições, decal o entusiasmo da UDN que praticamente enrola a bandeira demagógica que antes desfaldava. Autonomia em palavras, mas colocando pedras no caminho: é a tática da oposição udenista.

Ao sabotar a autonomia do povo carioca, o governo (Juscelino Kubitschek, Armando Falcão, Augusto Frederico Schmidt) na realidade prejudica a candidatura do Marechal Lott — embora este, conforme se declarou, seja favorável à organização democrática do Estado da Guanabara — dando argumentos aos inimigos dessa candidatura. E' esta, certamente, a intenção destas forças. Na administração municipal, udenistas e membros do Club da Lanterna ocupam postos-chave. O atual prefeito e seu «primeiro-ministro» Alvaro Americano são instrumentos diretos do Sr. Augusto Frederico Schmidt, adversário conhecido da candidatura do Marechal Lott. Ainda esta semana, conforme noticiário nos jornais, esses senhores concederam ao provocador Carlos Lacerda o título de cidadão benemérito do Distrito Federal. Enquanto isso, sabotou-se ostensivamente a candidatura do Marechal Teixeira Lott, como ocorreu no dia em que S. Excia. deixou o Ministério da Guerra, ten-

do a prefeitura proibido terminantemente as facilidades de transporte particular necessárias a quem o povo pudesse comparecer à homenagem que na ocasião lhe era tributada.

O mau encaminhamento do problema do Estado da Guanabara está no momento prejudicando, antes de mais nada, a campanha presidencial: está desunindo as forças que podem e querem apoiar a candidatura do marechal Lott, mas que também desejam uma justa solução para a questão.

Além da intenção consciente das forças reacionárias de manter a intervenção sobre o povo carioca, existem ainda os entraves decorrentes da diversidade de opiniões e de pontos de vista quanto a como organizar o futuro Estado.

Há alguns meses estávamos ao lado dos que se batiam pela eleição de um governador e de uma Assembleia Constituinte, que seriam empossados a 21 de Abril, dia da mudança da capital, determinando isto a dissolução da atual Câmara de Vereadores, que não foi eleita para o fim de elaborar uma Constituição e nem para ser Câmara estadual.

Esta solução, contudo, a mais democrática sem dúvida, não foi viável, não houve forças para torná-la viável, e o fato é não ser mais possível haver eleições locais senão a 3 de outubro de 1960, junto com as eleições presidenciais.

Diante da situação criada, tendo em vista que o perigo maior que hoje se apresenta é de ser a intervenção prolongada por um longo período e talvez atingir até a própria Câmara Municipal, com seu

fechamento puro e simples, torna-se necessário que as forças políticas se unam em defesa da autonomia da terra carioca e que sejam feitas concessões por parte de todas as correntes, a fim de se chegar a uma forma unitária capaz de liquidar de vez com a odiosa intervenção federal que, se mantida após a mudança, agravará todos os já difíceis e graves problemas da atual capital da República, inclusive pela separação geográfica entre povo e governo.

Dai propomos quatro medidas que se nos afiguram unitárias:

- 1) Eleição a 3 de outubro de um governador e de uma Assembleia Constituinte.
- 2) Após a elaboração da Constituição, a transformação dos constituintes juntamente com os atuais vereadores, em deputados estaduais até 31 de janeiro de 1963, fim do mandato dos atuais vereadores.
- 3) Até 3 de Outubro deverá ser indicado um governador provisório ratificado pelo Senado Federal.
- 4) Substituição do atual grupo que dirige a PDF, hostil à candidatura Lott, por um governador provisório integrado nas forças e na campanha favoráveis à candidatura Lott-Jango.

Embora tendo, certamente, falhas, esta solução é a mais unitária e viável no momento. A autonomia do já próximo Estado da Guanabara, com eleições a 3 de Outubro de 1960 para governador e constituintes, deve ser também a nossa plataforma no processo da campanha pela sucessão presidencial.

Democracia Para Brasília

A maioria governista conseguiu acabar na Câmara com a obstrução que vinha sendo feita pela UDN visando impedir a aprovação do projeto que dispõe sobre a administração de Brasília. A mudança será feita assim já existindo a lei de organização da nova capital.

Há, porém, no projeto uma série de aspectos reacionários que as forças democráticas não podem permitir que sejam mantidos. Resalta, entre eles, o que se refere à Câmara do Distrito Federal. O projeto submete a uma verdadeira camisa de força o Poder Legislativo de Brasília — limitando o período de seu funcionamento a apenas quatro meses no ano, ve-

do a prerrogativa, e exigindo maioria absoluta (quando a lei orgânica do atual Distrito Federal exige maioria simples) para ser derrubado o veto de prefeito (que, segundo o projeto, será nomeado pelo Presidente da República) aos projetos aprovados pela Câmara.

As forças democráticas não podem concordar tampouco com a nomeação de prefeito para Brasília. Por que negar ao povo do Distrito Federal o direito de ele mesmo escolher, através de eleições, o seu governador? Os candidatos que construíram Brasília, têm o direito de exigir democracia para a nova capital.

Povo não foi ver comício janista

Domingo à tarde, devia realizar-se em Ipanema um comício pró-Jânio. Apesar de toda a propaganda feita, na hora marcada não apareceu a assistência. Oradores havia muitos, tendo à frente o deputado Menezes Côrtes, mas nem sombra de povo. A decepção foi enorme. E um udenista irreverente, voltando-se para o parlamentar há pouco tempo mimoseado com um sócio do general Kruehl, fez o comentário: — Então, general Côrtes, é assim que se começa a sua campanha para governador da Guanabara?

Uma viagem para os leitores de NOVOS RUMOS

Este número de NOVOS RUMOS pode valer, para o leitor, diversos prêmios, entre os quais uma viagem ao Rio, a Brasília, a Recife, a Porto Alegre ou qualquer outra capital. Guarde-o, pois. E aguarde as informações que a respeito publicaremos brevemente.

Lott Pôs Lenha na Fogueira de Jânio

MARIO ALVES

Nosso candidato à Presidência da República, o marechal Teixeira Lott, resolveu reiterar seus sentimentos anticomunistas e anti-soviéticos numa entrevista em Belém do Pará.

Obstina-se o marechal em repelir o apoio eleitoral dos comunistas. «Não tomo conhecimento» — disse, de cara fechada. Ora, um dos piores erros que se pode cometer em política é não tomar conhecimento dos fatos. Se o marechal está preocupado em negar a existência de compromissos entre ele e os comunistas, não havia necessidade de tanto azedume. Os próprios comunistas já afirmaram que não têm objetivos exclusivistas na campanha presidencial. Nada pediram, nem pedem ao candidato Lott. Exigem apenas que ele se mantenha fiel à causa nacionalista e democrática.

Parece, no entanto, que o marechal Lott insiste em dar demonstrações públicas de um lamentável primarismo anticomunista. Não o sente o ilustre chefe militar que o anticomunismo é uma bandeira esfarrapada e inglória, uma bandeira de batalhas perdidas?

Por que repelir o apoio eleitoral dos comunistas, se estes são cidadãos que gozam dos direitos civis e estão obrigados, como todos os brasileiros, ao dever cívico do voto? Os comunistas escolheram o candidato que julgam melhor. Admitimos que o marechal Lott, com a sua formação e os seus preconceitos, julgue o comunismo um erro. Mas, se os comunistas acertam e escolhem o candidato melhor, isto é, o marechal Lott, por que repelimos? Seria, além de uma demonstração de inépcia política, um gesto odioso impróprio de um católico.

Porventura supõe o marechal Lott que o apoio eleitoral dos comunistas pode comprometer-lo de alguma forma com a ideologia marxista-leninista? Seria um temor irrisório. Não ignora o marechal que os comunistas já concertaram, em várias oportunidades, alianças eleitorais com os partidos que hoje o apoiam — o PSD e o PTB. E nem por isso os próceres petebistas e pessedistas mudaram suas convicções católicas ou capitalistas.

Mais estranha ainda é a seguinte afirmação do marechal Lott: «Com os atuais dirigentes da União Soviética não é possível manter re-

lações. A Rússia primeiro deve democratizar-se. Só admito relações com a Rússia depois de ela operar uma mudança em sua política interna.»

Esta afirmação absurda não pode deixar de ser condenada por todos os nacionalistas, por todos que vêem na candidatura Lott a esperança de uma política exterior independente para nossa pátria. O marechal Lott não deve desconhecer que uma das principais condições para assegurar a paz e a amizade entre as nações é uma política de não intervenção nos assuntos internos de cada país. A tese do marechal Lott tornaria inadmissíveis as relações diplomáticas entre países de regimes diferentes. Aceita essa tese como princípio de política internacional, estariam anulados todos os esforços que vêm sendo feitos para o estabelecimento da coexistência pacífica.

O marechal Lott acha que, por ser democrata e católico, não deve admitir relações diplomáticas entre o governo brasileiro e o soviético. Entretanto, o presidente Gronchi, chefe do governo democrata-cristão da Itália, não só é partidário das relações com a URSS como vai a Moscou em visita cordial aos dirigentes comunistas. O general católico De Gaulle recebe Kruschiov amistosamente em Paris. E nem a Itália e a França deixaram de ser países católicos e capitalistas, nem a URSS deixou de ser um país socialista.

Nosso ilustre candidato está ainda algo defasado em face da realidade atual. Precisa atualizar urgentemente seu pensamento em relação à URSS e ao comunismo.

Se fazemos estas observações críticas à entrevista do marechal Lott, é precisamente porque o consideramos candidato das forças nacionalistas e democráticas, e desejamos sua vitória. Declarações como essas de Belém do Pará podem ser consideradas propaganda janista e não propaganda lottista. Contando já com o suporte eleitoral da reação e do entreguismo, Jânio se lança agora à demagogia desbragada para tentar iludir o eleitorado de esquerda. Sua viagem a Cuba tem este objetivo. Não podemos permitir, sem o nosso protesto, que o marechal Lott ponha lenha na fogueira do janismo, movido simplesmente por preconceitos retrógrados.

Teses Para Discussão Iniciam Debate Entre Comunistas

NOVOS RUMOS publicará em sua próxima edição um importante documento intitulado «TESES PARA DISCUSSÃO» no qual são abordados os problemas fundamentais da política dos comunistas brasileiros.

Com a publicação desse documento, inicia-se nas colunas de NOVOS RUMOS um amplo e livre debate, ao qual estão chamados a participar todos os comunistas.

As «TESES PARA DISCUSSÃO» serão publicadas em suplemento especial, que acompanhará cada exemplar do jornal e não poderá ser vendido separadamente.

Fora de Rumo

Paulo Motta Lima



Há estados de espírito verdadeiramente insuportáveis. E o caso da quebra da moeda triste de Padre Miguel que segunda-feira se envenenou à véspera do casamento. Estranha também é a angústia do sr. Otávio Mangabeira. Internado na clínica de repouso em que instalou sua tribuna, habituou-se a fazer, dali, declarações ao «Diário de Notícias». «Não sei — disse ele ao jornal do sr. Dantas — se é o meu estado de saúde que me leva a ver doente o Brasil ou se, ao contrário, é a situação de gravidade extrema a que chegaram as coisas no país que se reflete de modo tão pernicioso no meu estado de saúde». A declaração, bem longa, tem forma simples e cristalina. Seu conteúdo, porém, é de um pessimismo tremendo. Uma análise política elavada de empirismo e de golpismo, feita num português ameaçado de desaparecer da circulação e de sucumbir, desprotegido, sob o frenético bombardeio de cacarejos das man-

chetes de jornais e do nutrido «pinga fogo» da Câmara.

Também inspira cuidados o caso do sr. Lacerda. Vindo da Europa, onde interrompeu tratamento, sua presença é agora apontada pelos cronistas do Palácio Tiradentes como fator de crise na UDN. O sr. Magalhães Pinto, com os seus modos de raposa, está fugindo às léguas do incômodo corralzinho. Através de cartas quilométricas e de telegramas caríssimos, Lacerda, mesmo na Europa, vinha ofendendo os amigos sem explicação razoável. Agora lê-se nas folhas que esses sintomas estaríamos exigindo precauções especiais.

O novo caso Lacerda manifesta-se enquanto se acende a polêmica entre a Sociedade Protetora dos Animais e o Departamento de Veterinária da Prefeitura, a respeito de recentes casos de raiva.

Foi em Reims que os fascistas alemães capitularam em maio de 1945. Mas foi também no Catedral de Reims que um Prelado do Sacro Colégio pontifício mandou apagar as luzes dos altares e esconder furtivamente a óstia e o cálice de vinho num sótão, quando da visita de Kruschiov ao monumento insigne. Quanto mais lustres os

O Circo Janista

Pode parecer cômico mas é verdade nua e crua: João Dantas (diretor do «Diário de Notícias») e Afonso Arinos (senador da UDN e alcaide) estão empenhados numa luta sem tréguas pela conquista do Ministério do Exterior no ex-futuro governo de Jânio Quadros. Enquanto Arinos considera que o Itamarati deve ser seu por «direito natural», Dantas argumenta que já está sendo, na prática, o chanceler do homem da vassoura. E ambos afirmam que já têm o compromisso formal de Jânio de entregar-lhes a casa de Rio Branco — embora o Ministério seja um apenas, e o que é um detalhe de que os dois «ministros» se esquecem, não existe a mais remota possibilidade de cair nas mãos de um janista.

Por alguns dias, transferiu-se a luta para Havana. O combate se travava aí em dois «frontes» principais. Primeiro, para ver quem conseguia aperecer mais do que o outro, como assessor e porta-voz de Jânio. A vitória parece ter cabido a João Dantas, que conseguiu «sequestrar» o pensamento de Jânio sobre a reforma agrária e as relações do Brasil com os Estados Unidos, embora o próprio Jânio achasse necessário fazer em seguida novos «clareamentos».

O segundo «fronte» foi a das intrigas — e aqui Arinos soube muito bem explorar as suas habilidades tanto de parlamentar como de alcaide. As maliciosas referências feitas por Dantas ao reacionarismo não conseguiram, ao que parece, apagar a impressão profundamente desfavorável ao diretor do «Diário de Notícias», provocada por um editorial publicado no «Diário» do dia 25 de fevereiro e que Arinos exibiu triunfante. Refere-se o editorial à manifestação de solidariedade feita a Fidel Castro pelos estudantes brasileiros, no momento em que Eisenhower passava em frente à sede da UNE. João Dantas condenava então o gesto dos estudantes como uma «atitude lamentável» e ia além, atingindo pessoalmente o chefe da revolução cubana, que era acimado de «editor latino-americano». Arinos venceu indiscutivelmente nesse segundo «fronte».

A disputa Dantas x Arinos no campo de batalha do Caribe terminou com um empate. E empatada ela terminará porque, afinal de contas, é uma luta em torno de um fantasma...



Contudo, não alimentamos o pessimismo do sr. Mangabeira. Haverá época em que os piores estados mórbidos terão cura fácil. Será a época em que todos os homens usarão a cortesia, respeito e a bondade uns aos outros. O sr. Oscar Diniz, chefe do Grupo de Trabalho da Câmara que em Brasília trata da mudança, acha que a Nova Capital apressará a chegada de dias de paz entre homens de boa vontade. Nascimento no Rio, em Brasília logo se apaixonou pela cidade planaltina. «Brasília, disse ele, será uma cidade humana, em que todos se conhecerão e se cumprimentarão». Sabendo disso, o sr. Lacerda apressou-se em apresentar projeto retardando a data da mudança da capital...

Panorama

O Problema Ademar

Apesar do descontentamento generalizado no PSP e entre a massa de eleitores que tem acompanhado esse partido, o prefeito Ademar de Barros insiste em se dizer candidato à Presidência da República. Insiste contra as tendências manifestadas pelo que há de mais representativo em seu próprio partido e contra a realidade política do país. A verdade é que ninguém — talvez nem mesmo Ademar — acredita nessa candidatura.

Primeiro, porque o candidato Ademar, se a tanto se aventurasse o presidente do PSP, não teria a mais longínqua possibilidade de vitória. O quadro sucessório fixou-se afinal em Lott e Jânio. O eleitorado que, em outras circunstâncias, poderia dar os seus votos a Ademar já tomou posição, em sua grande maioria, a favor da candidatura de Lott. Trata-se, em geral, de trabalhadores e homens do povo que querem utilizar o voto como um instrumento para impedir a eleição de Jânio Quadros e sabem que o caminho certo a seguir é cerrar fileiras em torno da chapa nacionalista Lott-Jango. Outra parte desse eleitorado — a menor — mantém-se indecisa, à espera de que Ademar se decida em definitivo. Mas é muito pouco provável que esses eleitores se dispusessem a acompanhar o prefeito de São Paulo sabendo que ao fazê-lo estariam contribuindo para alimentar a candidatura de Jânio, cuja perseguição ao «cademarismo» não se interrompeu um só instante.

Além disso, é evidente que a temeliosa de Ademar em se dizer candidato e a sua relutância em integrar o esquema das forças que se aglutinam em torno da candidatura nacionalista de Lott estão-se convertendo, cada dia mais, numa ajuda indireta a Jânio, principalmente em São Paulo, onde há setores que ainda não participam na campanha lottista só à espera de uma decisão do presidente do PSP. Pode-se afirmar que, em sua maioria, esses setores aguardam a palavra de Ademar porque preferem seguir juntamente com ele para a candidatura de Lott. Mas, com ou sem Ademar, não marchariam com Jânio.

Chega-se assim a um ponto em que a suposta candidatura de Ademar se reduz a uma manobra divisionista, abertamente pró-Jânio. Dai as notícias que já circulam sobre um acordo secreto, que teria sido concluído entre Ademar e Jânio — notícias que provocam verdadeira indignação, sobretudo em São Paulo, nas fileiras cademaristas.

E' tempo de Ademar, se quiser manter a influência que exerce sobre uma parte relativamente considerável do eleitorado e conservar a sua reconhecida liderança no PSP, definir-se com a seriedade que a luta sucessória exige e que é reclamada pelos seus próprios amigos. Do contrário, ele estaria mesmo servindo a Jânio — mas o que levaria consigo?

Incapaz de encontrar solução para as crises em que está mergulhada, a UDN caminha para novos choques internos à medida que se aproximam as eleições estaduais. No Rio Grande do Norte, por exemplo, parece inevitável uma cisão de alto a baixo na «eterna vigilância». Os dois candidatos à sucessão estadual são da UDN: Aluisio Alves (secretário-geral do partido) e Djalma Maranhão. O governador D'Arte Maris apóia o segundo, enquanto em torno de Aluisio Alves começam a reunir-se outras forças políticas. Não passará das próximas semanas mais essa cisão no tantas vezes cindida UDN.

Almir Motos



Comemorado em S. Paulo o aniversário do PCB

Os comunistas do bairro de Tatupé, na cidade de São Paulo, festejaram com uma feijoada realizada em Vila Antonieta o 38º aniversário do Partido Comunista do Brasil. A festa, a que estiveram presentes centenas de pessoas, coroou com um comício (foto) em que falaram o ex-deputado Pedro Pomar, o presidente da Sociedade Amigos de

Vila Antonieta, Sr. Mário Longo e o Sr. José Duarte. Os oradores, ressaltando a importância do papel do Partido Comunista na sociedade brasileira, acentuaram a necessidade da existência legal do Partido da classe operária e conclamaram todos os patriotas e democratas à luta pela vitória das candidaturas nacionalistas de Lott e Jango.

REPERCUTE O 1º ANIVERSÁRIO DE NR

“NOVOS RUMOS” NOS ANAIS DA ASSEMBLÉIA DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte (Da Correspondente). — O deputado petebista Hernâni Maia pediu a transcrição nos anais da Assembleia Legislativa Estadual do suplemento especial de NR — «A Inflação no Brasil, suas causas, seus efeitos e meios de combatê-la», publicado em nosso n.º 54, comemorativo do 1º aniversário do jornal. Disse o deputado Hernâni Maia que assim o fazia porque o estudo sobre a inflação deve ser conhecido por todos aqueles que se preocupam com o desenvolvimento do país e a elevação do nível de vida do povo.

dores de encômios e dignos de figurarem neste parlamento. Entretanto, estando as forças do sr. Luiz Carlos Prestes apoiando o ilustre marechal Teixeira Lott, é, no momento, o único trabalho que em profundidade traça rumos para o presidente atual e o futuro.»

Mais adiante, referindo-se à penetração do imperialismo em nosso país, disse o deputado Hernâni Maia: «Devemos nos rebelar contra essa tutela e discutir os mais sérios problemas econômicos, vazados pelos socialistas, porque eles estudaram estes problemas e os nossos partidos não nos deram até hoje um trabalho com a segurança que nos deu a equipe de economistas do sr. Luiz Carlos Prestes. Por isso, desejo incluir no meu discurso este trabalho, na íntegra, para que Vv. Excias, tenham conhecimento desse estudo publicado no jornal NOVOS RUMOS.

Recife

Recife (Da Correspondente). — A Câmara Municipal do Recife, por ocasião do aniversário de NR, aprovou uma moção de congratulações pelo trabalho de esclarecimento político exercido pelo jornal. A moção, apresentada pelo vereador Miguel Batista, do PTB, foi muito bem recebida pela opinião pública da cidade.

Volta Redonda

Volta Redonda (Da Correspondente). — Por proposta do vereador

Silvestre Pereira Rosa, aprovada por unanimidade pelo plenário, a Câmara Municipal da Cidade do Aço enviou a NR um telegrama de congratulações «pela passagem do 1º aniversário de existência a serviço do povo brasileiro na luta contra o subdesenvolvimento».

ENCONTRO FRATERNAL DE BANCÁRIOS DAS AMÉRICAS

Luta Contra o Subdesenvolvimento e o Inimigo Comum: o Imperialismo

Líderes bancários de vários países das Américas, reunidos num encontro fraternal nesta cidade, de 26 a 30 de março último, firmaram uma importante declaração de princípios, visando a intensificar a ação comum da corporação e dos demais trabalhadores, em todo o Continente, para melhor enfrentar os fatores sociais que se opõem ao progresso das nações latino-americanas.

A declaração, que é firmada pelos bancários do Brasil, Chile, Venezuela, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Cuba e CADEB (Confederação Americana de Bancários), salienta, entre outros pontos, os seguintes: 1) a necessidade de lutar pelo reforçamento das atividades da Confederação Americana de Bancários e pela realização do III Congresso dessa entidade, no mais breve espaço de tempo possível, a fim de unificar as campanhas reivindicatórias de toda a corporação; 2) lutar pela realização de um Encontro Fraternal dos Trabalhadores da América Latina, com a finalidade de dar corpo à criação de uma entidade que congregue os obreiros americanos; 3) pugnar pela criação de centrais sindicais americanas e pela

SAL-GEMA: RIQUEZA A EXPLORAR

Reportagem de GENNYSON AZEVEDO

FOI visitando o moderno Instituto de Tecnologia e Pesquisas de Sergipe que tomamos conhecimento da existência de importantes reservas de sal-gema no Estado. O sal-gema (cloreto de sódio extraído das minas) é matéria-prima indispensável à produção de soda cáustica e barrilha, produtos de grande importância para uma infinidade de ramos industriais. Para Sergipe a exploração das jazidas e a montagem de uma fábrica de alcalis viria trazer um enorme progresso.

A descoberta do sal-gema

As primeiras jazidas de sal-gema, em Sergipe, foram descobertas em 1942, no município de Nossa Senhora do Socorro, quando a Companhia Itatig-Petróleo Asfalto e Mineração S/A realizava perfurações em busca do ouro-negro. De 11 poços perfurados pela ITATIG e pela IBASA (Indústrias Brasileiras Alcalinas S/A) é encontraram a jazida.

Em 1957 a companhia BRACEPA S/A interessou-se pela exploração comercial do sal-gema encomendando um projeto à firma francesa KREBBS (Paris), submetendo-o em seguida a apreciação do Instituto de Tecnologia de Sergipe. Depois de tudo isto realizado, como por encanto os planos foram abandonados e nunca mais se falou no assunto.

O que é incontestável é o valor comercial da jazida. Os relatórios dos engenheiros que trabalharam para as diversas companhias interessadas (momentaneamente) na exploração do sal-gema não deixam dúvida sobre isso. Entre eles estão figuras conhecidas em todo o país como: Albino M. R. de Souza, Donald Campbell, Lindonor Mota (Superintendente da Petróbrás para Sergipe e Alagoas), Ernest Denis e outros. Além disto, foi realizado o levantamento gráfico dos perfis das minas, calculando-se que a espessura do banco salífero varia de 8 a 127 metros, estando a uma profundidade média de 1200 metros.

Cálculos realizados pelo engenheiro Othon Henry Leonardos estimam a reserva de cloreto de sódio em 100.000.000 de toneladas. Os professores do Instituto de Tecnologia e Pesquisas de Sergipe (Petrú Stefan, Léonida Tancu e Antônio Tavares Bragança) ampliam esta estimativa para 140.000.000 de toneladas.

Matéria-prima para 1.200 anos

O projeto para a instalação de uma fábrica de alcalis apresentado pela BRACEPA S/A, estabelecida em São Paulo, com financiamento de vários e poderosos grupos franceses, realizado pela firma parisiense KREBBS, previa a produção de: 70.000 t. de soda cáustica eletrolítica; 60.000 t. de ácido clorídrico; 86.000 t. de fosfato dicálcico; 10.000 t. de barrilha.

Para alcançar esta produção seriam consumidas 110.000 t. anuais de sal-gema, o que significa que a jazida de N. S. do Socorro supriria as necessidades da fábrica de alcalis durante 1.270 anos.

É fácil calcular o efeito benéfico, para um Estado como Sergipe, da instalação de uma indústria tão importante como a de alcalis. Seu reflexo nas atividades industriais dos Estados vizinhos (Alagoas, Bahia e Pernambuco) também seria importantíssimo.

Algumas conclusões

São passados 3 anos após o abandono do projeto KREBBS e até agora a concessão para a exploração do sal-gema não foi utilizada pela firma interessada. Esta riqueza, de cuja existência não é possível duvidar, precisa urgentemente ser explorada. Se os capitais privados não se interessam em industrializá-la cabe ao Estado a responsabilidade de promover o seu aproveitamento. Uma empresa de capitais mistos, nos moldes da Cia. Siderúrgica Nacional, poderia ser criada visando a extração do cloreto de sódio e construção da fábrica de alcalis. Aliás, conste que o governador Luiz Garcia,

em sua campanha eleitoral, prometeu ao povo sergipano a solução deste importante problema. É hora de cumprir a promessa.

Resposta ao Leitor

Ponte sobre o Rio Paraíba

«Está na iminência de desabar a ponte sobre o rio Paraíba, nesta cidade. A ponte está, atualmente, interdita, e que ocasiona graves prejuízos ao comércio e à indústria, pois é por ela que se faz a ligação do município com a via Dutra para Rio e São Paulo», é o que nos escreve o leitor Aníbal Fonseca, de Jacaré, no Estado de São Paulo.

Rua Laura Brandão

Comunica-nos a leitora Emília Kamprad (D. Federal) que no dia 27 último foi inaugurada, no subúrbio de Deodoro, uma rua com o nome de Laura Brandão, homenagem póstuma prestada pela Câmara de Vereadores.

Cooperativa

O leitor Oscar Rodrigues, de São Vicente (SP) escreve-nos pedindo orientação para bem dirigir uma cooperativa de consumo. Tratando-se de assunto complexo, impossível de ser tratado pelas colunas de nosso jornal, comunicamos ao sr. Oscar Rodrigues que enviamos sua carta à nossa Secreária de São Paulo para que um de seus integrantes o procure pessoalmente a fim de prestar os esclarecimentos necessários.

Circo janista

De Belo Horizonte, o leitor Altamiro Silva escreve-nos para denunciar a utilização dos salões de Supergás Companhia, própria estadual, para a realização de atos antinacionalistas, em favor da candidatura do sr. Jânio Quadros.

Papagaios faladores

Recebemos, e agradecemos, o conte do leitor Joaquim Benício da Silva (Monte Carmelo-MG). Infelizmente, por falta de espaço, não o podemos publicar.

Rei e Rainha

Do leitor Joaquim Teixeira Chaves (Belo Horizonte-MG) recebemos uma dissertação sobre a vida de uma princesa que eliminava todos os pretendentes à sua mão. Pelos mesmos motivos expostos na resposta anterior, não a publicamos.

We like Fidel

De autoria do dr. Francisco Ayres (Goiania-GO) recebemos interessante poema sobre o feito dos estudantes cariocas — faixa saudando Fidel Castro quando da visita do presidente dos Estados Unidos a esta cidade. Infelizmente não costumamos publicar poemas, salvo quando solicitados. Obrigado.

Lott-Jango

Comunica-nos o leitor Benedito Mião, de Santa Fé do Sul (SP) que ali foi organizado um comitê de propaganda das candidaturas Lott-Jango.

Sapé

«A Associação dos Trabalhadores Agrícolas desta cidade conta atualmente com mais de quatrocentos associados, em sua maioria arrendatários, homens que lutam tenazmente pela sobrevivência da prole sempre numerosa, é o que nos escreve um leitor do Estado da Paraíba.

Carta do Sertão

Limbreiro do Ceará,
L'inscrevo, cumpado Ze,
Do sertão qui virô brejo
Dessa cidade-mare.

Ah, poeta vaquero,
Nunca vi terrô maio!
A gente tôda chorando,
O orô s'agigantando
Eam se vê a luz do So.

Doze noite d'agonia:
O jaguaribe gemendo...
O relampo sortando fogo,
A terra s'astremecendo!
Os forte isperando a morte
E os mais fracos morrendo.

Na grande seca de quinze
O cramê num foi iguá,
Esse inverno de sessenta
Disgração o Ceará.
E' bastante II dizê:
Não se tem o qui cumê
E nem adonde morá.

Tão morrendo de fome
Infilizes criancinhas!
Morrem de frio nos campo
As nossas santas veinhas.

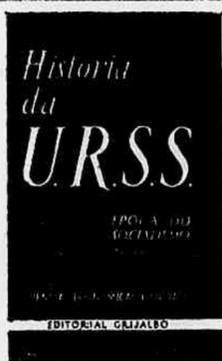
Se o orô arrombasse,
No meio do paredão,
Pra duzentas mí pessoas
Num havia sarvação.

Tão contando pur aqui
(Você sabe q'eu num brinco)
Qui o Farcão disse mangando:
— O governo tá lis dando
Cinquenta invernos em cinco!

Ai do Ri de Janeiro
Vocês mande o qui pudê
Pra sarvá a nossa gente...
Pôs o momento é cruê...
«Tôda rôpa serve ao nu»
S'agradece o qui viê.

Meu padrin Ciço pidu,
Ao povo do Ceará,
Pra gente butá nás urna
O nome do Marechá
E do grande brasileiro
Qui de Varga foi herdêro!
O doutô João Gulá!

Grandecido pelas premissa
Ao santo do Canindé,
Aqui fica o teu cumpado
De sempre: Zé Xaviê.



Já saiu em português

Sob o patrocínio da Academia de Ciências da URSS. 1 volume, 830 páginas, em brochuras.

Temos em nosso Departamento de "Atualidades Soviéticas", edições recentes sobre filosofia, economia, história, medicina, educação, ciência e técnica, agrobiologia, ballet, novelas e clássicos da literatura.

Cr\$ 650,00

Livraria das Bandeiras Ltda.

Rua Riachuelo, 342 — Loja 2
Fone: 36-4871 — São Paulo.

Atendemos pelo Reembolso Postal.

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavalanti
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.

Secretário — Fragmon Borges
REDATORES
Almir Matos, Rui Facó, Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.

MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7844
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905

Endereço telegráfico — «NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS
Anual Cr\$ 250,00
Semestral > 130,00
Trimestral > 70,00

Aérea anual, mais Cr\$ 100,00; semestral, Cr\$ 50,00; trimestral, Cr\$ 30,00.

Número avulso Cr\$ 5,00
Número atrasado > 8,00

Benditas Sejam

O título da crônica saiu de uma exclamação que acabo de fazer neste momento: as crianças da Escola Cécio Barcelos, minha vizinha, estão chegando para as aulas. E' manhã cedo e elas cantando, rindo alto, papagueando como se fossem as crianças mais felizes do mundo. Exclamam: Benditas sejam! e sento à máquina para escrever mais uma crônica que fale delas, que lamente muita coisa que lhes acontece e que louve o amor tão ingênuo e tão simples que têm pela vida.

Outro dia — ano passado — andou por aqui uma professora norte-americana fazendo palestras sobre os problemas dos pequeninos no mundo de hoje. Entendia mesmo do assunto, não vinha com salvações da matéria plástica nem com divindades de chicles. Era uma mulher estudiosa de um problema, que poderia ter nascido com outra língua em outro país. Deia jamais esquecer uma frase que é enorme: a criança rica é também um ser infeliz porque é prisioneira do arranha-céu, Sim; o problema da criança é imenso. Há as pobres, desvalidas, desgraçadas crianças que vão das mãos estendidas, corpos magrinhos, nenhum sorriso, crianças que podem ter mães mas são tão desamadas que é como se nada tivessem, as outras, crianças abandonadas sem lar nem pai, as crianças sem escolas nem hospitais, sem creches nem jardim de infância (tudo custa tão caro que mesmo trabalhando muito, certos pais não podem pagar creches nem escolhinhas para os filhos) até as crianças ricas prisioneiras dos arranha-céus.

O cronista Antônio Maria de «Última Hora», numa seção de polícia que ali mantém, contou outro dia histórias de crianças. Uma delas sobre dois meninos de seis e sete anos que andam à solta em Copacabana, «subindo e descendo ruas». Incriminou os pais com certa razão, ouviu de doméstica que os meninos fogem muito, ouviu do avô que os meninos são terríveis, e não viu uma coisa simples e grave. Os meninos fogem de casa porque as crianças são como os pássaros, os animais e os homens; gostam da liberdade, têm horror às prisões. Mãe e pai precisam trabalhar para manter a casa, com quem deixar os filhos? Exigir que uma doméstica por si já tão cheia de problemas se dedique de corpo e alma aos pequeninos é exigir demais. Onde está o erro? Apenas e simplesmente no governo. Esses pequeninos deviam estar num jardim de infância, deviam passar o dia numa escola, num lugar onde não apenas estivessem guardados, mas onde aprendessem muita coisa, inclusive o amor à coletividade. Mas o que farão esses pais se tudo é pago, caro, difícil, se não há nada, absolutamente nada gratuito, livre, para que os menininhos possam ter ocupação?

Quando vejo nossas praças tão bonitas, quando olho nossos jardins, fico imaginando como era bom que junto aos «play-grounds» houvesse (como no Lido) escolas e bibliotecas, professoras e ajudantes que com as crianças transformassem a praça num amplo, livre, bonito encontro de crianças com o livro e a «brinquedagem». Aposto que com isso meninos jamais precisariam fugir de casa.

«CARRO DE BOI BOM E' O GEMEDOR...»

Bernardino de Souza escreveu um livro avantajado sobre o carro de boi — «Ciclo do carro de bois no Brasil». A obra póstuma do escritor baiano, fartamente ilustrada, não tem, ao que nos lembra, paralelo em nossa bibliografia histórica. E' uma monografia sólida, vasta, minuciosa.

Mas, quando se trata desse primeiro veículo que o Brasil conheceu, o erudito não briga com o pitoresco.

Os moradores das nossas grandes capitais, máxime nesta época de aviões a jato e de velocidades supersônicas, não compreendem tais sentimentos, mas os homens do interior, mesmo quando exilados nestas urbes tumultuárias, jamais poderão esquecê-lo.

Novo folclore ensina que: Carro de boi que não canta não é bom Carro de boi bom é e gemedor...

Ah! E' preciso ter visto o carro de boi nos caminhos floridos, os bovinos olhando a gente com uma expressão quase humana nos olhos cansados. E' preciso ter ouvido o carro de boi, entre as sombras do crepúsculo, chiando, chiando, inter-

minavelmente, tristemente, monotonamente.

O carro de boi, que ainda hoje encontramos em grande quantidade em nosso interior, onde ainda cumpre uma função econômica importante, em tanta parte, fol, em tempos, indispensável a nossas antigas fábricas açucareiras, consoante recorda o Sr. José Alípio Goulart, em «Transportes nos engenhos de açúcar» (Instituto do Açúcar e do Alcool) — 1959).

Nos tempos coloniais e até neste século, o milenar veículo transportou gente e mercadorias, senhores e escravos, cana de açúcar e objetos domésticos, tudo o que era preciso transportar para comodidade da vida humana, por atalhos ou largas estradas do Brasil.

Em breve, talvez esteja reduzido a mera peça de museu.

Mas, nos remotos sertões de nossa pátria, ainda se ouvirão nos caminhos perdidos dentro da mata densa folclóricos como estes:

Vorta, Mimosa!... Vorta Feiteiro!...

Avia, peste... Vorta, boi Coroa!

M.C.F.

Notas Sobre Livros

Como ando agora em busca de certos dados que se relacionem com a história do Partido e do movimento operário brasileiro anterior a 1922, acontece-me encontrar velhas notas de leitura, de que nem me lembrava mais, com indicações sobre o assunto que neste momento me preocupa.

E' o caso, por exemplo, de uma página do livro — *Le Socialisme et le Congrès de Londres*, publicado em Paris no ano de 1897, e de que é autor o sociólogo francês A. Hamon, socialista-libertário muito conhecido em seu tempo. Trata-se de um estudo histórico — Tal o seu subtítulo — consagrado ao Congresso Socialista Internacional que se reuniu na Capital inglesa durante o mês de julho de 1896. Na primeira parte do volume, Hamon faz um apêndice informativo do movimento operário e socialista mundial, naquele fim de século, e é aí que vamos encontrar umas poucas informações relativas ao Brasil, que nos interessam particularmente, como se verá a seguir:

«No Brasil o socialismo se encontra ainda em estado embrionário. Nas províncias do Sul, São Paulo, Rio Grande do Sul, é onde ele cresce mais, graças à emigração italiana e alemã. Em Santos há uma União Operária, um Partido Operário, que são social-democratas. Em 1895, alguns intelectuais fundaram (em Santos) um Centro Socialista, grupo que é também social-democrata, mas fortemente influenciado pelas obras de Benoit Malon, que o Sr. Magalhães Lima divulgou nessas regiões. Esse grupo publica em português um jornal bimensal — *A Questão Social*. Os homens mais em vista da social-democracia brasileira são os Srs. Silvério Fontes, Sóter de Araújo, Carlos de Escobar, Espiridião de Medeiros, Mariano Garcia, Cirilo Costa, Benedito Ramos, etc. Há grupos operários alemães (União Geral dos Trabalhadores) na província de São Paulo, que formam o núcleo do Partido Operário. Aí se publica, em quatro línguas, o jornal hebdomadário socialdemocrata *O Socialista*.

«Os socialistas anarquistas são muito perseguidos de três anos para cá. Não publicam mais nenhum jornal, mas editam folhetos, reedições e traduções. Os italianos fornecem o mais forte contingente ao socialismo anarquista, e em sua maior parte são comunistas.»

A terminologia designativa das várias tendências do movimento operário é a que se usava no tempo, algo diversa da que usamos hoje. Mas são exatas as informações de Hamon, inclusive no concernente aos nomes das pessoas. Poder-se-ia apenas acrescentar o título de outra publicação — *O 1º de Maio*, número único, comemorativo do Dia do Trabalho, editado em São Paulo em 1895, conforme consta do livro de Freitas Nobre — *História da Imprensa de São Paulo*, São Paulo 1950.

Já tenho dito mais de uma vez, ao tratar da fundação do P.C.B., que não havia no Brasil uma tradição de partido socialista organizado em âmbito nacional. Houve diversas tentativas locais, tanto em São Paulo como no Rio Grande do Sul e no Rio, e ainda noutros estados. E' o que nos confirma o livro de Hamon. Houve também mais de uma tentativa desajustada de abrangimento pelo menos boa parte do território nacional; mas não passaram de tentativas de breve duração. A realidade é que as condições objetivas existentes não facilitavam o trabalho que se fizesse em tal sentido, e daí os sucessivos malogros. Quando apareceram semelhantes condições, após a primeira guerra mundial, o partido surgiu — e foi precisamente o Partido Comunista.

Atorjido Pereira

ESCRITORES - APLAUDEM CUBA DE FIDEL CASTRO

Corre mundo a legenda heróica dos «barbudos» da Sierra Maestra. Cuba é bem um símbolo da vontade indomável dos povos de viverem segundo seus próprios designios, de acertarem e errarem sem a nociva ingerência estrangeira naquilo que representa seu modo particular de vida.

Arrebatando os quatro cantos do mundo, Cuba atrai a simpatia de todos os povos. Dos livres e dos que seguirão o mesmo caminho. Multiplicam-se as demonstrações de solidariedade à gloriosa ilha do Caribe, de homens que nela vêem um exemplo e uma esperança.

Publicamos neste número declarações de intelectuais que, entre outros, manifestaram seu apoio à revolução cubana. E isso é tanto mais oportuno, quando constatamos a ameaça que paira sobre a terra de Fidel Castro, ciosos que estão os «irmãos» do Norte em impedir que lhes seja arrebatada a tutela — danosa para os cubanos — que até pouco ali exerciam.

Jean-Paul Sartre

— Se Cuba for atacada o povo da Europa apoiará o povo cubano — afirmou o famoso escritor, dramaturgo e filósofo francês em entrevista à imprensa.

O autor de *Os Caminhos da Li-*

berdade, figura de prol na luta mundial pela manutenção da paz, após ressaltar que as ameaças do exterior só podem contribuir para consolidar ainda mais a unidade do povo cubano e nunca para dividi-lo, acentuou:

Ernest Hemingway



Hemingway

Durante a visita de A. Mikoian a Cuba, o dirigente soviético manteve uma palestra com o norte-americano autor de *O Velho e o Mar*. Entre outras observações sobre a ilha que bem conhece, Hemingway declarou ser o governo de Fidel Castro o primeiro honesto na História de Cuba.

— O governo atual de Cuba é o primeiro a servir ao povo. Os governantes anteriores abusavam do poder em seu próprio benefício e de sua camarilha — asseverou o escritor norte-americano, testemunha da gestão de vários governos cubanos.

Marques Rebêlo

Fizemos questão que desse perfil de opiniões sobre Cuba participasse um brasileiro. Para isso, procuramos Marques Rebêlo, uma das figuras de maior projeção em nosso mundo de idéias. Apesar de muito atarefado com a revisão de sua obra *O Espelho Partido* (vinte anos de Brasil), aquiesceu prontamente a conceder uma entrevista a NR.

— É espantoso que um dos menores países da América, um país insular e tão próximo dos Estados Unidos, isto é, do inexorável capitalismo americano, fosse o teatro da primeira revolução verdadeiramente nacional das Américas — afirmou.

— Quanto à projeção do feito dos «barbudos» nos demais países americanos, o autor de *Oscarina* adiantou:

— Significa tanto para os povos latino-americanos, que não há palavras que bastem para fixar e enaltecerem a revolução cubana. Não creio que nenhum homem digno deste nome e que viva e sofra nas Américas não se sinta «em Cuba», naquilo em que se quer cubano e que quer a independência real da

terra pátria, o respeito pela dignidade nacional. Se a revolução cubana pode, sob certos aspectos, tomar um caráter trágico ou cômico, isto não é mais de que circunstância ímota ao homem. Mas entre atos de tragédia e de comédia, processa-se a mais elevada atitude que já se teve na América, seja a de um país subdesenvolvido mostrar que tem força para enxotar o dominador da sua riqueza e do seu povo.

Ao ventilarmos o problema da possibilidade de uma invasão de Cuba pelos norte-americanos, inflamou-se o espírito vivaz de Marques Rebêlo. Foi veemente:

— O que é inominável é que existam na ainda apática América almas escravas, dóceis ao jugo escravista e que tentam, solidárias com os escravizadores, turbar a grandeza da revolução cubana, criar anticorpos à sua expansão, ver crimes onde só há atos de justiça social. Não temos dúvidas de que tais desgraçados serão ainda sufocados e vencidos, mas perguntaremos: quando, em cada país subdesenvolvido da América, haverá uma revolução cubana?

Encontro com a poesia

Erato esteve no «Louis Lumière», transatlântico francês que faz a rota sul-americana. E' que nele, à proteção da musa da poesia lírica, navegaram juntos o percurso Montevideu-Rio, a prosear conversas de dar inveja, dois grandes poetas contemporâneos — Vinícius e Neruda.

O criador do *Canto General* viajava com destino à Europa, onde deverá permanecer alguns meses. Nas poucas horas que passou no Rio (dia 30) Neruda prometeu para breve a conclusão de seu novo livro que, provavelmente, se chamará *Canto del Caribe*. Referindo-se a Fidel Castro (estêve em Cuba há pouco) o poeta declarou tratar-se de «um revolucionário decidido e um extraordinário ser humano».

Vinícius veio em gozo de uma licença de vinte dias, devendo retornar a seu posto no Consulado do Brasil em Montevideu. Nosso poeta-sambista está organizando suas obras completas, que deverão ser brevemente publicadas pela Editora Aguilar.



Marques Rebêlo

— Os povos da América Latina devem libertar-se pela revolução. A única solução para os problemas econômicos e a miséria na América Latina é a revolução do tipo cubano. Os mesmos problemas e responsabilidades cabem a todos os povos latino-americanos. Exemplo disto são as empresas de energia, monopólios estrangeiros tanto em Cuba como nos demais países da América Latina.

Sartre esteve 15 dias na ilha e testemunhou a sabotagem contra o navio francês «Le Coubré», no qual pereceram alguns marinheiros franceses.

— O incidente com o «Le Coubré» é uma afronta criminosa. Um povo decidido a defender-se em seu próprio solo deve tomar medidas de autodefesa e a ninguém assiste

o direito de julgar que Cuba tenha intenções agressivas, afirmou o pensador francês.



Sartre

Waldo Frank

O autor de *Redescobrimto da América* esteve em Cuba a convite do Governo Revolucionário, onde, em companhia de Fidel Castro, visitou as novas cooperativas agrícolas, assistiu a atos de entrega de terra aos camponeses, entrevistou-se com jovens intelectuais cubanos e falou ao povo pela televisão. De volta aos Estados Unidos, Waldo Frank escreveu ao líder da revolução cubana uma carta onde narra suas impressões sobre a ilha:

«Querido Fidel Castro:

Agradeço-lhe o lindo presente que, apesar de suas inúmeras ocupações, você muito gentilmente me enviou. Na bela caixa de madeira cubana guardarei meus documentos pessoais; já que não posso fumar, os puros deliciarão meus amigos.

Acima de tudo, porém, agradeço-lhe pela própria Cuba, pelo generoso e possante mundo novo que o velho mundo deve descobrir em Cuba. Ninguém poderá, sem amor, assistir ou sentir o que está acontecendo em Cuba; e ninguém pode amar sem agir. Assim, pois, em sentido profundo, toda testemunha da grande obra que você chefou, e continua dirigindo, transforma-se

em soldado de seu exército de homens e mulheres livres: exército de «rebeldes» contra o mundo corrompido que minha geração legou à sua, para que vocês o reconstruam.

Oxalá possa você dirigir este mundo novo durante muitos dos anos vindouros! Como americano leal, que sempre interpreto com seriedade a expressão *Novo Mundo*, acreditando sempre que o sonho de um «autêntico novo-mundo» deve tornar-se realidade em nosso hemisfério, manifesto-lhe minha gratidão e me inscrevo como um modesto membro de sua equipe, posto que temos os mesmos inimigos e o mesmo objetivo.

Em Cuba, fui testemunha do amor em ação. Pelo regozijo que essa verdade me causa, fico-lhe para sempre agradecido, Fidel Castro.

Talvez você saiba que a nossa expressão *Good-bye* significa *Deus esteja conosco*. Portanto, digo-lhe *Good-bye*, assim como a Cuba. De hoje em diante meu coração estará nesse país, do mesmo modo que o melhor do meu pensamento.

Devotadamente seu, Waldo Frank.

Miguel Angel Asturias

O consagrado escritor guatemalteco participou de uma comitiva organizada pelo INRA e pela Casa das Américas que visava mostrar a um grupo de intelectuais estrangeiros a obra revolucionária em Cuba.

Justamente com os demais, Miguel Angel Asturias passou um dia, inteiro, acompanhando Fidel Castro, a fim de assistir à entrega de terras aos camponeses.

Por ocasião do almoço, quando houve ligeira pausa em sua febricitante atividade, o líder cubano teve uma rápida palestra com os convi-

dados, onde expôs vários problemas da revolução em curso.

Abordado o tema de uma possível intervenção dos Estados Unidos em Cuba, o autor de *O Senhor Presidente intervieu inflamado, com palavras que bom refletem o sentimento que a todos nos anima:*

«Essa batalha terá de ser ganha por nós, os latino-americanos».

OS COMUNISTAS ARGENTINOS E FRONDISI

O dirigente marxista Victorio Godovilla, num artigo publicado no nº 2 da revista *PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO*, esclarece a posição dos comunistas argentinos diante do Governo de Frondizi e explica os rumos e as perspectivas diante dos quais se encontram as forças democráticas e patrióticas do país vizinho.

A revista publica neste número outros interessantes trabalhos, entre os quais o de Enrico Berlinguer acerca das teses aprovadas pelo IX Congresso do Partido Comunista Italiano, o de D. N. Aidit sobre a política dos comunistas indonésios, o de Leon Feix a propósito da posição dos comunistas franceses diante da guerra da Argélia, o de E. Szyr em torno de problemas de organização da economia polonesa e o de P. Friedlander sobre o neo-colonialismo alemão.

PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO publica também no nº 2 um artigo do líder do povo vietnamita, Ho Chi Min, sobre a história e a luta do Partido dos Trabalhadores do Viet-Nam.

Além destes e outros artigos, a revista divulga as seções habituais sobre o movimento operário em diversos países e sobre livros e revistas.

Já se acha nas bancas e livrarias o nº 2, de 1960 de

PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO

FAÇA A SUA ASSINATURA DIRIGINDO-SE A RUA DA ASSEMBLEIA 34, SALA 304 - RIO DE JANEIRO, DF

PRONUNCIAMENTO DO PROFESSOR DARCY RIBEIRO

Falsa "Liberdade de Ensino" Para Liquidar Escola Pública

«Em nome da liberdade do ensino procura-se coibir o «monopólio estatal da educação» e facilitar o livre acesso da escola particular às verbas públicas, bem como a equiparação (sem a menor vigilância) dos direitos conferidos a estabelecimentos oficiais e particulares» — declarou a NR o professor Darcy Ribeiro, um dos diretores do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, em entrevista na qual analisa as delícias que existem no projeto de Diretrizes e Bases da Educação, atualmente no Senado.

O professor Darcy Ribeiro considera que são necessárias, no mínimo, 40 emendas à proposição, algumas indispensáveis e outras convenientes ou apenas interessantes. Reformas essenciais, no seu entender, deverão atacar os aspectos da lei que: a) fortaleçam e legalizam os privilégios da escola particular e da família; b) conduzam a uma centralização inconstitucional e prejudicial à expansão do ensino no

Brasil; c) criem tendências particularizantes, além de impropriedades de redução e de perspectivas que tornam a lei dúbia em questões primordiais, quase sempre visando a prejudicar a educação pública.

Onde está o perigo

«E principalmente nos artigos 3, 4, 5, 19, 115 e 116 do atual projeto — prosseguiu o professor Darcy Ribeiro — que se procura restringir a «escola pública». A escola particular tem sido até hoje grandemente amparada por verbas públicas. Assim, a alusão ao monopólio estatal é, dentro da legislação e da cultura brasileira, superflua e provocativa.

Em relação à liberdade do ensino, acentuou o entrevistado que o que importa preservar são: a liberdade de cátedra e a dos Estados serem livres de organizar seus sistemas de ensino, bem como a do ensino religioso facultativo.

«Finalmente — acrescentou — num país em que vigoram lódas as facilidades e equivalências formais, é absurdo que, sem exame do Estado, não haja distinção entre os direitos dos formados em escolas oficiais ou particulares. Até mesmo os exames de suficiência para o grau médio e superior poderiam, segundo os artigos 115 e 116, ser realizados em escolas particulares. Isso criaria uma situação semelhante à da lei Francisco de Cam-

pos, com «jubileu em massa de analfabetos.

Centralização

«Pelo artigo 8, — prosseguiu — a lei de Diretrizes e Bases «cria» os Conselhos Estaduais de Educação, interferindo diretamente na autonomia estadual. Daí para diante, pode-se contar a mesma inconstitucionalidade nos artigos 10, 16, 40, 58, 84, 86 e 87, para só falar em alguns.

«Na verdade, não se pode violar a autonomia estadual, compulsando os Estados, por lei federal, a organizarem conselhos de educação, que outros podem ser os órgãos administrativos de sua preferência. Por isso, como reivindicação descentralizadora e democrática, é preciso substituir, no texto atual, «Conselhos Estaduais de Educação por lei estadual de educação, autoridade estadual de ensino ou outro termo no gênero. O caso do artigo 58 (combatido por universitários e normalistas) é bem elucidativo.

«Outro aspecto negativo dessa centralização coordenada pelo onipotente Conselho Federal, atinge o ensino superior. Pelo artigo 84, o Conselho poderá inclusive suspender, por tempo determinado, a autonomia de qualquer universidade oficial ou particular. Isso não é só uma interferência na autonomia estadual, mas também um atentado à liberdade do ensino — no bom sentido do termo...

Omissões e particularidades

«Se o que mostramos não bastasse para provar a falta de Coerência da Lei, bastaria atentar para o fato de que falha como lei geral por dois motivos: é omissa em questões fundamentais e perde-se em particularidades de menor importância — afirmou mais o professor Darcy Ribeiro, acrescentando: «A meu ver, as omissões mais flagrantes estão nos artigos 21, que dispõe sobre as escolas públicas autônomas; 36, onde se desprestigia o currículo de seis anos da escola primária pública; 74, que permite a permanência indefinida de catedráticos interinos nas escolas particulares; e, no 109, que trata, sub-replicitamente as escolas particulares de fiscalização.

«Para exemplificar a que particularidades chega o projeto, podemos citar o artigo 30, que impede de serem funcionários públicos aqueles que não tiverem seus filhos na escola, e o título X que dispõe sobre educação de crianças excepcionais.

«Por tudo que se viu, podemos concluir que a lei de Diretrizes e Bases, é menos avançada que a Constituição; mais satisfatória que o projeto privatista apresentado por Lacerda; ainda insuficiente para solucionar o problema educacional brasileiro; e, sobretudo, uma regulamentação inadiável.» — concluiu.

Teatro "CANDIDA"

O Teatro da Praça estreou, em recita exclusivamente dedicada à crítica especializada, na dia 22, a comédia em três atos de G. B. Shaw, «Cândida». A peça: sua ação desenvolve entre os seguintes personagens: o matrimônio, um bem apessoado pastor e sua bela senhora, a secretária eficiente e desgraciada, um jovem seminarista, o pai da bela senhora (cavaleiro muito menos preocupado com problemas da alma, do que com a prosperidade de seus negócios), e um jovem poeta, lírico, sonhador, apaixonado, frágil e impetuoso, como um bom jovem poeta dos idos de 1800.

O pastor se preocupa muito com o êxito de seus sermões e o sucesso de suas campanhas de caridade ou catequese, e muito pouco com a bela senhora. Que além de bela é dona de casa eficiente, tranqüila, e muito lúcida no julgamento das pessoas que a cercam, a começar pelo seu aparentemente sólido marido. Há conversas de fundo filosófico e moral entre genro e sórgo. Há palavras ásperas entre o dito sórgo e a secretária, solteirona cheia de personalidade, adepta das idéias socialistas do jovem pastor e patrão, em choque com o reacionarismo do velho.

A ação transcorre no curto período de uma manhã de outono, uma tarde e uma noite do mesmo dia. Pela manhã chega Cândida, a senhora do pastor, de uma viagem acompanhada de seu dedicado adorador: o jovem poeta. Nessa mesma manhã aproveitando uma oportunidade em que se vê a sós com o marido, o frágil poeta revela-lhe, de maneira insolente, seu amor pela esposa do dito. Discussão, ameaça de pugilato, pânico no coração do pastor. A tarde a conversa é entre o casal, mas quem tem a iniciativa e marca os rumos é Cândida. O pânico do pastor aumenta com as lúcidas verdades que lhe são comunicadas pela mulher: a secretária desgraciada está apaixonada por ele, como já estiveram todas as outras, além das parquianas para as quais — segundo a esposa — é muito mais importante a bela aparência do pregador, do que os princípios morais por ele defendidos. Por outro lado, o poeta apaixonado é sensível, intuitivo, autêntico. A noite poeta e esposa são deixados a sós pelo marido, ansioso por uma definição. Esta se verifica à volta do sermão, quando Cândida é convidada a escolher entre os dois amôres. O que ela faz, escolhendo o mais fraco e que, portanto, precisa mais dela: isto é o marido, auto-suficiente, sereno aparentemente, mas na realidade vivendo amparado na fragilidade de sua bela e inteligente mulher. Isto é a peça.

A direção de Cláudio Correa e Castro, assim como a interpretação geral — exceção feita à Kalma Murthino — que no papel título se mantém, pelo menos, discreta e sóbria — foi de molde a fazer o velho irlandês dar saltos de indignação na tumba. Adriano Reis, então, no papel do jovem, mais parece um play-boy malcriado a subir em mesas, esbravejar e fazer caretas estilo cinema americano, do que um poeta inglês, no ano 1895.



Beatriz Bandeira

GARANHUNS

Safra de café ameaçada: falta de crédito

Mais de 90 por cento dos agricultores de café do município de Garanhuns, Pernambuco, encontram-se em situação desesperadora, com os títulos protestados e sem crédito em todos os bancos da cidade. A seca prolongada retardou a colheita, e os lavradores não puderam saldar as suas dívidas. Agora, quando necessitam de financiamento para as despesas da colheita e da limpeza, encontram-se com o crédito fechado em todos os estabelecimentos bancários.

O presidente JK, segundo declarou em nossa reportagem o agricultor Luiz Gonzaga de Barros, prometeu tomar as providências necessárias ao fornecimento de crédito aos lavradores que se encontram na iminência de perder quase toda a safra de 50 mil sacas de café. Essas providências, entretanto, retardam, agravando a situação angustiada dos lavradores, e do próprio município.

A Associação de Assistência Agrícola de Garanhuns está lutando para conseguir um novo empréstimo na Agência do Banco do Brasil, ao mesmo tempo que pleiteia uma moratória de cinco anos, a fim de que possam os lavradores saldar as suas dívidas anteriores.



Flores da campanha

Até bem pouco tempo, as normalistas eram consideradas, no conjunto dos estudantes, uma elite encarada principalmente a poesia de sua beleza, sua graça. Chegaram a merecer canção. Agora, ameaçada a escola pública e, assim, seus direitos profissionais, vieram elas completar o poema que são, participando com grande relevo nas lutas contra os «tubarões» da escola privada, em defesa da verdadeira democratização do ensino

Palavras Cruzadas

Crossword puzzle grid with clues in Portuguese. Includes horizontal and vertical clues for words like 'Sucesso improvisto', 'Intriga', 'Chefe otílope', etc.

RESPOSTA DO PROBLEMA Nº 4

HORIZONTAIS: 1 — El. 3 — Joel. 5 — Filial. 7 — Bôbo. 8 — Til. 10 — Imo. 11 — Casa. 12 — Elrado. 14 — Aida. 15 — Aa. VERTICAIS: 1 — Eolo. 2 — Lei. 3 — Libíola. 4 — Latada. 5 — Fome. 6 — Liso. 7 — Bi. 9 — La. 11 — Cada. 13 — Ria.

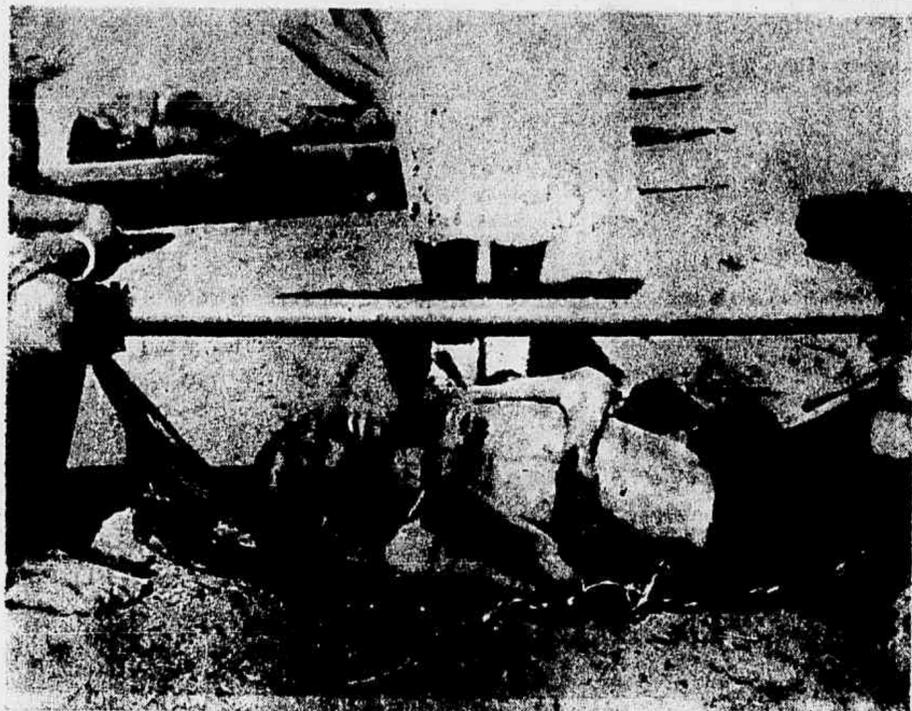
O Desfile Dos Chapéus

Conto de ANIBAL MACHADO Ilustração de MAX

ti; experimenta primeiro a vida... ainda não tens direito à morte. Seria de fato um absurdo: se nasci foi mesmo para viver. Atirei apenas o palheta. E voltei para a vida. Deram-me outro chapéu, e é esse que se vem aproximando com movimento de dança, enfunado como vela que impele os barcos. Debaixo dele é que te pude apreciar melhor, sombra enorme do mundo. Sob as suas abas meus olhos se dilataram de espanto, mirando uma água que era rizina do íntimo fervor. A cabeça que ele então abrigava acendia-se como lâmpada que via sem ser vista. (Foi no tempo em que era fácil conversar com as pedras, ouvir as árvores, privar com os rios, os animais, o vento — tempo em que as imagens do mundo se descobriam pela primeira vez. Inauguração do universal... Eu ainda nem sabia a linguagem dos homens!) Esse chapéu presidira ao meu casamento com as coisas. Mas outros estavam surgindo. Passavam perto, davam uma voltinha. Havia um vento de combinação com eles, que soprava sem direção, certa, empurrando-os ou recolhendo-os. Cada qual tentava mostrar um trecho de biografia, um momento do que por mim fora pensado e vivido. Não conseguia mesmo saber se era com espírito cordial que faziam essa exibição retrospectiva, ou se vinham com ar de sarcasmo ridicularizar um passado que afinal nem valeu a pena. Chapéus bem sujinhos e miseráveis, os desse tempo... O que se passa no homem, debaixo de seu chapéu!... Desde o começo, o ambiente era mais de váia do que de apoteose. Tu, por exemplo, cartola, que veste fazer aqui? Caíste da lua? Algum dia te botel?... Ah! botel sim, uma vez... Eras apenas um simples aparelho de produzir autoridade. Eu vivia então contra mim. O que te ofereci foi uma cabeça vazia. Então me sentia importante e, infelizmente imbecil, sorria para a multidão que aplaudia os grandes da arquibancada, dentre os quais eu era tomado como tal. Nem sei como foi aquilo... Como havia excesso de grandes homens naquela tarde, mandaram-nos para o porão e o telhado, de onde ouvimos o hino cívico. Nessa tarde, uma chusma de chapéus arruaceiros (chapéus ou crianças?) cercava a aparição da cartola. No meio, sobressaía um palheta impossível. O chapelinho magricela não deixava em paz a velha cartola. Depois, quando esta virou casca de inseto, as formigas a foram transportando para um cemitério de cartolas, que os urubus sobrevoavam no fundo da paisagem. Surgiram em seguida os chapéus que andei tirando para todo mundo. Pareciam aborrecidos da vida. Reuniam-se em torno de um velho guarda-chuva que era só pele e ossos. Esse grupo vinha em romaria ao seu antigo dono. Eu era então o falecido. E estava explicada, assim, a presença ali da piscina-sepultura, sobre a qual boiavam, como folhas secas, bonas, bonés e toucas da primeira idade. Depois disso (será que já vivi tanto?) chapéus em profusão, todos os chapéus do passado apareceram em vagas sucessivas. O céu coalhara-se deles. Soltavam-se de cabides invisíveis, vinham planando dos horizontes. Nos que passavam perto e devagavam eu me reconhecia. «Olha aquele com que fiquei esperando a resposta; o que me ajudou a chocar a idéia maluca; o que fiz de travesselo; o com que neguei o cumprimento a certos sujeitos; o com que matei a sede num córrego; o que fiz sombra para um pensamento libertário; e este, ainda molhado de chuva, com que esperi a amada no portão; e este outro, que me deu um ar tão bestinha; o que enterei com raiva na cabeça, o que me ajudou a fugir, de madrugada; o que durante a perseguição me serviu de barraca e esconderijo; o que amarrotei nas mãos trêmulas, ao fazer o pedido; o com que conspiri no fundo do bar; o que voou pela janela do trem; o que Joquei como um coração arrancado aos pés da amazona, no circo. E esse outro que um dia tirei com alegria, para saudar a vidala



cada um se colocava uma imagem de minha figura segundo as matamorfoses da idade. Diversos manequins rizíveis, em farândula, puxavam a minha forma precária até o presente — eu, alvoragado, descendo a ladeira a caminho da cidade; subindo-a depois, de cara fechada; eu aflito, ridículo, querendo chorar, pondo de novo o chapéu para outras partidas; saudando os amigos; parado na esquina, como um basbaque; na praça; caminhando para o encontro proibido; querendo entrar nas festas; nos enterros; sonhando nos bancos; esperando a moça; eu, envaidecido a dizer e ouvir bobagens; com o chapéu do conflito; com o chapéu que enchi de frutas; com o chapéu com que fui vaiado... chapéus da adolescência e da maioridade, variações de meu ser moral e histórico, desdobramentos esquecidos de minha figura... Cada um de nós se inscreve nos objetos que usa. Estou também nos meus chapéus. E os meus, antigos, estão compondo numa só imagem, as diversas imagens do homem que ora assiste à passagem deles. Uma cidade nublada. Entro numa rua sem nome. — Madame, aqui é o 29? Esqueci o meu chapéu... Não se assuste, minha senhora... é um simples chapéu... não é nenhuma bomba. Por favor... está sentindo alguma coisa? A senhora parece desgraçada, tão triste... E tão bonita... Meu Deus!... Não querera fugir no meu chapéu? Seremos felizes... — Olha o chapéu, cavaleiro, a procissão está passando... — Não está ouvindo? É o Hino Nacional. Vem aí o Chefe. Tira o chapéu, seu idiota! Havia também chapéus no 71 e no 138. De que rua a cidade não sei dizer. E chapéus que foram esquecidos nos cafés, nos bondes, nos bancos do trem de ferro, nos consultórios, nas praças. Chapéus que vinham dos subúrbios e dos campos. E esses que não tomaram parte no desfile e se deixaram ficar pelas pontes e à beira de viadutos, na mesma posição em que foram abandonados? Chapéus de suicida, se eu estivesse perto agarraria o desesperado pelo braço: «Homem, não será preciso tanto; escureceu um pouco em ti, mas foi um minuto; e porque a claridade está-se abrindo mais adiante; corre para lá, pega o teu chapéu. A vida continua. Outros eram molidos sob rodas de caminhão, ou fugiam pelo asfalto afora, os donos atrapalhados correndo atrás. O grosso deles, porém, fazia evoluções. Vi-os correndo por um water-shoot, ondulando num vago de montanha russa, correndo pelas estradas: — chapéus da mocidade. Pode ser que me enganasse, mas nesse momento mais pareciam borboletas, só faltavam gritar de alegria. Queriam dar-me nova lição de vida? Chapéus da era otimista, podeis chegar! Eu também mudei. Já disse que aprendi com a vida. Estou livre, não me escondo mais, tirei para sempre o chapéu... Mas eles me evitam. Não precisam mais posar na cabeça de ninguém. Brincam se atropelando, uns aos outros. Livres, também! Abandonado agora numa planície sem fim. E os chapéus? perguntou. Sumiram-se. Sumiram-se também as piscinas e colunatas. Fiquei esperando. Um mar, um mar escondido na neblina desde o princípio, começa a subir lentamente. E à superfície afloram detritos do passado, velhos sapatos, roupas usadas. Coisas sujas, vergonhosas coisas vêm chegando de mais longe na água de gosma e pútridos reflexos. A neblina se dissipa. No fundo, coqueiros, índios construído malocas, garimpeiros explorando rios. Espaço da memória ancestral, mergulho os olhos em teu vazio. E eis, no horizonte, todos os chapéus de outrora, em formação completa, despedindo-se de mim... pela última vez «tirando-me o chapéu»... Surrealista — é o relato de um sonho — «O desfile dos chapéus» é um dos contos componentes de «Histórias Reunidas» (Livreria José Olympio Editora — 1959), onde, além da 2ª edição de «Vila Fêta», aparecem sete ficções até então inéditas de Anibal Machado. A linguagem literária do autor é pequena, pôsto que Anibal prefere tratar cuidadosamente suas páginas, sem pressa, o que lhe permite publicar verdades primoras no terreno do conto e da novela. Característica marcante da obra de Anibal Machado é o toque de humanismo que lhe confere, mesmo tratando de coisas inanimadas, como... chapéus.



Uma das manobras do governo fascista da União Sul-Africana para recrutar mão-de-obra escrava ou semi-escrava para as plantações e minas são os chamados «passes». Todo africano que for encontrado sem um passe da polícia, que inclui até mesmo um recibo mensal do empregador, pode ser preso e mandado para os campos de trabalho forçado. Contra esse regime é que os africanos se levantaram.

Opressão e escravização

Repressão Fascista Contra Negros na África do Sul

Há algum tempo esteve no Brasil o ministro do Exterior da União Sul-Africana que declarou com a maior sem-cerimônia que não havia «problema racial» em seu país. As medidas de discriminação, segundo o ministro, se destinam a proteger os negros e não os brancos e se justificam pela «diferença de natureza» entre uns e outros. Esta «diferença de natureza» é a nova versão utilizada pelos homens da lei do chicote para substituir a velha «teoria» da inferioridade dos negros.

Antes disso, porém, os próprios brasileiros puderam comprovar a falsidade das afirmações do ministro racista, quando um clube de futebol de nosso país, a Portuguesa Santista, se viu impedida de desembarcar na Cidade do Cabo porque o governo fascista de Verwoert não permitiu que os jogadores pretos saíssem do navio. Depois disso, a ONU condenou oficialmente a política de segregação racial da África do Sul e seu Conselho de Segurança aprovou, na semana passada, uma resolução em que pede a cessação do terror contra os negros. A resolução foi aprovada por unanimidade, com a abstenção da Inglaterra e da França, por uma questão de «solidariedade racial».

300 líderes presos

A votação do Conselho de Segurança foi provocada pela repressão policial em que centenas de negros foram chacinados e cerca de 300 líderes do Congresso Nacional Africano e de outros partidos foram arbitrariamente presos. Vários desses dirigentes negros tinham sido

libertados poucos dias antes, por decisão da Corte Suprema da União Sul-Africana. As novas prisões foram feitas em virtude da aprovação de uma lei concedendo poderes discriminatórios ao fascista Verwoert.

Com a resistência apenas da minoria que representa no Parlamento sul-africano a população negra, hindu e muçulmana, que constitui mais de 90% da população, foi aprovada a lei de repressão que possibilita ao governo: mobilizar forças de reserva, prender arbitrariamente qualquer pessoa, suspender a publicação de jornais hostis à política de repressão, intervir militarmente em qualquer reunião de protesto, dissolver assembleias e entidades consideradas «subversivas», impedir greves e outros movimentos contra a segregação racial. Defendendo a aprovação da lei, o primeiro ministro Verwoert, hitlerista militante até o fim da guerra, disse que a repressão policial era a única forma de evitar o massacre dos brancos pelos negros. Em outras palavras, com o pretexto de evitar um suposto massacre, o sr. Verwoert realiza um massacre brutal e feroz.

Greve-Geral

Após a chacina dos negros que protestavam pacificamente contra o regime de «passes», pelo qual os negros são obrigados a estar sempre com seus documentos, sob pena de serem presos, nova onda de terror foi lançada por ocasião do enterro das vítimas da polícia. No dia do enterro a quase totalidade dos trabalhadores negros e hindus fizeram greve por 24 horas, apesar das ameaças e intimidações. Logo

depois do enterro, grande número de negros se dirigiu às delegacias, declarando estar sem documentos e entregando-se voluntariamente à prisão. O movimento se destinava a desmoralizar a política racista e era absolutamente pacífico. Apesar disso, foram recebidos a bala. Em seguida, começaram as prisões dos principais líderes africanos, com o objetivo de desorganizar o movimento de protesto contra a discriminação.

A violência policial atingiu tais extremos que o próprio governo inglês se viu obrigado a condenar a política da União Sul-Africana. Entretanto, quando a questão foi discutida no Conselho de Segurança da ONU, a Inglaterra se absteve, ficando claro que só não utilizava seu direito de veto por causa da condenação mundial que se seguiria a esta decisão. Enquanto isto, o Itamarati demonstra qual é a verdadeira face de sua política de «desenvolvimento e democracia», evitando fazer qualquer menção aos atentados policiais contra a população negra.

Fronzizi derrotado

As agências telegráficas imperialistas, como é seu costume, se encarregaram de fazer uma cobertura «imparcial» das eleições argentinas. Assim, enquanto durou a apuração, os votos dos Radicais do Povo e dos Radicais Intransigentes, partido de Fronzizi, eram sistematicamente aumentados, ao mesmo tempo em que se procurava diminuir a importância dos votos brancos. Terminada a apuração tinha que terminar também a tapeação, começando, então, a segunda fase da manobra. Enquanto as notícias deturpadas eram dadas com grande destaque, os resultados verdadeiros foram apresentados como se não tivessem significado algum e os jornais se encarregaram de publicá-los como coisa de pouca monta. Entretanto, os fatos são leitosos e a verdade é esta: o maior número de votos foi dos brancos (cerca de um quarto do total), os Radicais do Povo passaram de 2.300.000, em 1958, a dois milhões, e o partido de Fronzizi só obteve 1.780.000, contra quase quatro milhões em 1958.

Herter não sabe o que é a Nicarágua

Falando recentemente na Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, o Secretário de Estado Herter citou o Paraguai, a República Dominicana e a Nicarágua como países submetidos a um regime ditatorial. Até aí, nada de mais.

Entretanto, alguns dias mais tarde, numa declaração oficial entregue à imprensa, o Departamento de Estado esclareceu que o sr. Christian Herter tinha-se «equivocado» ao incluir a Nicarágua, pois este país, segundo o Departamento, é perfeitamente democrático, garantindo todas as liberdades e direitos sociais e políticos.

Que será que faz o Departamento de Estado mudar de idéia sobre a Nicarágua? Qual a transformação democrática realizada neste país nos últimos anos? A declaração não esclarece, e fica-se a pensar que o atual Secretário de Estado dos Estados Unidos é muito leviano para acusar um regime de ditatorial à toa.

Acôrdio URSS-França: Degêlo e Coexistência

No término da visita de Kruschiov à França, foram assinados dois acôrdos de intercâmbio científico e técnico e um comunicado conjunto dando conta das conversações entre o presidente do Conselho de Ministros soviético e o presidente de Gaulle. Os acôrdos prevêem a colaboração entre a França e a União Soviética no domínio do aproveitamento pacífico da energia atômica e o intercâmbio científico e cultural intensificado.

No comunicado conjunto assinado por de Gaulle e Kruschiov assinam-se os seguintes pontos principais: os dois governos são partidários da solução pacífica de todos os problemas internacionais, em especial do Tratado de Paz com a Alemanha e a questão de Berlim; consideram os dois governantes que o desarmamento é a questão primordial de nossa época, devendo-se consagrar todos os esforços no sentido de garantir a paz na Europa e no mundo inteiro; defendem o fortalecimento das relações culturais, políticas e econômicas entre os dois países.

Coexistência pacífica

O presidente da República Francesa e o presidente do Conselho de Ministros da União Soviética chegaram a um acôrdio sobre o fato de que todas as questões internacionais em litígio devem ser resolvidas por meios pacíficos pela via de negociações e não pela força.

A seguir, o comunicado esclarece que os dois governantes examinaram «soluções eventuais a dar às questões relativas à Alemanha, inclusive ao Tratado de Paz com a Alemanha e à questão de Berlim. No transcurso das conversações, as posições dos dois governos foram claramente expostas. O presidente de Gaulle e presidente do Conselho de Ministros Kruschiov reconheceram que a regulamentação progressiva dessas questões, com base em

acôrdos alcançados por negociações, terá uma grande importância para a manutenção e a consolidação da paz e da segurança na Europa e no mundo.»

Também o problema do desarmamento mereceu o estudo dos dois estadistas, que o consideram, segundo diz o comunicado, «o problema mais importante e mais urgente de nossa época». Manifestaram igualmente a esperança de que as atuais conversações de Genebra concretizem esses anseios de paz. Em particular, afirma o comunicado que a consolidação da paz na Europa interessa a todos os países e povos da Europa e do mundo.

De Gaulle na URSS

«O presidente do Conselho de Ministros soviético convidou o presidente de Gaulle a fazer uma visita oficial à URSS. O presidente francês aceitou com prazer esse convite. A data da visita será fixada ulteriormente, por via diplomática.» No que diz respeito às relações entre os dois países, diz o comunicado, «o presidente de Gaulle e o presidente do Conselho de Ministros Kruschiov constatarem que o desenvolvimento das relações entre a URSS e a França num espírito de amizade e de colaboração, assim como o estabelecimento de uma melhor compreensão mútua, contribuiriam para reduzir a tensão internacional e para consolidar a paz na Europa e no mundo.»

No sentido de ampliar as relações econômicas, observam os signatários do comunicado franco-soviético: «Um acôrdio a longo prazo materializaria tal propósito. O acôrdio atual foi concluído para o período 1960-1962 e prevê com precisão as importações e exportações até o fim do próximo ano. Por outro lado, no curso do ano de 1960, os técnicos franco-soviéticos realizaram negociações tendo em vista definir as trocas não somente de 1962, como também para os três anos seguintes. Assim, as trocas

poderão ser previstas desde o fim deste ano para os cinco anos vindouros, inclusive o ano de 1965.»

Degêlo internacional

O final do comunicado ressalta a importância dos contatos entre os dirigentes dos países capitalistas e socialistas, tornando possível pelo relaxamento da tensão internacional. «Os contatos pessoais contribuem de maneira mais eficaz para assegurar os processos desejáveis para a concórdia e a paz internacional a que os povos do mundo aspiram.»

«Assim, o presidente de Gaulle e o presidente do Conselho de Ministros Kruschiov se congratulam, finalmente, por poderem reiniciar suas conversações por ocasião da próxima conferência de cúpula, com o presidente dos Estados Unidos e o primeiro-ministro da Inglaterra, conferência que se tornou possível pelo relaxamento da tensão internacional», termina o comunicado.

Ninguém quer «escolher a liberdade»

Há algum tempo atrás um dos pratos preferidos pelos anticomunistas eram os refugiados, principalmente da República Democrática Alemã. Depois a coisa foi mingando, mingando, até que desapareceu quase por completo. O Ministério dos Refugiados do governo de Adenauer chegou a anunciar extraordinariamente que os postos de recebimento de refugiados na Alemanha Ocidental estavam às moscas.

Essa situação era agravada pelo fato de que aumentava dia a dia o número de cidadãos da Alemanha Ocidental que passavam para a RDA. As agências capitalistas distribuíram, então, um telegrama, cuja fonte foi mantida em silêncio, segundo a qual grande número de agricultores da RDA estariam indo para a Alemanha Ocidental. Como se vê, o Ministério dos Refugiados, chefiado pelo conhecido nazista Glöbe, diante da ameaça de fechamento, resolveu intensificar seu programa de publicidade a todo custo.

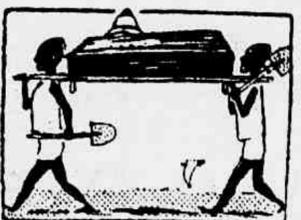
EVOLUÇÃO



O PASSADO,



e o presente



... e o futuro do colonialismo.

Nota Internacional

O Brasil e a África do Sul

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil resolveu chamar para consultas nosso embaixador na União Sul-Africana. Explicando a decisão do Itamarati, o chanceler Horácio Lafer, que ainda está devendo uma explicação aos democratas paraguaios, disse que irá estudar com o embaixador quais as medidas que o Governo brasileiro pode tomar no sentido de que o princípio da igualdade racial não seja desobediado. Lembrou o sr. Lafer que um precedente foi aberto pela decisão do Conselho de Segurança da ONU lamentando a chacina e pedindo ao Governo da União Sul-Africana que ponha fim à política de discriminação racial. Segundo o ministro do exterior brasileiro, o Brasil teria votado a favor da resolução se fizesse parte do Conselho.

Com efeito, não se pode pretender que o problema escape ao campo de ação da diplomacia brasileira. A luta da população não europeia da África do Sul é a luta secular dos povos oprimidos contra o colonialismo, contra a opressão de todo um povo por uma minoria de exploradores locais e imperialistas. No caso particular da África do Sul, este quadro ainda é tornado mais negro pela existência de um regime de escravidão ou semi-escravidão aberta imposto aos negros e, em parte, aos asiáticos. Qualquer pessoa pertencente a estes dois grupos, que constituem a maioria absoluta da população, pode ser mandada para os campos de trabalho forçado a qualquer momento, se não tiver consigo um «passes» dado pela polícia e assinado mensalmente pelo empregador branco. Não ter um emprego permanente pode equivaler a tornar-se escravo. E isto num país conservado na miséria pelos próprios «senhores brancos».

O princípio da não intervenção, quebrado pelo próprio sr. Lafer no caso do Paraguai, não pode servir de motivo para que o Brasil se omita. Há várias maneiras de se demonstrar o repúdio a um regime de terror, sem intervir nos assuntos internos de outro país. Por outro lado, deixando clara a condenação ao regime do chicote e da escravidão, o Brasil se faz merecedor da confiança e do respeito da população oprimida da África. Uma atitude corajosa nesse caso poderia ir além do apoio do Governo brasileiro à resolução do Conselho de Segurança, coisa que o próprio Departamento de Estado norte-americano que, ao contrário do que acontece conosco, tem interesse na conservação do sistema colonialista, já fez. Os interesses nacionais do Brasil se confundem inteiramente com a luta de todos os povos dependentes. O apoio a esta luta é a única prova de coerência e dignidade que o Governo Brasileiro pode dar, em sua política externa, para que os princípios proclamados pela OPA, doutrina oficial do Itamarati, tenham qualquer pretensão de validade.

Fausto Cupertino

Guiana Inglesa: independência a qualquer preço

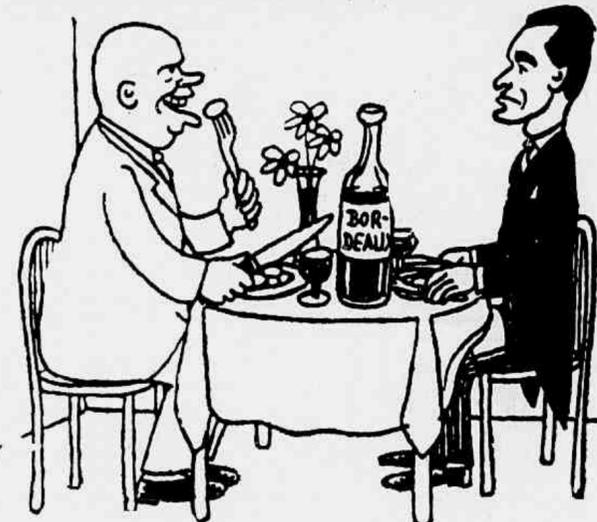
Foram encerradas sem qualquer resultado positivo as conversações de Londres sobre o futuro da Guiana Inglesa. A delegação da Guiana, chefiada pelo primeiro ministro Chedi Jagan, não conseguiu obter da Inglaterra qualquer compromisso concreto no sentido da independência do país. A tática do «Colonial Office» continua sendo a de proter qualquer decisão definitiva, com a esperança de ainda retirar riquezas com o suor dos guianenses.

Voltando ao ponto morto as conversações diplomáticas, o movimento pela independência terá que assumir novas formas. Assim, o sr. Jai Narine Sinoh, um dos membros da delegação da Guiana, declarou ao chegar a Caracas: «A Guiana Inglesa decidiu ir à resistência direta contra as autoridades da Colônia e obter sua independência a qualquer preço, ainda que esse preço seja o sangue de todos os guianenses».

Governo antifascista (U Nu) na Birmânia

O ex-primeiro ministro da Birmânia U Nu voltou a formar o Governo de seu país, depois de uma clara vitória eleitoral. A Liga Antifascista «Pura», partido do sr. U Nu obteve mais da metade dos votos e maioria absoluta na assembleia birmãesa, desfazendo as esperanças dos imperialistas e seus agentes locais, que queriam ligar a sorte do país ao Tratado do Sudeste Asiático. Para isso, chegaram mesmo a provocar uma divisão na Liga Antifascista, motivo pelo qual os partidários do sr. U Nu passaram a chamar seu partido de «Puro».

Kruschiov é pelo garfo



Como vê, sr. Chaban-Delmas, o que eu gosto de colocar na boca é o garfo com comida e não o punhal... (O sr. Chaban-Delmas é o presidente da Assembleia Nacional francesa e esteve recentemente na União Soviética, sendo homenageado por Nikita Kruschiov com um banquete.)

Presente e Futuro do Vale do Jaguaribe

ANNIBAL BONAVIDES

(Correspondente de NOVOS RUMOS no Ceará)

Via VARIG

O Vale do Jaguaribe é uma região devastada pela maior calamidade de sua história.

Do boqueirão de Orós até a cidade de Aracati, através dos quatrocentos quilômetros percorridos pelo rio Jaguaribe, há milhares de pessoas desamparadas. Relento, fome e miséria — é o trinômio trágico que envolve as massas rurais proletárias do Vale.

Na noite de 25 para 26 de março, quando as emissoras anunciaram o rompimento da barragem de Fortaleza, na cidade de Orós, caíram em pranto comovidos, pois a notícia era perfeita e a extensão do drama.

A Inundação, com efeito, está sendo pior que o rastilho de uma seca. Foram 720 milhões de metros cúbicos de água que se precipitaram, com violência sobre lares, bens e culturas, semando sofrimento e desespero.

Três povoados, Castanhão, Mapiá e Cabreiro, desapareceram do mapa, arrasados pela torrente impetuosa. Num delírio, a fúria das águas profanou o cemitério local, exilando cadáveres que ficaram depois boiando, trágicamente, na crista da enxurrada.

Nas horas dramáticas da inundação, quem viajasse de avião sobre a região conflagrada, como fez o correspondente de NOVOS RUMOS, presenciaria cenas impressionantes. Nos pontos altos do vale, próximos às localidades inundadas, homens, mulheres e crianças, completamente ilhados, clamavam por socorro, os braços estirados, as mãos crispadas.

Era o povo cearense, gente honesta e laboriosa, tão ultrajada e tantas vezes enganada, secularmente explorada e oprimida. Eram os camponeses, os nossos irmãos flagelados, há dois anos batidos pela seca nas estradas poeirentas do sertão esturricado, agora mergulhados na catástrofe das águas. Vítimas sobretudo, da incuria governamental, da irresponsabilidade administrativa, da demagogia egoísta.

Da janela do avião, iam assistindo ao filme natural mais realista e trágico que se possa imaginar. Causava revolta a tragédia do povo jaguaribano, correndo a sua miséria pelos morros, buscando a salvação numa árvore ou no cume de uma rocha. Mais revolta

sentimos quando, ao descer do avião, tomamos conhecimento da nomeação exatamente de um espancador de estudantes, ministro da embaixada americana, para coordenador da assistência às vítimas do Orós.

Que irá coordenar esse famoso entreguista, se ele próprio, no auge do drama de Orós, deu prova sobeja do seu descaso pela sorte do povo e pelo destino da grande barragem, deixando-se ficar comodamente em Fortaleza, na hora em que o Governador do Estado, o comandante da Região Militar e o Ministro da Viação passavam a noite em claro, ao lado dos engenheiros e operários, nas tentativas finais para salvar a parede do açude?

Nada vai fazer o coordenador.

Os lavradores e trabalhadores agrícolas do Jaguaribe não podem confiar no comando de quem deu exemplo tão deplorável, no momento decisivo do Orós.

As populações flageladas sabem, por experiência própria, que a proclamada assistência sanitária, material e financeira não se concretizará, se ficar na dependência de promessas feitas nos instantes emocionais da tragédia ou ao talento de um coordenador que preferiu ir dormir, indiferente à sorte de 200 mil cearenses, ameaçados pela iminência do arrombamento, o que significaria a vazão, de um jacto, em poucos minutos, de 720 milhões de metros cúbicos sobre o vale.

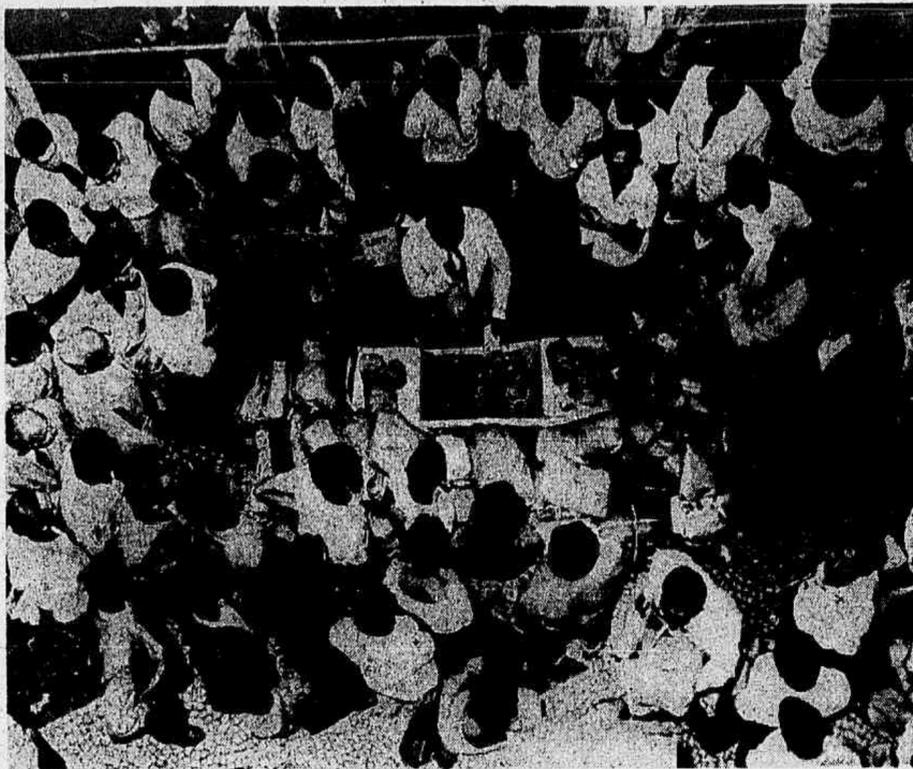
As populações flageladas acompanham, com reserva, a intensa publicidade feita em torno da campanha de solidariedade. Acreditam piamente nas notícias anunciando o envio de grandes quantidades de gêneros e dinheiro. Desconfiam, porém, da aplicação que se vai dar ao produto da solidariedade popular. É que os traficantes da desgraça alheia, viciados na exploração da indústria da seca, são pessoas bem instaladas na pública administração, com influência política. E as garras dessa pessoa já se movimentam, nos bastidores, tentando organizar a indústria das inundações.

Por outro lado, as populações deslocadas pela inundação, não reivindicam apenas socorro de emergência. Não se trata, unicamente, de distribuir ali-

mentos, rédes, roupas e medicamentos. As massas rurais do Jaguaribe não pretendem ficar reduzidas à condição de mendigos. Sua reivindicação central consiste na refixação à terra. A reinstalação na terra, para a volta à produção normal, é o que almejam. Para tanto precisam de serem indenizadas pelo governo, terem as suas casas reconstruídas, receberem sementes para reiniciar o plantio, ferramentas, viveres. Não tendo por objetivo a recuperação das massas rurais para a atividade agrícola, qualquer plano de assistência ficaria nos limites da filantropia. Não teria sentido.

Referindo-se ao problema social e econômico do Vale do Jaguaribe, terrivelmente agravado com as inundações, o sr. Celso Furtado, superintendente da SUDENE, acentuou a necessidade de se imprimir, no plano de assistência, um sentido desenvolvimentista. Acha o comandante da «Operação Nordeste» que, partindo do socorro de emergência, deve-se cuidar da imediata reinstalação das massas rurais flageladas, ao mesmo tempo que se lançarão as bases para um futuro florescimento econômico do Vale.

Como dizíamos inicialmente, o Vale está devastado, sua economia foi profundamente abalada. O Vale do Jaguaribe, já de si, era uma terra atrasada, marcada pelo regime latifundista em suas relações de produção, apresentando-se com uma agricultura incipiente, baseada na exploração dos moradores e meeiros. A riqueza maior, aliás, vem dos carnaubais que se estendem por toda a região até a beira do mar. Vem, ainda, da pecuária e do algodão, fontes econômicas ustas, como de resto os carnaubais, dominadas inteiramente por meia dúzia de coronéis da terra com assento na Assembleia Legislativa Estadual e na Câmara Federal. O comércio varejista, e o atacadista, são acanhados e refletem o meio ambiente. A indústria, de algodão, de óleo e de madeira, mal desponta no horizonte. Nestas condições de atraso econômico, a minoria abastada suga o que pode do Vale e trata de gozar a vida na Capital; as pessoas que dispõem de alguns recursos, vão vivendo rotineiramente, satisfeitas por terem o que comer; e a maioria, constituída dos trabalhadores agrícolas, mo-



O Rio ajuda a reconstruir...

radadores, meeiros, arrendatários e da massa proletária atravancada nas ruas pobres das cidades e das vilas, vegeta dia e noite, comendo o pão que o diabo amassou. Essa gente, martirizada e oprimida, morava nas partes mais baixas de Jaguaribe, de Limoeiro, de Jaguaruana, de Aracati. Morava nas margens do rio. E foi por isto, a mais atingida, pela voragem das águas. Quase toda essa população proletária ficou sem suas casas de tijolo.

Agora, sem lar, sem emprego, sem pão, as populações proletárias do Vale do Jaguaribe têm que usar de energia, para não morrerem de inanição. Precisam reivindicar, firmemente, a assistência prometida pelo governo, nos dias da grande emoção coletiva. Se não cobrarem vigorosamente as indenizações que lhes são devidas pela destruição de suas casas, essas indenizações virão beneficiar apenas os fazendeiros e donos de carnaubais; se não exigirem providências concretas para a sua reinstalação nos lugares de origem, bem como assistência financeira, sementes para o plantio, ferramentas para o trabalho da terra, alimentos para alguns dias, se não exigi-

A tragédia do povo cearense abalou o sentimento de todos os brasileiros, deixando-os em angustiante expectativa ante a possibilidade de rompimento do Orós. Os cariocas desenvolveram também sua campanha de solidariedade aos irmãos vitimados, enviando generosamente doativos recolhidos pelos partidários da candidatura Lott.

rem, tudo será desviado e então, mais uma vez, os industriais da seca, os tradicionais exploradores da miséria alheia, farão prouça de sua especialidade, agora transformados em industriais da inundação.

As populações pobres e laboriosas do Vale do Jaguaribe continuarão, por outro lado, lutando pela construção do Orós. E pela efetiva aplicação, num futuro próximo, da Lei de Irrigação do Nordeste. Edificado o Orós, abrir-se-ão novas condições objetivas no Vale para que se possa dar, seguramente, um passo à frente no caminho da libertação econômica e social das massas exploradas e oprimidas. A imensa barragem significa água e energia, em abundância. Florescimento da região, perspectivas. E a formação de uma nova consciência, em que a vida humana mereça outra consideração, por parte dos dirigentes da Nação. E não seja tratada da maneira displicente como o foi agora, quando 720 milhões de metros cúbicos pairando perigosamente sobre 200 mil pessoas, deram a medida da irresponsabilidade e da imprevidência dos governantes.

Da janela do avião, divisando o panorama do Vale inundado, sentimos toda a grandeza trágica do que estava acontecendo com o povo jaguaribano.

Na altura de São João, a aeronave fez uma inflexão para a esquerda e ganhou o rumo de Fortaleza. O Vale ia ficando cada vez mais para trás. Num instante, decidimos sonhar, dando um mergulho no tempo. Trabalhando, nossa imaginação de idealista pôde dissipar a desgraça do açude, para vislumbrar, num futuro não remoto, o Orós construído, a terra ladeada, canoas de irrigação, postes de energia elétrica marcando os campos, o povo nas escolas, creches, hospitais, teatros, cinemas por toda parte. E as chaminés das fábricas apontando para os céus de Icó, Jaguaribe, Limoeiro, Russas, Jaguaribara, Jaguaruana, Aracati.

O povo jaguaribano, humilhado e ofendido, ainda terá vez na história. Das cinzas de hoje, ele sairá em busca de outros caminhos. Em busca da reforma agrária, da industrialização e da cultura. Este povo inundado, desbragado e faminto, tem pela frente um destino de liberdade e progresso.

NOVOS RUMOS

Do Nordeste e de sua tragédia

Eis-me procurando as palavras, já não direi certas, mas as palavras, para falar dessa imensa tragédia que se abate sobre o Nordeste.

As secas ou, agora, as enchentes são fatos que agravam a miséria do Nordeste, pois a miséria, naquela zona do país, chova ou faça sol, é forma comum de existência. E mais revoltante, ainda, porque a sua industrialização permite a acumulação de grandes fortunas, por meia dúzia de aproveitadores. Os salários pagos aos operários que trabalham nas obras são insuficientes para sustentar um homem, quanto mais uma família! Mas os donos de armazéns ficam ricos, e mais ricos ficam os grandes fornecedores que monopolizam as transações com as entidades do governo encarregadas das obras. Os auxílios enviados são entregues aos políticos, que, deles, não fazem o uso devido, ou fazem o uso que lhes convém. Há os desvios de verbas sempre denunciados, mas nunca apurados. Os resultados das campanhas de ajuda, geralmente, não chegam ao destino. As terras irrigadas são distribuídas aos prepostos dos chefes políticos. Isso sem falar no problema de base, que é o do latifúndio. Não é, por acaso, que se constata, no Nordeste, a menor renda «per capita» do país, o maior número de analfabetos, a maior mortalidade infantil. Mas não haverá salvação para o Nordeste?

No fim do ano passado, o jornal «L'Unità» promovia uma discussão entre um grupo de marxistas italianos, sobre o presente e o futuro da humanidade, face às conquistas espaciais. Os conceitos expendidos na discussão, concluindo que «a história outra coisa não é senão o processo constante da submissão da natureza pelo homem como força social e organizadora», lembram-me o Nordeste, a sua natureza, as suas necessidades. Mas no sistema capitalista, que se caracteriza pela desorganização econômica e pelas desigualdades sociais, até do ponto de vista geográfico, só podemos é sonhar com os meios técnicos e científicos, da época histórica em que vivemos, que poderiam ser empregados para salvar as populações nordestinas. Enquanto sonhamos, porém, com as mudanças na estrutura e organização da sociedade — e por elas lutamos — o que necessitamos de imediato, é socorrer os nordestinos, com o que dispomos. No entanto, é necessário, também, pela experiência de outras campanhas, exigir prestação de contas, e comprovação de que, realmente, os doativos chegarão às vítimas das enchentes. Essa campanha de solidariedade, também, não pode servir para isentar o governo da culpa que tiver pelo arrombamento de Orós, e nem, tampouco, da responsabilidade pela solução dos problemas criados ou agravados pelas enchentes, pois roupa usada não dará para cobrir a nudez do Nordeste, e nem escolas lhe matarão a fome. E, no mais, é esperar o dia em que o homem, como força social e organizadora irá submeter a natureza aos seus planos de felicidade.

Ana Montenegro



... o que os rios destruíram

Nordeste e seca idéias que já eram quase sinônimas. Secos os campos, os caminhos, seca a vida. Mas eis que as chuvas, ao se precipitarem impiedosamente na região, tornaram diluviana a paisagem cearense, desvendando a outra face da tragédia. E assim será, água e pó alternadamente, enquanto a política anti-humana das autoridades não permitir que sejam tomadas as medidas há muito preconizadas, medidas que fariam do Nordeste uma região habitável e fértil.

OSKAR LANGE NO BRASIL:

Comércio Vencerá Guerra Fria

Reportagem de JOSUÉ ALMEIDA



«Existe uma base objetiva para a cooperação Brasil-Polônia».



«A ampliação do comércio favorecerá a todo o mundo».

Certamente, nunca o pequeno auditório do Clube de Seguradores e Bancários recebeu uma assistência tão inusitada. Ladeando o ministro Chabinski, viam-se os srs Eugênio Gudin e Garrido Torres, numa cadeira ao lado sentava-se o professor Otávio Bulhões, enquanto duas filas atrás Astrojildo Pereira, Jacob Gorender e Armênio Guedes acomodavam-se demonstrando a mesma atenção. Esses momentos de pacífica coexistência foram ensejados pelo professor Oskar Lange, economista polonês mundialmente conhecido, que veio ao Brasil chefiando uma expressiva delegação parlamentar do seu país. O professor Lange ali compareceu a convite da Fundação Getúlio Vargas e discorreu sobre a política de preços, no mesmo inglês pausado em que durante muitos anos falou aos seus antigos alunos da Universidade de Chicago e em que há sete anos dissertou sobre o mesmo assunto convidado pela Universidade de Cambridge.

Dias antes, o professor e diplomata polonês falara no ISEB, em francês, sobre problemas do desenvolvimento econômico, para um auditório igualmente interessado.

Com os elementos colhidos nestas duas conferências e mais numa entrevista que o professor Lange — sacrificando horas de indispensável repouso — concedeu a este reporter, podemos oferecer aos nossos leitores a opinião do eminente economista sobre alguns problemas econômicos da atualidade.

Dois palavras mais sobre o professor Lange: tendo saído da Polônia ainda ao tempo da ditadura de Pilsudski, fixou-se nos Estados Unidos, durante vinte anos, onde ensinou economia na Universidade de Chicago. Com a vitória do regime democrático-popular, retornou à sua pátria, tendo sido designado para chefiar a delegação polonesa na ONU. Naqueles anos, quando a guerra fria estava no auge, seu nome figurava destacadamente no noticiário da imprensa, como defensor da paz e da coexistência entre diferentes sistemas sociais. Atualmente, é membro da Academia Polonesa de Ciências, professor da Universidade de Varsóvia, Vice-Presidente do Conselho de Estado, Presidente da Comissão Parlamentar do Plano Econômico Nacional e do Orçamento e Finanças. E, também, membro do Comitê Central do Partido Operário Unificado Polonês. É autor de várias obras sobre economia, algumas publicadas originalmente em inglês e outras traduzidas no estrangeiro.

Polônia de hoje

Atualmente, explicou o professor Lange, a Polônia atravessa um período de desenvolvimento econômico equilibrado: ao mesmo tempo em que se desenvolvem os setores básicos da indústria, amplia-se também a produção dos bens de consumo. E isto é possível por já haver sido construída uma ampla base industrial. A produção industrial polonesa é hoje cinco vezes maior que antes da guerra. A partir de 1956, houve na Polônia profundas mudanças nos métodos de planificação e de direção da economia nacional.

O período da industrialização acelerada caracterizou-se por uma extrema centralização da direção e da planificação econômicas. Hoje, empregam-se métodos mais elásticos, mais flexíveis que, entre outras coisas, possibilitaram a dispensa do pesado aparelho burocrático que sufocava a iniciativa local.

Esta mudança suscitou acêdas discussões entre os economistas e no seio da opinião pública.

O processo de descentralização, que se opera na Polônia, também está em curso nos demais países socialistas.

Conselhos operários

A questão da direção das empresas foi objeto de uma indagação ao professor Lange. Eis a resposta:

A política geral de direção da indústria cabe aos ministérios e a direção imediata é exercida pelos conselhos compostos de diretores das fábricas. Nas empresas, funciona a autogestão operária. Em 1956, surgiu entre os trabalhadores um amplo movimento, durante o qual formaram-se os conselhos operários nas empresas, reclamando uma influência imediata dos trabalhadores na direção das empresas. Agora já existe uma legislação que dá aos conselhos operários um lugar no sistema de direção das empresas. Nestas funcionam três órgãos: o conselho operário, eleito pelos trabalhadores, que se ocupa das questões da produção; o comitê sindical, que cuida dos interesses profissionais dos operários e o comitê de empresa do Partido Operário Unificado Polonês. A lei estabelece que estas três organizações devem reunir-se quatro vezes por ano, na conferência de gestão operária. A conferência ocupa-se do plano da empresa, do seu desenvolvimento e de todas as questões importantes da empresa. O conselho operário é o órgão executivo de conferência de gestão operária. Quanto ao diretor da empresa, u-

tem está afeta a sua direção imediata, deve colaborar com os mencionados órgãos. Sua nomeação é feita pelo ministério, de acordo com o conselho operário, que tem, todavia, o direito de recusar a nomeação.

E a agricultura?

Não se pode falar, na agricultura, dos êxitos alcançados pela indústria, diz-nos o professor Lange. E explica: — No que respeita ao regime de exploração da terra, atualmente apenas 11 a 12 por cento pertencem às fazendas do Estado; 4 por cento das terras estão agrupadas em cooperativas de produção e de 80 a 82 por cento são cultivadas individualmente.

No período da industrialização acelerada, foi exercida pressão sobre os camponeses para a formação de cooperativas. De fato, essa pressão não foi suficiente para que se coletivizassem mais do que 9 por cento da terra; foi, entretanto, bastante para que caísse a produtividade das economias privadas, que se sentiam desestimuladas. Isso foi notado sobretudo na pecuária. Em consequência, quando começou a descentralização da administração, a maior parte das cooperativas se dissolveu. E que haviam cessado as pressões. O resultado imediato foi o rápido aumento da produção agrícola. Isto, porém, não pode constituir uma solução permanente. O aumento verificado, devido à cessação da pressão anterior, tem entretanto um limite: é o tamanho das propriedades, que têm uma extensão média de 5,5 hectares. Além disso, um milhão de propriedades têm somente 2 hectares. De tal modo, passados três ou quatro anos, o aumento da produção encontrou essa barreira, que o governo está empenhado em superar principalmente através dos títulos agrícolas, lançados há menos de um ano.

Os círculos agrícolas tomam como ponto de partida uma tradição profundamente difundida entre os camponeses na Polónia: a ajuda mútua. Nos círculos agrícolas não há socialização da terra, mas sim das máquinas e ou-

tros meios de produção. O governo estimula sua formação por todo o país, fazendo-os evoluir para cooperativas que forneçam máquinas, irrigação, agrária, etc., às economias camponesas.

Comércio internacional

Acredita o professor Lange que a política de guerra fria entrou em crise e que nada poderá impedir o incremento do comércio internacional. As restrições que ainda o limitam tendem a ser removidas. E a ampliação do comércio somente poderá favorecer a todo o mundo, afirma o professor Lange.

A quebra do monopólio do comércio com os velhos países capitalistas, só poderá favorecer o processo de emancipação econômica dos países subdesenvolvidos. Claro, isto não se dará de uma vez, da noite para o dia.

O professor Lange cita, então, vários exemplos, entre os quais o de Cuba, que vem de vender à URSS uma ponderável parcela de sua produção de açúcar, quebrando, em parte, o monopólio a que sempre esteve presa.

Tendo colaborado na planificação econômica da Índia e estudado a economia dos países subdesenvolvidos da Ásia e da África, afirma ele que nesses países a única via de desenvolvimento independente passa pelos empreendimentos estatais. As burguesias nacionais fallam recursos; e o capital estrangeiro só está interessado em inversões típicas de economia colonial, isto é, no comércio exportador, nas plantações, extração de minérios, ou na indústria leve, associado às burguesias nacionais. Aliás, sobre esse papel decisivo do capitalismo de Estado, a maioria do Partido do Congresso da Índia e o primeiro-ministro Nehru estão de acordo — acrescentou o professor Lange.

A ajuda socialista

Outra questão tratada pelo nosso entrevistado é a da perspectiva aberta pela presença dos países socialistas na assistência aos países subdesenvolvidos. Na Índia, por exemplo, depois que a União Soviética passou a prestar ajuda para construções básicas — como a gi-

gantessa usina siderúrgica de Bhilai — também a Inglaterra resolveu modificar sua política, efetuando um empréstimo ao Governo indiano. No Egito, depois que a União Soviética decidiu financiar a construção da represa de Assuan, o governo norte-americano reviu sua política de recusa de empréstimos estatais e ofereceu ao governo egípcio um empréstimo para o mesmo projeto.

Desenvolvimento impetuoso

Indagamos do professor Lange o que pensa do desenvolvimento econômico do mundo no futuro próximo. Responde-nos:

Os países socialistas desenvolvem-se num ritmo impetuoso que causa crescente admiração mesmo entre a burguesia dos países capitalistas desenvolvidos. Já em 1965, aos países socialistas caberá mais de metade da produção industrial do mundo. Eis por que, nos países capitalistas desenvolvidos, há hoje quem coloque a questão: não sucederão as coisas de tal modo que dentro de quinze anos seremos países subdesenvolvidos em relação aos socialistas?

Brasil-Polónia

Para encerrar a entrevista, pedimos ao professor Lange uma opinião sobre as relações brasileiro-polonesas. Não esconde o entrevistado sua admiração pelo Brasil, cujo desenvolvimento considera rápido. Como também a Polónia desenvolve-se mais e mais, acredita o eminente economista que existe uma base objetiva para a mais estreita cooperação entre as duas nações, tanto no domínio econômico, como no cultural e no político.

Entretanto, talvez seja da arquitetura brasileira que o professor Lange leva a mais lisonjeira impressão, dentre a que viu no Brasil. Considera-a pioneira e, mesmo levando em conta as diversidades entre os dois países, como a de clima, por exemplo, considera proveitoso que arquitetos poloneses venham até cá observar a nossa arquitetura.

NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 8 a 14 de abril de 1960

Nº 58



Chegada ao Rio

Quando os parlamentares poloneses desembarcaram no aeroporto inaugurando sua visita ao Brasil, aguardaram nos velhos conhecidos (parlamentares brasileiros), diplomatas e membros da colônia polonesa no Rio. O professor Lange é visto nos afofo recebendo um "bouquet" de flores, que lhe é entregue por uma menina polonesa, vendida e carido o deputado Ramon Nazari, outro membro da delegação, e os deputados Nelson Carneiro e Domingos Velasco, além do senador Dix-Huit Rosado Maia



«A Polónia atravessa um ritmo de desenvolvimento equilibrado».

A maioria dos habitantes dos tugúrios nova-iorquinos é vítima da ignorância e do medo. Durante minha estada na selva dos cortiços, conversei com dezenas de inquilinos que não tinham a menor idéia dos direitos elementares que nossas leis de inquilinato lhes facultam. Esta ignorância é aproveitada para que os explorarem e os obriguem a viver em quartos intoleráveis ao homem normal.

Desconhecem o aluguel máximo estabelecido por lei que devem pagar por seus parapeiros. Ignoram seus direitos quando o senhorio os ameaça com despejo.

Não sabem que têm direito a certos serviços pelo aluguel que pagam: calefinação, gás, eletricidade, água quente.

Não têm consciência de que estão transgredindo as normas contra incêndio quando entulham os corredores de trastes velhos, luçalgas e latas de lixo.

E desconhecem que podem denunciar os locadores ao Tribunal por não zelarem pelas casas que alugam.

Por isso, muitos proprietários extorquem de seus inquilinos a maior soma possível de dólares em troca de um mínimo de serviços.

Milhares de locatários vivem com medo de seus senhorios. Têm o despejo e outras represálias — o corte da calefinação, da eletricidade, etc. — e sofrem em silêncio. Desmoralizados, muitos deles deixam de limpar suas próprias habitações, o que provoca maior deterioração dos edifícios.

Há quem lute

Apesar de tudo, alguns dos inquilinos dos cortiços lutam por seus direitos. Uma italiana de Lower East Side disse-me:

— Moro aqui há dezesseis anos e estou sempre em disputa com o senhorio. Já o fiz denunciar três encarregados. Mas há muita gente que não se atreve a abrir a boca. Os proprietários ameaçam despejá-los se protestarem. Sei que os locadores não podem fazer isso sem mandado judicial, mas a maioria dessa pobre gente o ignora. E por isso que continua a viver em condições tão miseráveis.

Os inquilinos velhos ficam para sempre nesses apartamentos superpovoados. Só os jovens têm possibilidades de fugir a esta praga. Palestreí com uma linda portorriquenha de quinze anos que me

EISENHOWER FALOU EM PARAÍSO AMERICANO...

Lei Dos Corruptos Governa os Cortiços de Nova York

de WOODY KLEIN
(última de uma série de reportagens)

labou francamente da vida nos parapeiros, porque ia sair dali.

— Nosso apartamento é terrível. Não possuímos mais do que um quarto de 4x2,50m, com uma só cama. Nela dormimos minha mãe, meu irmão de 13 anos e eu. Mas no próximo sábado dou o fora daqui. Vou-me casar. Agora, tudo correrá melhor. Encontramos um pequeno apartamento na Segunda Rua. Ali seremos felizes.

Sua expressão era de tanta alegria que as palavras na Segunda Rua soaram como se dissesse «no sétimo céu».

Solidariedade

Descobri também que um enorme exército de pessoas trabalha para melhorar a sorte destes seres infelizes e deserdados.

Um dos aspectos mais importantes do amparo aos inquilinos é o de entregar imediatamente suas reclamações ao inspetor residencial encarregado da zona. Cerca de 500 quinquês são entregues diariamente. Esse número não reflete, porém, o verdadeiro estado de coisas, porque muitas famílias não sabem como e onde devem apresentar seus protestos. Vivem, por isso, em parapeiros infestados de ratos, com as janelas em péssimas condições e o assalto do pudre.

Funcionários corruptos

O Departamento da Habitação tem uma história que revela um número terrivelmente escasso de inspetores, história de subornos para que estes façam vista grossa às violações da lei.

Falei com inúmeros encarregados de casas durante a campanha realizada pelo reverendo James Guswelller no início do ano, para a limpeza dos cortiços de Upper West Side. Mostraram-me ampla lista de gratificações recebidas pelos inspetores municipais para



Um quarto com apenas uma cama de ferro e um velho colchão não a paisagem limitada do homem que foi viver nos tugúrios de Nova York. A vida naquele ambiente, a procura desesperada e desalentadora de um emprego na grande metrópole, levaram-no à desesperança. Hoje ele não acredita em nada de bom, só vê miséria, fome e dor.

Ele perdeu as esperanças

que não denunciasses os atentados à lei.

A situação era tão horrível que, segundo declaração pública do reverendo, «as condições iniciais, indecentes e repulsivas» de habitação existentes em Upper West Side tornam-lhe muito difícil pregar a fé cristã.

No mês passado, ainda nos tugúrios, informei-me de que os inspetores se continuam deixando-se subornar, apesar da campanha. Certa tarde bateu-me à porta de um vizinho, em Lower East Side:

— Esta casa é fétida. As vezes falta água. Não sei o que há. O proprietário nunca faz limpeza. Não quero viver aqui. Não quero que meu filho fique doente.

Perguntei-lhe se o inspetor não tomava providências e se ninguém reclamava do senhorio. Respondeu-me:

— Os inspetores comparecem, naturalmente, mas não sobem, nunca passando do apartamento do encarregado. Muitas vezes violar aos inspetores cinco e até dez dólares.

Grandes negócios e maiores antros

Todos que procuram melhorar a situação dos moradores dos cortiços de Nova York tropeçam nessa triste realidade. Nas estatísticas dos imóveis dos Estados Unidos afirma-se que os tugúrios vão desaparecendo do país. Na realidade, porém, as cabeças-de-porco multiplicam-se em Nova York.

Se essa situação não se modificar, nossa cidade poderá tornar-se, dentro de vinte anos, a metrópole dos maiores negócios e dos maiores antros.

Concurso da

Rádio Moscou

A Rádio Moscou transmite, diariamente para o Brasil, de 19 às 21 horas (hora do Rio de Janeiro), na faixa de 25 metros, nos frequências e comprimentos de ondas de

- 11,75 megacíclos (25,53 metros)
- 11,87 megacíclos (25,27 metros)
- 11,92 megacíclos (25,17 metros)

e na faixa de 31 metros, nas frequências e comprimentos de ondas de

- 9,63 megacíclos (31,15 metros)
- 9,80 megacíclos (30,61 metros)

CONCURSO

Todas as quartas-feiras, às 20,30 horas, é transmitido um programa especial (Rádio Universidade), com interessante concurso e distribuição de prêmios

Está circulando o n.º 7 de ESTUDOS SOCIAIS

Acaba de aparecer o número 7 da revista ESTUDOS SOCIAIS, que é dirigida por Astrojildo Pereira. O número atual publica trabalhos sobre assuntos de política nacional, de economia, de história e literatura. Contém, além disso, uma cuidada seção de crítica de livros.

Entre os artigos publicados, destacam-se os estudos de economia de Hugo Regis dos Reis (Por uma política brasileira de energia elétrica), de Gilberto Paim (Pesquisa sobre as empresas de capital estrangeiro) e de J. Miglioli (Debate sobre o capitalismo contemporâneo). Apresentam igualmente grande atualidade os trabalhos assinados por Aragon (acerca do realismo socialista) e Jean Bruhat (O marxismo e o ensino leigo).

Num longo editorial — «Cuba, segundo ano da independência» — ESTUDOS SOCIAIS denuncia a atitude de complacência das esferas governamentais brasileiras com as manobras do imperialismo norte-americano contra a revolução cubana, ao mesmo tempo que apela a todos os patriotas a fim de que manifestem a sua solidariedade ao movimento liderado por Fidel Castro.

Nota Econômica

O Brasil Não Defende o Cruzeiro Mas Quer Defender o Dólar

O acordo comercial assinado há poucos dias com a Polónia tem vários aspectos auspiciosos, que foram salientados na matéria dedicada ao assunto pela última edição de nosso jornal. O acordo mais que duplica o volume atual do comércio entre os dois países, que é elevado ao nível de 35 milhões de dólares anuais, em cada sentido; abrange um período de cinco anos, o que permite a sua adaptação às características da economia socialista planificada da Polónia e, conseqüentemente, o maior incremento do intercâmbio entre os dois países. Mas, a par desses aspectos positivos, há ainda certos fatos a lamentar no documento embora nenhum deles apague a sua importância e significação. Em particular, o «crédito recíproco» previsto nele, de apenas quatro milhões de dólares, é irrisório para o volume do comércio previsto, e aparece como um recurso utilizado e imposto pelo Itamarati, talvez mesmo com o fim de sabotar o cumprimento do acordo.

A margem da negociação deste acordo, entretanto, surgiu novamente em tela o problema da cláusula de garantia contra a desvalorização da moeda norte-americana. A exemplo do que vem sendo feito por diversos países que têm conosco acordos de pagamento em moeda-convenção, ou seja, nos quais os valores trocados são traduzidos e contabilizados em dólares, a Polónia propôs agora a inclusão no acordo de uma cláusula de garantia recíproca contra a eventual desvalorização da moeda lanque. O Itamarati, no entanto, recusou-se até e fim a aceitar essa proposta.

Essa cláusula, contudo, tem uma justificação inegável: a perspectiva de desvalorização que se abre para o dólar norte-americano. Esta perspectiva é muito real, e freqüentemente chegam dos próprios Estados Unidos telegramas, publicados na imprensa burguesa, confirmando a sua realidade. A insistência do Governo de Washington em manter a cotação-ouro do dólar ao nível de US\$35 por onça de ouro metálico, embora a cotação real da moeda já tenha caído à metade desta taxa, gerou problemas econômicos e políticos de tal ordem que a manutenção desta taxa irreal já está trazendo mais prejuízos que lucros para o imperialismo lanque. Diversas personalidades governamentais já se pronunciaram publicamente, nos Estados Unidos, em favor da chamada

desvalorização. No Brasil, recentemente, o sr. Roberto Campos dedicou ao assunto um longo artigo na revista «SR».

Uma cláusula no acordo comercial assegurando a revisão de preços das mercadorias trocadas, no caso da revisão do valor oficial da moeda-base do convênio, tanto interessa à Polónia quanto ao Brasil. Representaria a segurança de que o sistema de preços vigentes no acordo acompanharia a realidade, não seria uma ficção anárquica. Os negociadores do Itamarati, no entanto, se negaram a aceitar essa cláusula, e, o que é pior, não explicam — pelo menos não o explicaram para a imprensa — porque o fizeram. Tendo indica, entretanto, que a razão para a sua negativa é a mesma apontada pelo sr. Roberto Campos, em seu artigo citado, no número de fevereiro de «SR»: «Sob o ponto-de-vista político — disse ele — a desvalorização seria um tanto perdido na guerra-fria, ora atenuada, mas não resolvida; como é suposto que a desvalorização do dólar prejudica a posição dos Estados Unidos na guerra-fria, da qual é candidato, suas recomendações são todas para que o Governo brasileiro ajude os Estados Unidos a evitar a desvalorização, inclusive recusando-se a admitir a hipótese dela, uma vez que admiti-la já seria contribuir para a sua concretização. Digase de passagem que o sr. Roberto Campos escreveu tudo isto sabendo que a desvalorização do dólar, em qualquer medida, resultaria num enorme e imediato benefício para o Brasil, que teria a sua dívida para com os Estados Unidos diminuída na exata proporção da desvalorização».

A previsão de que a recusa dos negociadores do Itamarati a aceitar a cláusula de desvalorização se baseia nesta opinião do sr. Roberto Campos é aliás reforçada pelo fato de que este ex-diretor do BNDE tem hoje uma posição de «mentor econômico» do Ministério do Exterior. O resto vai por conta da mentalidade colonial, em relação aos Estados Unidos, que ainda domina naquela Casa do Governo, e que resulta na má vontade com que os nossos diplomatas enxergam o desenvolvimento das relações brasileiras com os países socialistas.

Dicionário
Conversibilidade

Chama-se «conversibilidade» à qualidade de uma moeda de ser livremente trocada por outras. O cruzeiro, por exemplo, seria conversível, na inteira acepção do termo, se quem o tivesse, em qualquer quantidade, pudesse trocá-lo pelo valor correspondente em qualquer outra moeda, ou trocá-lo por mercadorias, em qualquer país do mundo. Isto só seria possível, entre outras condições, se o Governo brasileiro garantisse essa conversibilidade, isto é, se dispusesse de uma reserva suficiente de moedas de todos os países para cobrir a procura dos que dispõem de cruzeiros e que rem trocá-los por outras moedas. Ocorre, entretanto, que a situação é precisamente o inverso. O país tem carência de determinadas moedas, justamente as que são mais procuradas pelos que dispõem de cruzeiros, e é por isso obrigado a estabelecer uma série de restrições à conversibilidade de sua moeda.

O que ocorre com o Brasil, em relação ao cruzeiro, ocorre com quase todos os países do mundo, em relação às suas respectivas moedas nacionais. Apenas dois países em todo o mundo têm suas moedas inteiramente conversíveis: os Estados Unidos e a Suíça. Em virtude mesmo das leis de desigualdade no desenvolvimento capitalista, certas moedas tendem a se tornar mais caras e mais procuradas que a maioria delas. Alguns outros poucos países, como a Inglaterra, a Alemanha e a França, mantêm suas respectivas moedas num regime de conversibilidade limitada. A Inglaterra, por exemplo, permite que os residentes do exterior que disponham de um saldo em libras, possam comprar com elas mercadorias em qualquer outro país que as aceite; esta possibilidade não se estende porém aos residentes na própria Inglaterra. A maioria esmagadora dos países, entretanto, tem moedas totalmente, ou quase totalmente «inconvertíveis», enquadradas em rigorosos sistemas estatais de restrições à sua troca por outras moedas. Este sistema se define sempre pelo maior ou menor monopólio do Estado nas operações cambiais, através do qual o Estado dispõe de receita nacional em divisas estrangeiras e obriga a que as compras e despesas feitas numa determinada moeda estejam em equilíbrio com a quantidade dessa moeda — em papel ou em mercadorias — que entra no país.



O outro lado

Luzes, automóveis modernos, peles, e o mistério que derramado à vontade nos copos são o outro lado. É a rua 12, inatingível para os miseráveis que vivem e morrem sem assistência

Renato Arêno

Samuel Wainer fala sobre a Nova China

PEQUIM — (Correspondência Especial) — A revista China Reconstroi, que se edita nesta cidade em vários idiomas, publicou em sua edição de fevereiro último o seguinte artigo do jornalista brasileiro Samuel Wainer, diretor do jornal «Última Hora»:

Confesso que, antes da maravilhosa viagem de três semanas que acabo de realizar pela China, convidado pela Associação de Jornalistas Chineses, jamais imaginava haver no Brasil interesse tão profundo e sãde tão grande de conhecer a Nova China.

No decurso de minha longa vida profissional acompanhei de muito perto, durante alguns anos, como correspondente internacional de imprensa, muitos dos acontecimentos mais notáveis da pós-guerra, o que me levou a percorrer quase todos os países do mundo. Devo dizer que nunca antes fui recebido, ao regressar a minha pátria, com curiosidade tão arande e generalizada. Em inúmeras ocasiões, na rua, no escritório, nos campos de esportes ou no cinema, viajando de avião ou de taxi, fui abordado por toda classe de pessoas, que queriam saber de maiores detalhes a respeito de minha viagem pela China. Muita amizade chegaram até a me saudar pessoalmente pelas impressões que transmiti aos 200 mil leitores de meu diário nos três artigos que publiqui em forma de entrevista ao Presidente da República, Juscelino Kubitschek.

Não foi apenas entre as camadas populares do país que constatei essa sãde profunda de interesse a China de Mao Tsé-Tung. Os jornais e revistas mais diversos, mesmo alguns de tendência radicalmente oposta à da empresa jornalística de que faço parte, me solicitaram entrevistas exclusivas sobre a China.

Estações de rádio e de televisão me convidaram a participar de debates públicos; agências telegráficas solicitaram-me impressões pessoais, e a PRELA (Prensa Latina), a única agência jornalística latino-americana que existe, pediu-me autorização para reproduzir meus artigos em toda a América Latina; organizações universitárias e sindicais convidaram-me a realizar conferências para seus membros; finalmente, mais de um representante do governo e do parlamento me solicitou, em caráter privado, informações mais completas sobre a China.

Julgo, assim, que a distância que separa o Brasil da China e a diferença de regime político e social entre ambos os países só servem para destacar ainda mais o fato seguinte: se a China de hoje não fosse portadora de uma mensagem capaz de comover e despertar a admiração dos povos de todo o mundo, jamais teria surgido em torno dela uma curiosidade tão simpática e tão construtiva.

Por outro lado, o fenômeno mencionado tanto foi constatado por mim como por todos os intelectuais brasileiros que, na mesma época, visitaram Pequim e outras regiões do país. Assim é que os notáveis dramaturgos Pedro Bloch e Guilherme Figueiredo, totalmente apolíticos, cuja posição não comunista ninguém desconhece, não vacilaram em manifestar publicamente seu entusiasmo pelo que viram na China, e foram rodeados pela mesma atmosfera de curiosidade.

Não resta, pois, nenhuma sombra de dúvida de que o famoso «cordão sanitário» — que durante mais de vinte anos escondeu dos olhos do mundo a assombrosa transformação da velha Rússia dos csares em uma das potências mais poderosas do mundo, — fracassou totalmente no que se refere à China. Os inimigos da paz e da fraternidade universal podem mobilizar todas as forças da mentira e da difamação: já agora nada interromperá o diálogo que se estabeleceu entre os povos.

Desejo, por isso, que os dirigentes da República Popular da China e, mais particularmente, os que exercem cargos que os aproximam do jornalismo e, as organizações culturais, científicas e econômicas, tenham plena consciência da importância deste fato e se esforcem, portanto, por dar a conhecer à humanidade toda a verdade sobre a China, a mensagem de amor à paz e ao progresso, à beleza e à inteligência, ao trabalho e à educação que encontrei nessa grande nação, cuja capacidade de trabalho e culto ao talento podem ser medidos pela arandza de seu dirigente, Mao Tsé-Tung, general e poeta, personificação de todo um povo.

Digo e repito: espero que o governo da República Popular da China faça todo o possível para dar ao mundo uma imagem real de sua existência, não só porque a China, a verdadeira, ainda é pouco conhecida, como também porque a extraordinária experiência social que ali se realiza contém ensinamentos humanos de valor inestimável para os povos de todo o mundo, e, em particular, para os da América Latina, cujos traços comuns com a maior e mais poderosa nação da Ásia são uma de suas características mais notáveis.

E' fato que esta ignorância em relação à China é, até certo ponto, compreensível. Pelo menos durante os últimos séculos a imagem da China, intencionalmente deformada pelas nações imperialistas que a exploravam e a oprimiam, relegaram ao esquecimento a grande China do passado, a China das notáveis descobertas científicas, a China dos grandes artistas e filósofos.

Na primeira fase desse período de deformação, deliberadamente criada com o fim de justificar ao mundo as invasões, a ocupação e a exploração de um país até então livre, só se ouvia falar de uma China decadente e podre, dominada por alguns mandarins cruéis. Ninguém no entanto, se referia à outra China, a dos grandes e sangrentos levantamentos populares e camponeses, à China heróica da resistência aos traficantes de ópio, que tem na figura do sábio e guerreiro Lin Dse-su seu símbolo mais perfeito.

Posteriormente, depois da revolução de 1911, o mundo começou a ter notícias de uma China dilacerada e dividida entre figuras grotescas e medievais de caudilhos militares e generais-bandidos que «morrem ao amanhecer», após haverem roubado, assassinado e destruído tudo o que deparavam em seu caminho.

Pouco ou nenhum eco, porém, nos chegava da outra China, daquela que, nas montanhas de Chingking, no extremo mais remoto da província de Chiangsi, abria, ao preço de sangue e sacrifícios, o caminho para libertar-se

completamente da escravidão a que fora reduzida.

Finalmente, logo após a libertação, as forças da mentira e da difamação se empenharam, naturalmente com furor redobrado, contra a Nova China, e hoje, apesar do 10º aniversário da libertação, que comemora as surpreendentes vitórias alcançadas no campo do desenvolvimento econômico e cultural, a imagem falsificada de uma China triturada e vencida continua sendo fabricada e vendida em todo o mundo por jornalistas, escritores e caixeiros viajantes, recrutados e regiamente pagos para tal fim. Seu cinema é tão grande que chega a encher páginas e páginas de jornais e livros sem jamais haverem conhecido a Nova China, sem jamais haverem saído de seus quartéis-generais instalados nos cabarés de Hongkong, nos clubes noturnos de Tóquio ou nos bordéis de Macaul!

Algumas perguntas que me foram feitas com maior frequência após meu regresso ao Brasil demonstram que a propaganda negativa desencadeada contra a Nova China, consegue sempre influenciar setores da opinião pública que se supõem bem informados. Esses indagações não me foram dirigidas, porém, por homens do povo, — felizmente protegidos, por instinto, contra esse tipo de propaganda, — e sim por pessoas altamente colocadas no jornalismo e na vida política de meu país.

—Você acredita que o novo regime da República Popular da China se manterá por muito tempo? Não lhe parece que o povo chinês está próximo de uma revolução?

Respondia-lhes negativamente e que o atual regime político e social da China está definitivamente consolidado, e que se tornará ainda mais forte quando a nova geração se iniciar na vida pública, gente educada com um sentido moral que recorda os primeiros tempos bíblicos e cuja educação se realiza a um nível de que só poucos sistemas se podem orgulhar. Replicava-lhes, igualmente, que um governo que teme o povo não lhe entrega armas, como acontece na China, onde as milícias populares, com um fusil na mão e um livro na outra, com um trator ou uma máquina, desfilam ante o aplauso e a aprovação de todo o país. Objetava-lhes, finalmente, que nenhuma força policial e nenhum exército do mundo poderiam obrigar um povo de mais de 600 milhões a trabalhar pela reconstrução e o progresso da Pátria com o fervor, o entusiasmo e a disciplina que constatei na China.

Alguns me perguntavam por que a vida humana na China é tão menosprezada. — Afinal de contas — disse-me um jornalista — são 650 milhões e podem permitir-se sacrificar, sem maior preocupação, populações inteiras...

Esforcei-me por demonstrar, pacientemente, que essa não é, em absoluto, a verdade. Basta ver os cuidados, o carinho e a atenção de que são alvo as crianças na China, encontradas aos milhões nas escolas, jardins e museus, para se compreender que o povo e os dirigentes desse país sabem, melhor que ninguém, que o potencial humano representa a maior riqueza da nação. Quando, a título de ilustração, contei o que vi na nova Pequim, os lindos berçários, as salas de repouso para as



O velho e o novo

A velha e a criança simbolizam o elo de ligação entre o passado, a tradição milenar de um povo laborioso, e o presente do socialismo na China. O velho e o novo na construção de uma sociedade que libertou a China das cadelas do colonialismo e da opressão, da miséria, também milenar, e da fome.

mulheres grávidas, as salões de jogos para as crianças, onde as funcionárias se dedicam de corpo e alma à sua tarefa, cuidando dos garotos e até brincando com eles, — não me respondiam com um olhar de incredulidade, como se tratasse de inverossímeis contos de fadas.

Conversei, também, com um intelectual. Indagou se não me parecia que a linha geral traçada pelo governo chinês era sectária, ortodoxa e pouco realista.

Disse-lhe que não me podia manifestar sobre a justeza ou não da orientação geral, já que não sou comunista. Podia, porém, garantir-lhe: só um grupo de dirigentes com um conhecimento profundo de sua gente poderia estabelecer uma diretriz como aquela e obter desse povo o que conseguia espontaneamente.

Outro intelectual me perguntou, inquieto, se havia algo de verdade quanto à existência de um conflito latente entre a China e a URSS. Eu invertei, em tais casos, a pergunta e, por minha vez, indaguei: Por que julgar que as duas maiores nações socialistas do mundo, unidas por laços de fraternida-

de e interesses tão profundos, haveriam de entrar em conflito? Ninguém estava em condições de responder.

Finalmente um grande banqueiro, de formação progressista e nacionalista, dirigiu-me certa vez a seguinte pergunta: — Afinal, por que você volta convencido de que o atual regime político e social da China está consolidado? Como explica você que um povo tradicionalmente individualista haja aceitado, de forma passiva, uma reforma tão radical em sua vida e costumes?

Nada me custou demonstrar-lhes que minhas convicções se baseiam em dois fatos simples: primeiro, o governo atual é o melhor de todos que o povo chinês já conheceu em sua longa e difícil história; segundo, o regime atual oferece a muitos milhões de pais chineses — recentemente filhos de escravos ou de trabalhadores semi-escravizados — dias melhores para seus filhos. E só esta perspectiva pôde levá-los a construir, praticamente com suas mãos e ombros, uma nação nova, que em menos de 10 anos já pode olhar com a fronte alta e o semblante de orgulho para esse mundo que ainda ontem a considerava definitivamente mergulhada na podridão e na miséria!

Poderia preencher toda esta edição de China Reconstroi — em que tenho a honra de figurar como colaborador — com muitos outros episódios parecidos com os que acabo de relatar. Espero, pelo menos, que meus artigos sobre a China e minhas palestras com as pessoas mais diversas contribuam, em certo grau, para derrubar a muralha de ignorância que ainda se ergue tão alta em torno daquela nação.

Se é verdade que, há muito, deixei a carreira de repórter para tornar-me proprietário e orientador de um dos maiores diários do Brasil, hoje me sinto particularmente feliz ao utilizar esse instrumento de informação, a imprensa, para tornar mais bem conhecidos os progressos diários da Nova China e batalhar em prol do estabelecimento mais rápido possível de relações entre ela e o nosso país. Penso ser a melhor maneira a meu dispor — e também de minha esposa, Danuza — para retribuir os invidáveis dias vividos juntos naquele país, aonde desejáramos voltar com frequência. Quero, enfim, — e profundamente, — que quando meus filhos estiverem em idade de viajar, conheçam a China, para que saibam que uma nação jamais morre quando seu povo sabe encontrar o caminho da liberdade.



A comuna popular

A China avança a passos largos no caminho do progresso. As pernas que a levam são, hoje, principalmente, as comunas populares, que se espriam

por todo o país. Reunindo todos os esforços da população das diversas regiões do país, as comunas produzem para uso dos seus integrantes e para os gran-

des centros urbanos do imenso território. Organizadas sob a direção de Mao Tsé Tung, as novas células da vida social na Chi. Popular desempenham

papel de relevo na vida econômica do país. Trigo, arroz, algodão... e aço, além de outros produtos, constituem as grandes fontes que alimentam o trabalho dos comunistas do século XX.

ARAPUCA PARA A EMANGIPAÇÃO ECONÔMICA

Tratado de Montevideu Faz o Jôgo Dos Trustes lanques

No dia 18 de fevereiro deste ano, foi solenemente assinado, em Montevideu, o tratado que cria uma Zona de Livre Comércio e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Em seu número de 29 de janeiro, NOVOS RUMOS publicou um editorial em que os comunistas brasileiros definiam, de modo circunstanciado, a sua posição diante do projeto de Tratado de Zona de Livre Comércio, que iria ser discutido em Montevideu.

México entra na zona

A primeira alteração digna de nota é a inclusão do México entre os signatários do Tratado. Enquanto a Bolívia, cuja adesão era considerada certa, decidiu não assinar — e não se sabe quando o fará —, o México, que punha objeções, precisamente porque não estava integrado na iniciativa resolvida, à última hora, aderiu.

Mercado de 144 milhões

Os sete países, que subscreveram o Tratado de Montevideu — Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru, Uruguai — abrangem quase 16 milhões de quilômetros quadrados e possuem uma população total de cerca de 144 milhões de habitantes, ou seja 70% da população latino-americana.

O Tratado está aberto à adesão das demais nações da América Latina, sendo que quatro delas — Colômbia, Equador, Guatemala e Venezuela — enviaram observadores oficiais à Conferência de Montevideu.

Verifica-se, desta maneira, que se acha bastante avançada a execução do plano de integração da América Latina num gigantesco Mercado Comum, cujos verdadeiros beneficiários serão inelutavelmente os monopólios norte-americanos.

"Integração" em benefício dos trustes

Em nosso editorial de 29 de janeiro, era dito que o projeto de «Tratado de Zona de Livre Comércio» extravasava das características de simples instrumento de política de comércio exterior, envolvendo claros compromissos de determinação política de inversões estrangeiras e de integração econômica adequada aos interesses dessas inversões.

A este respeito, citamos então, os artigos 13 e 14 do projeto. No Tratado definitivo, tais artigos correspondem aos de números 15 e 16 e ficaram assim redigidos:

«Artigo 15 — Para assegurar condições equitativas de concorrência entre as Partes Contratantes e facilitar a crescente integração e complementação de suas economias, especialmente no campo da produção industrial, as Partes Contratantes procurarão, na medida do possível, harmonizar — no sentido dos objetivos de liberação do presente Tratado — seus regimes de importação e exportação, assim como os tratamentos aplicáveis aos capitais, bens e serviços procedentes de fora da Zona.»

«Artigo 16 — Com o objetivo de intensificar a integração e complementação a que se refere o Artigo 15, as Partes Contratantes: (a) — realizarão esforços no sentido de promover uma gradual e crescente coordenação das respectivas políticas de industrialização, patrocinando, com este objetivo, entendimentos entre representantes dos setores econômicos interessados;»

(b) — poderão celebrar entre si ajustes de complementação por setores industriais.»

Obstáculos para a emancipação econômica da América Latina

O artigo 15 em nada difere do antigo artigo 13 do projeto, exceto em que, ao invés de dizer «estudarão a forma de harmonizar», declara, mais suavemente: «procurarão, na medida do possível harmonizar...»

Esta insignificante alteração se deve a proposta da delegação brasileira, que incluiu ainda a eliminação no artigo 15 da referência a capitais, bens e serviços de fora da Zona. Esta parte da proposta brasileira, muito mais importante, não foi, porém, aprovada.

No que se refere ao artigo 16, está redigido de forma mais taxativa, mais explícita, do que o antigo artigo 14 do projeto.

A conclusão evidente é que os artigos 15, 16 e os demais, com eles relacionados, estabelecem uma política de integração das economias dos países latino-americanos, integração que será comandada pelas grandes empresas norte-americanas já instaladas ou que venham a se instalar nesses países.

da Westinghouse, da International Harvester, da IBM, da Standard Electric, da Good Year, da Firestone, da Willys Overland, dos grandes laboratórios farmacêuticos e de numerosas outras empresas lanques que passarão a explorar o mercado unificado de sete países, realizando acordos de complementação com as suas congêneres desses países sob o patrocínio oficial dos próprios governos latino-americanos. Está claro que a indústria nacional da América Latina terá um campo cada vez mais estreito para atuar e uma industrialização de caráter efetivamente independente se tornará mais difícil.

O que se esconde atrás do problema de denúncia

O sr. José Cesar Borba, correspondente do «Correio da Manhã», que fez a cobertura da Conferência de Montevideu, escreveu que a palavra «integração» só figura no texto do Tratado por descuido... Por que descuido? Falase de «integração» repetidas vezes, no preâmbulo, no artigo 13, no artigo 16, no artigo 61. A intenção ficou por demais expressa.

A prova disso está no fato de que um dos problemas que provocaram maiores dificuldades na Conferência foi o das condições de denúncia do Tratado.

No projeto em debate (artigo 33), a denúncia por qualquer país signatário só poderia ser feita após dez anos de vigência do Tratado, tornando-se efetiva somente dois anos depois da data de notificação. Em outros termos, isto significava que o Tratado valeria obrigatoriamente durante os doze anos para os quais seria assinado. A possibilidade de denúncia era fictícia.

Se a questão dissesse respeito a um simples acordo comercial ninguém se preocuparia em impor tão rígida obrigatoriedade, nem isto seria motivo de tanta discussão. Como de costume, a denúncia poderia ser feita a qualquer momento (ou após um curto prazo de vigência) e tornada efetiva meses após a notificação.

No caso, porém, do Tratado de Zona de Livre Comércio, não se tem em vista um simples acordo comercial. Por trás dele estão os interesses dos monopólios norte-americanos, que pretendem ampliar seus investimentos na América Latina e precisam, para isso, de garantias estáveis, a longo prazo.

Queremos operar numa zona de livre comércio, que abraça muitos países, com a certeza de que as barreiras alfandegárias e cambiais reduzidas ou de todo eliminadas não serão, de um momento para outro, reerguidas por este ou aquele país que venha a denunciar o Tratado e se desobrigar dos seus compromissos.

Mais fácil sair da arapuca...

Segundo relatou o próprio correspondente do «Correio da Manhã», este problema provocou momentos de tensão em Montevideu.

A delegação brasileira se bateu para que o direito de denúncia não dependesse de prazos, tornando-se efetivada a denúncia dois anos após a data de notificação. Isto significava que se tornaria possível, formalmente, uma obrigatoriedade mínima de apenas dois anos.

A proposta da delegação brasileira não foi aceita e, por esse motivo, o Tratado esteve para não ser assinado pelo governo brasileiro.

Afinal, chegaram as delegações a um acordo, expresso no artigo 64 do Tratado. Segundo o mesmo, a denúncia não depende de prazo de vigência e faz cessar automaticamente direitos e obrigações para o país denunciante. Entretanto, as reduções de gravames já recebidas ou outorgadas até a data continuaram em vigor por um período de cinco anos, a partir da formalização da denúncia. Este prazo poderá ser diminuído por decisão especial da Conferência de países signatários.

Não resta dúvida que isto representou uma vitória parcial, do ponto de vista dos interesses nacionais. Ao menos, tornou mais fácil sair da arapuca...

Produtos agropecuários e petróleo

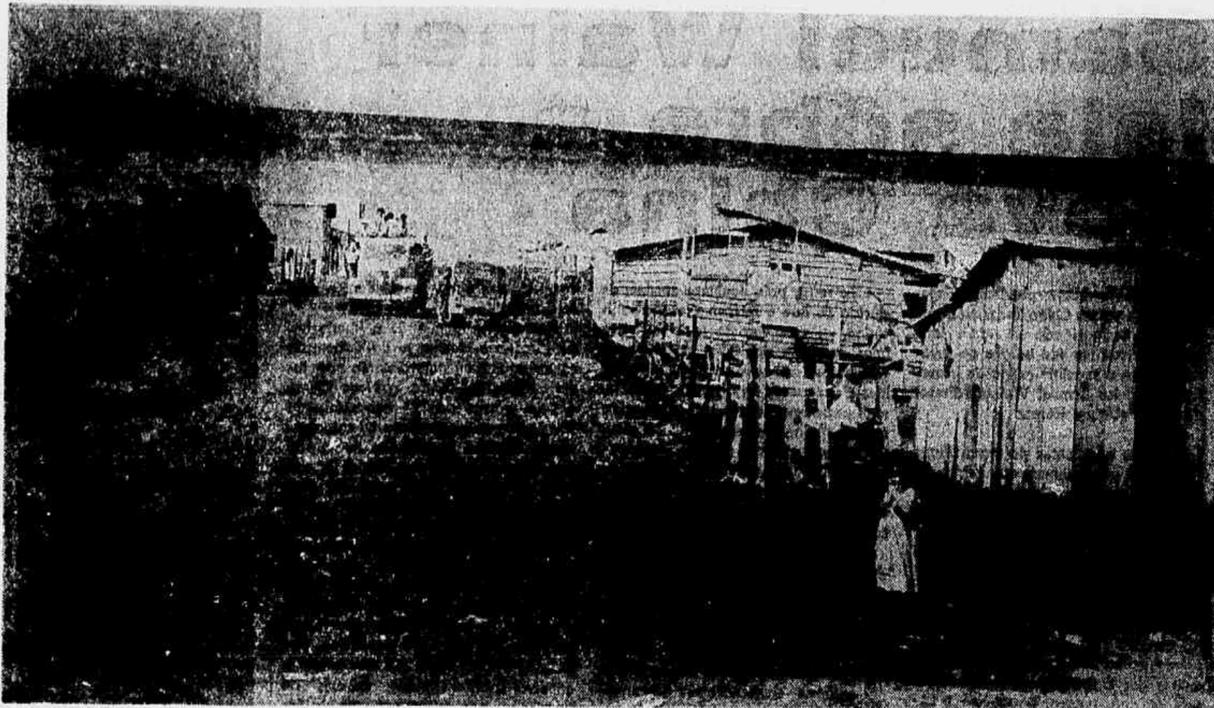
O Tratado deu algumas garantias aos produtos agropecuários que se intercambiaram entre os países da Zona. Estabelece no artigo 29, que os produtos agropecuários originários de países da zona terão prioridade sobre os de fora. Esta prioridade interessa sobretudo ao trigo argentino e uruguaio, que sofre a concorrência sistemática do trigo norte-americano, ao algodão e ao pinho brasileiros, etc.

A delegação brasileira conseguiu também que, num protocolo especial, fosse consignado que as disposições do Tratado não se aplicam aos compromissos de compra e venda de petróleo e derivados, resultantes de convênios anteriormente celebrados. Desta maneira, as condições para a aquisição pelo Brasil de petróleo boliviano, estabelecidas no Tratado de Roboré, não serão extensivas aos demais países da Zona de Livre Comércio.

O dever do Congresso

A Conferência de Montevideu demonstrou que existem, nos meios oficiais de alguns países latino-americanos, resistências mais ou menos sérias aos planos do imperialismo dos Estados Unidos. Essas resistências se fizeram notar, sem dúvida, na delegação brasileira. Vale recordar, aliás, que, por iniciativa da chancelaria do nosso país, a criação da Zona de Livre Comércio foi adiada de setembro do ano passado para fevereiro deste ano.

O fato fundamental é, porém, que o Tratado foi assinado e que os seus aspectos essenciais são nocivos aos interesses nacionais. De acordo com a Constituição, o Tratado de Montevideu deverá ser submetido ao Congresso. As forças nacionalistas não poderão deixar de reivindicar que o Congresso negue a sua ratificação a tão pernicioso documento.



Favela em Brasília

A beira do lago, à distância na o muito grande do Palácio da Alvorada e da Praça dos Três Poderes, localiza-se a favela da Vila Amauri. Calcula-se em quinze mil o número dos seus habitantes. Grande parte dos barracos já foi atingida pelas águas do lago, e outros ainda o serão. Entretanto, muitos outros também estarão fora do alcance das águas, mesmo quando o lago atingir a altura prevista: mil metros acima do nível do mar. Que será dos seus moradores, que destino terão os construtores de Brasília?

BRASÍLIA — ANO I

ÊLES TÊM MÊDO DA VOZ DO CANDANGO

Reportagem de JOSUÉ ALMEIDA (última da uma série de cinco)

De todos os contrastes de Brasília, nenhum é tão gritante como o que contrapõe a grandiosa epopeia da construção de uma nova capital a mil quilômetros do Atlântico, aos reacionários projetos em relação à futura capital. Que situação pensam esses utópicos reacionários reservar para Brasília? Tomam Washington como modelo: Brasília deve ser uma cidade administrativa, puramente burocrática, onde o governo fique isolado da influência das massas. Poderá haver sonho mais monstruosamente antidemocrático? Essa, entretanto, é uma das razões com que alguns elementos reacionários justificam a mudança da capital.

Mêdo do povo

Vejam algumas dessas opiniões. Em 1810, o conselheiro e chanceler Cardoso de Oliveira afirmava que «a capital se deve fixar em lugar são, ameno, agradável e isento do confuso tropel de gente, indistintamente acumulada». Mais tarde, já na Constituição de 1891, o senador Virgílio Damásio exprimia a mesma idéia: «Uma cidade populosa, onde avulta a lia social, constituída por massas, nas quais, infelizmente, não penetrou a instrução nem a mínima educação cívica; onde se encontram muitos, falemos a verdade, que inteiramente fora da comunhão do povo laborioso e honesto, vivem entre a ociosidade e os manejos ou expedientes pouco

confessáveis; esta grande massa de homens é uma arma, uma alavanca poderosíssima em mãos de agitadores...»

João Barbalho, professor de Direito, foi ainda mais explícito na exposição do projeto reacionário: «As grandes cidades, de muita população e movimento, não convêm para residência do governo e lugar de reunião do Congresso, que nelas ficam muito expostos à influência de poderosos interesses coligados e à pressão das grandes massas populares». Outro jurista, Carlos Maximiliano, acredita que, funcionando nas grandes cidades, o Congresso «decreta, com frequência deplorável, medidas de favor a operários do Estado», e invoca «o exemplo norte-americano» para justificar a mudança da capital.

Como se vê, há nessas opiniões um traço comum: o mêdo do povo. E até aqui, as medidas adotadas em relação a Brasília apresentam o mesmo ranço reacionário.

Nem operários nem estudantes

É sabido que o plano de construção do novo Distrito Federal proíbe a instalação de indústrias — exceto pequenas indústrias de alimentação — no território de Brasília. Por quê? Porque, afirmam, onde há fábricas há favelas... Não dizem, mas é óbvio que a razão é algo diferente: onde há fábricas há operários e trata-se de afastar os operários de Brasília.

É certo que o plano piloto prevê a construção de uma cidade universitária em Brasília, mas os dirigentes

da Novacap não fazem segredo dos seus propósitos de «deixar para depois» a construção de qualquer escola superior na nova capital.

Por quê? Não têm a coragem de dizê-lo abertamente, mas se sabe que é para afastar de Brasília a combativa mocidade universitária, ainda que isto erie sérias dificuldades para as famílias que têm filhos cursando escolas superiores.

Isolado de quem?

Se a inspiração é Washington, que se passa ali? De fato, lá também não há operários e é pequena a pressão da opinião pública local sobre a administração e o Congresso norte-americanos. Isto, porém, não impede que campeiem o suborno e a corrupção, que os grandes trustes com sede em Nova Iorque, Chicago, Detroit ou Filadélfia mantêm em Washington escritórios destinados a organizar os chamados «grupos de pressão» a fim de obter as medidas desejadas pelos trustes. E em outra coisa não pensam os que aqui desejam meter Brasília na camisa de força da «burocracia pura». Com efeito, não querem operários nem estudantes em Brasília, mas quem impedirá que lá se instalem os agentes do poder econômico, para agir livres da pressão das massas que defendem os interesses nacionais? Eis porque o suposto isolamento de Brasília é um sonho profundamente reacionário e antidemocrático. De fato, em tal caso, só haveria isolamento do povo e não dos magnatas, dos agentes dos trustes estrangeiros, que ficariam de mãos livres.

Mas, não é fácil

Penso, porém, que é muito difícil a concretização desse projeto. Primeiro porque Brasília não foi construída com o dinheiro público para se tornar uma sede de atenções aos interesses do povo e do país. Além disso, a classe operária, personificada nos construtores da cidade, já se encontra em Brasília, no Sindicato de cinco mil associados, ou morando nos miseráveis barracos da chamada Vila Amauri, na Cidade Livre e na favela da Invasão. São milhares de casebres e dezenas de milhares de trabalhadores. Que se pretende fazer com esta gente? Expulsar do novo Distrito Federal, a pata de cavalo, numa reedição da batalha da borraça? Construir habitações para todos nas cidades-satélites de Taguatinga e Sobradinho?

Mais ainda: como manter intocado o plano original, quando a Cidade Livre tem hoje uns 50 mil habitantes, é verdade que precariamente instalados, mas com interesses econômicos ponderáveis?

Nem o fim nem a salvação

Sou dos que pensam que a transferência da capital para o interior do país constitui um fator de desenvolvimento. Entretanto, só por ignorância ou má fé pode-se atribuir a Brasília a causa dos males por que passa o país, e principalmen-

te ver na nova capital a causa única e mesmo principal da inflação. De fato, pela própria natureza do empreendimento — uma construção que não se destina diretamente a fins produtivos —, Brasília é inflacionária. Mas, em nenhum caso compara-se às vultosas compras de café, que aí está estocando, sem nenhum valor, enquanto os 60 bilhões de cruzeiros emitidos pelo governo para comprá-lo engrossam a inflação. É certo que em Brasília — principalmente nas obras por administração — não se apanha prego que cai no chão, isto é, não existe nenhum propósito de economia. Em grande parte, a construção da cidade baseou-se no «le-gan» capitalista do «rouba, mi-faz», como se fosse impossível construir Brasília dentro de um plano normal de economia.

De outra parte, é uma ingenuidade supor que com Brasília estarão resolvidos todos os problemas do país, ou mesmo os problemas fundamentais do Brasil — o da libertação em face da espoliação imperialista e o da propriedade da terra

Creio, porém, que não se pode desconhecer a importância da existência de uma grande capital, onde antes havia mato, no coração do país, mais perto das populações do interior, massacradas pelo atraso, a fome e a exploração. As modernas estradas que hoje cortam aquela região, a formação de centros habitados a centenas de quilômetros de litoral, propiciando o surgimento de indústrias e de relações de produção mais avançadas do que as relações semifeudais que ali imperam — tudo isto mostra que Brasília constitui um fator de progresso. É difícil prever as largas perspectivas abertas com a construção da nova capital. A esta altura, a discussão mesma sobre a prioridade dos investimentos para outros empreendimentos mais essenciais passa para um plano secundário.

Mensagem de esperança

Numa casa modesta da Fundação da Casa Popular, onde reside, tive oportunidade de conversar com Oscar Niemeyer sobre a nova capital. O seu entusiasmo não é apenas do arquiteto que cria monumentos de arte plástica admirados em todo o mundo. Ele fala de Brasília com grande esperança, como afirmação de um justo sentimento de orgulho nacional, considera-a como uma realização altamente progressista. Quanto ao homem, ao que constrói a cidade, Niemeyer, cujas idéias avançadas são bem conhecidas, lamenta apenas «que o aspecto social não acompanhe o arquitetônico» e que os trabalhadores, cujo heroísmo no trabalho chega a comovê-lo, não tenham podido conquistar ainda aquilo a que têm legítimo direito.

«Receio que os que constroem Brasília — diz-nos Niemeyer — não possam sequer ver o que eles próprios criaram. Mas, não tardará muito a que essa situação deixe de existir.»



Niemeyer acredita

Dois anos atrás, Oscar Niemeyer, o mais famoso arquiteto brasileiro, fechou seu escritório nesta Capital, metendo a chave no bolso e largou-se para Brasília. De lá só saiu raramente, assim mesmo para vir ao Rio e logo depois voltar.

Cresce em São Paulo a Força do Proletariado

Teoria e Prática

O Que é a Mais-Valia

Resposta ao leitor Augusto de Souza Fonseca (Sorocaba — São Paulo)

JOSÉ A. DE CASTRO

Uma das mais significativas das últimas décadas em São Paulo é o aumento do peso específico do proletariado. Isto tem elevado seu papel na vida política e social no Estado.

Segundo as estatísticas oficiais, o número dos estabelecimentos industriais passou, de 1920 a 1950, de 4.145 para 25.000 e o operariado industrial de 83.000 a 488.000.

São Paulo atingiu 53.143 estabelecimentos, com 922.000 operários industriais. Os trabalhadores em transportes em 1957 atingiram 140.000. Segundo os dados da Secretaria de Agricultura do Estado, em 1955 o proletariado agrícola ultrapassava de 500 mil. Atingia-se, assim, mais de 1 milhão e meio de operários.

Ainda é lento o processo da concentração operária em grandes empresas, mas já é expressivo, pois somente três setores de produção — têxtil, metalúrgico e de alimentação, que inclui os usinos de açúcar — abrangem 57,4% de mão-de-obra e possuem 156 empresas de mais de 500 operários. Por sua vez, 2,8% do total das empresas, isto é, 1.408 ou mais de 100 operários atingem 60% do operariado. Mas há outro fenômeno de sua concentração que são os centros industriais. Só na Capital de São Paulo localizam-se 25.000 indústrias e mais de 500.000 operários. Incluindo algumas cidades circunvizinhas da capital, temos uma concentração de mais de 80% da indústria e seu proletariado.

A industrialização e a penetração do capitalismo no campo determinaram uma concentração de mais de 55% da população do Estado nas cidades.

Na medida em que se desenvolvem a indústria e o proletariado, aumenta a contradição entre operários e patrões.

Para enfrentar a carestia e a exploração crescente, o proletariado move lutas constantes. Tem obtido certos êxitos, como o salário mínimo de 5.900 cruzeiros e aumentos gerais de mais de 30%, no ano passado.

Apesar destas conquistas, o descontentamento é crescente diante da carestia e da exploração patronal. O operariado procura organizar-se e unir-se mais e apresentar-se para novas lutas, como demonstra a mais recente greve da Santos-Jundiaí. Tem arrancado conquistas pleiteadas há muitos anos, como o reconhecimento pelo Governo do Estado do Estatuto da União dos Trabalhadores da Estrada de Ferro de Sorocabana.

O proletariado, especialmente da capital do Estado, tem-se colocado à frente da luta contra a carestia, particularmente contra os frigoríficos estrangeiros e a política econômica-financeira dos governos. Tem contribuído para pelo menos amortecer a subida dos preços e sem dúvida contribuiu para que o governo de J. K. rompesse as negociações com o F.M.I., ao mesmo tempo que esclarece as massas sobre as causas essenciais da carestia.

Nas lutas contra o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, tem-se colocado na primeira fila. Formulou programas imediatos e gerais, como a defesa da Petrobrás e da indústria nacional, contra a Telefônica, a Bond and Share e outras empresas idênticas. Interferiu junto ao governo federal contra a inclusão do Sr. Lucas Lopes no Ministério. Tomou posição contra o Plano de Ação e as arbitrariedades policiais do governo do Estado, que vem procurando impedir as lutas dos trabalhadores.

O proletariado tem lançado mão das mais diversas formas de luta. Tem realizado os mais diversos tipos de assembleias: por fábricas, por setor, inter-sindicais e intermunicipais, imediatas e permanentes. Greves de longa e curta duração. Segundo dados do governo do Estado, foram realizadas 314 greves no ano de 1959. Houve greve total na Estrada de Ferro Paulista, o que não ocorria há 50 anos. No caso do porto, foi feita uma greve contra a exportação de carne pelos frigoríficos estrangeiros, e os ensacadores de café, que há 20 anos não recorriam a esse meio de luta, foram a uma greve de 9 dias. Assim tem o proletariado constantemente pressionado, por diversos focos, patrões, governos do Estado e Federal, e obtido êxitos.

Nos últimos anos, são raras as lutas desencadeadas que fracassaram. Pois se realizaram a base de melhor experiência e preparação, mais bem dirigidas.

Deste ascenso, o que se destaca é a sua tendência à unidade de ação. De alguns anos para cá, foram estabelecidas alianças inter-sindicais em campanhas reivindicatórias, como ocorreu na capital em 1954 e 1957. Nas lutas pelo salário mínimo, em 1958, contra o aumento das contribuições aos IAPs, por aumento de salários em 1959, pelo direito de greve, contra a carestia, etc., a unidade tem sido ampliada por diversos municípios do Estado. Estas alianças têm sido estabelecidas também com outras camadas, especialmente estudantes, funcionários públicos e massas populares. Tem arrastado para estas ações unitárias parlamentares e partidos políticos. Esforça-se para superar o setorismo de algumas categorias, especialmente dos transportes, a

fim de ampliar a unidade. Tem estendido sua solidariedade aos trabalhadores: do campo, como por ocasião da luta dos camponeses de Santa Fé do Sul contra os despejos, a sindicato de Bragança, quando atacado pela reação. Apoiou a conferência da ULTAB. Uma mudança no terreno da unidade vem-se operando nos últimos anos. Realizaram-se várias conferências e criaram-se novas federações e delegações das federações nacionais, passando aquelas de 8 para 14 e estas de 1 para 3 de 1957 para 1960. Esta tendência à unidade levou ao surgimento do pacto de unidade inter-sindical na capital, como organização horizontal que incluía dezenas de sindicatos.

Nos últimos 2 anos, surgiram pactos semelhantes em importantes municípios como Santos, S. André, Sorocaba, etc., os quais englobavam todos ou a maioria dos sindicatos do município ou de vários municípios.

No ano de 1959, operou-se uma mudança importante no movimento operário do Estado com o surgimento do conselho sindical dos trabalhadores do Estado de São Paulo. O CST conseguiu abarcar em seu seio todas as federações e sindicatos do Estado, de todas as categorias de trabalhadores — na indústria, comércio, transportes, etc. — incluindo acima de um milhão de trabalhadores. Esta central sindical do Estado, com todas as deficiências, constituiu um avanço bastante apreciável sobre o PUI. O CST do Estado está estruturado de forma que inclui todas as correntes políticas e ideológicas que influem no movimento operário. Sua executiva compõe-se de representantes, em pé de igualdade, das federações e sindicatos não federados. Sua presidência é exercida em rodízio.

Embora fora da atual estrutura sindical, o CST foi facilmente aceito pelos poderes constituídos, federais e estaduais. Nos poucos meses de existência, formulou um programa de reivindicações numa reunião plenária, com a participação de mais de 100 entidades sindicais, que incluem as reivindicações mais sentidas do proletariado, nacionalistas e democráticas.

O CST imediatamente se entrozou no processo das lutas e tomou posição nas questões mais importantes em curso, como a luta pela imediata aprovação do direito de greve e previdência social; contra o projeto de Diretrizes e Bases e outros. Criou plenários, municipais e regionais, estendendo a central sindical a todo o Estado, incluindo todos os sindicatos, fortalecendo a unidade e a organização do operariado. Luta pelo reconhecimento imediato pelos poderes constituídos dos sindicatos rurais. Esta tarefa mereceu um item especial no Congresso, pois é uma grande lacuna no movimento sindical do Estado a desorganização do proletariado rural.

O movimento operário de São Paulo enfrenta uma série de obstáculos que entravam o seu fortalecimento. Sofre a ação do imperialismo norte-americano, que atua no sentido de corromper e dividir o movimento operário para enfraquecê-lo. Este trabalho é realizado através do cônsul norte-americano, que oferece bolsas de estudo e excursões aos Estados Unidos. Difunde por todas as formas as idéias do «capitalismo popular» e o modo de vida norte-americano. Mantém organizado até um grupo de agentes brasileiros que editam um jornalzinho em português, chamado «Correio Sindical».

Outro obstáculo é devido à atuação do Secretário do Trabalho do governo do Estado, em estreita ligação com as

classes dominantes, em particular com a grande burguesia industrial, através principalmente do SESI e do SESC. Estes desenvolvem o trabalho para elevar sempre a novas formas a exploração dos operários, difundindo a chamada «paz social». Ao lado da velha tese do «círculo vicioso», para impedir a luta por aumento de salários, difundem a novíssima tese do «desenvolvimentismo industrial».

O movimento sindical, ao mesmo tempo que procura fortalecer-se dentro da atual estrutura sindical e ampliá-la também procura, passo a passo as laços que o amarram ao Ministério do Trabalho.

Outro entrave surgem das incompreensões setoriais no próprio meio da vanguarda sindical, que dificultam assim a unidade sindical, as lutas e a organização do movimento operário. Estas manifestações tiveram lugar particularmente no momento da formação do CST, que se apresentou como «nova etapa no desenvolvimento da unidade operária».

Outra debilidade particular, que se coloca dia a dia ante o movimento operário, é que seu desenvolvimento na cúpula não é acompanhado pela base. Exemplo disto são as duas principais categorias de operários da capital, metalúrgicos e têxteis: não vão além de 20% os sindicalizados. Ao mesmo tempo, cresce na cúpula sindical certa burocracia, engendrada pela influência reformista da ideologia burguesa e da própria estrutura sindical. Estes fatos dificultam maior ação do proletariado.

Os dirigentes mais avançados no movimento sindical, com ajuda dos comunistas, esforçam-se para enfrentar estes obstáculos. As teses reformistas e reacionárias respondem com a denúncia da ação dos tristes e da acentuada exploração dos patrões. Respondem com o incentivo à unidade e organização, com lutas por salários, maiores direitos, pela independência nacional e a democracia. Aumentam a difusão de sua própria imprensa, que atinge 150 mil exemplares. Outro exemplo são os novos sindicatos criados no Estado no período que vai de 1956 a 1960: de 240 para 330, além de 56 Associações em processo de transformação em sindicatos — Vários sindicatos aumentaram as delegações sindicais e sub-sedes em municípios e bairros. Grande luta se realiza pela escolha, legalização e manutenção dos delegados sindicais das empresas, sempre golpeados pelo patronato. Na recente luta salarial, os trabalhadores em costume conquistaram uma cláusula no contrato de trabalho que reconhece a atuação dos delegados nas empresas. Os delegados de empresa constituem tradição da organização dos operários gráficos e outros. Estes sindicatos são mais fortes. Mas são, ainda poucos que têm esta organização pela base.

Grças à criação do CST, foi possível, após 15 anos de tentativas, marchar para o II Congresso Sindical Estadual a realizar-se este mês, aspiração elevada e antiga do proletariado paulista. Este ascenso do movimento operário nos últimos anos resulta principalmente da persistente luta pela unidade e organização dos trabalhadores, contra as discriminações, pela ligação de suas lutas com as do povo, objetivando sempre acumular forças para embates maiores. E trabalhando nesta senda que superará os obstáculos a que se farte a principal força do Estado de São Paulo.

Pede o leitor um esclarecimento sobre a mais-valia. Cremos que a melhor forma de fazê-lo é reproduzir o trecho do trabalho de V. I. Lenin «Karl Marx» referente à mais-valia. É o seguinte o trecho de Lenin:

«Em certo grau do desenvolvimento da produção mercantil, o dinheiro transforma-se em capital. A fórmula da circulação mercantil era: M (mercadoria) — D (dinheiro) — M (mercadoria), ou seja: uma mercadoria era vendida para com o dinheiro de sua venda ser adquirida outra mercadoria. A fórmula geral da circulação do capital, ao contrário, é: D-M-D, ou seja: com o dinheiro compra-se uma mercadoria para ser vendida com lucro. Marx chama «mais-valia» a esse acréscimo do primitivo dinheiro posto em circulação. O modo pelo qual se verifica esse «acréscimo» do dinheiro na circulação capitalista é conhecido por todos. Precisamente esse «acréscimo» transforma o dinheiro em «capital» que é, desse modo, uma relação social específica e historicamente determinada da produção. A mais-valia não pode provir da circulação das mercadorias, porque ela compreende apenas o comércio entre iguais, e não pode também provir dum aumento de preços, porque os lucros e perdas recíprocos do vendedor e do comprador se compensam. Deve-se notar que falamos dos fenômenos sociais gerais e não de fenômenos individuais. Para obter a mais-valia:

«é preciso que o possuidor do dinheiro possa encontrar no mercado uma mercadoria cujo valor de uso tenha a propriedade característica de ser origem do valor» (O Capital, t. I); uma mercadoria cujo processo de uso seja ao mesmo tempo um processo de criação de valor. Tal mercadoria existe: é a força de trabalho do homem. Seu uso é o trabalho, e o trabalho cria o valor. O possuidor do dinheiro compra a força de trabalho pelo seu valor, que é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção (e que quer dizer: o custo da manutenção do operário e de sua família). Comprando a força de trabalho, o possuidor do dinheiro passa a ter o direito de consumi-la, isto é, de fazer com que o operário trabalhe todo o dia ou, digamos, doze horas.

Mas em seis horas (tempo de trabalho «necessário») o operário cria uma quantidade de produtos que basta para cobrir o seu próprio valor como mercadoria, isto é, o custo de sua existência. Nas seis horas restantes (tempo de trabalho «suplementar» ou sobre-trabalho) o operário cria um produto suplementar não pago pelo capitalista e que constitui a mais-valia. Do ponto de vista do processo de produção, todavia, é preciso distinguir duas partes no capital: o capital constante, que é representado pelos meios de produção (máquinas, instrumentos de trabalho, matérias-primas, etc.), transfere-se para o produto acabado; e o capital variável, representado pela força de trabalho, que cria a mais-valia. Para exprimir o grau de exploração da força de trabalho por parte do capital é preciso, portanto, relacionar a mais-valia, não com o capital total, mas unicamente com o capital variável. A taxa de mais-valia, como Marx designa essa relação, será, conforme nosso exemplo, de 6/6, ou de cento por cento.

A condição histórica para que o capital apareça é, em primeiro lugar, a acumulação de determinada soma de dinheiro nas mãos de poucas pessoas, num nível já relativamente elevado da produção mercantil; e, em segundo lugar, a existência do operário «livre» em dois sentidos: livre de qualquer constrangimento ou limitação da força de trabalho e livre de terras ou de meios de produção, isto é, a existência do trabalhador sem «recursos», do «proletário», que não possui outra coisa além da possibilidade de vender sua própria força de trabalho».

Prestes Saúda o P.C. Português

A propósito da fuga dos cárceres portugueses de Alvaro Cunhal e outros dirigentes comunistas, Luiz Carlos Prestes enviou ao Comitê Central do Partido Comunista Português a seguinte saudação:

«Rio, 25 de março de 1960. Ao Comitê Central do Partido Comunista Português

Queridas camaradas: Ao tomar conhecimento de que Alvaro Cunhal e outros camaradas do Partido Comunista Português alcançaram a liberdade e retornaram aos seus postos de combate, após se enveredarem da fortaleza de Peniche, onde estavam encarcerados pela ditadura salazarista, os comunistas de Brasil saudam o Partido Comunista Português e o bravo povo de Portugal. É para nos motivo de regozijo ver-

ficar que a luta pela instauração de um regime de liberdade e legalidade em Portugal atingiu já ao elevado nível que permitiu, nas condições de terror e violências do atual regime fascista português, a evasão desses patriotas de uma das piores bastilhas salazaristas.

Saudando todas as forças anti-salazaristas, fazemos votos pela sua mais completa unidade e pela mais rápida solução do problema político português. Ao mesmo tempo reafirmamos nossa disposição de prosseguir ao lado do movimento operário e democrático internacional no trabalho de solidariedade aos presos e perseguidos políticos da ditadura salazarista e pela sua imediata libertação. Saudações comunistas.

Luiz Carlos Prestes

Aniversário de V. I. Lenin: Comemorações Programadas

O 90º aniversário de nascimento de V. I. Lenin, que transcorre a 22 de abril, será comemorado em todo o mundo com expressivas homenagens ao glorioso líder da Revolução Socialista de Outubro e fundador do Estado Soviético.

No Brasil, está sendo organizada uma ampla comissão que patrocinará os atos comemorativos. Entre outras iniciativas, estão programadas as seguintes:

- Conferência do dirigente comunista Jacob Gorenber sobre «A contribuição de Lenin ao marxismo», dia 22, às 20 horas, no 2º andar da ABI.
- Palestras educativas nos bairros,

pronunciadas por dirigentes comunistas, que destacarão os aspectos fundamentais do leninismo e assinalarão a atualidade dos ensinamentos de Lenin em relação com os problemas brasileiros.

— Edição da importante obra teórica de Lenin — «O esquerdismo, doença infantil do capitalismo».

Em São Paulo e em outros pontos do país estão sendo programadas, igualmente, as comemorações do 90º aniversário do grande pensador e dirigente marxista.

NOVOS RUMOS dedicará sua edição de 22 de abril à memória de Lenin.

História do Movimento Operário

(LVIII)

Antecedentes Camponeses da Revolução Russa de 1905-07

O ano de 1905 foi assinalado pelos primeiros acontecimentos de um fato histórico de extraordinária importância no movimento operário internacional — a revolução de 1905-07 no Império da Rússia.

A Rússia, no início de nosso século, apresentava-se como país extremamente atrasado em comparação com os grandes países capitalistas. Sua economia era predominantemente agrícola. A imensa maioria das terras pertencia, sob a forma de grandes propriedades, a um punhado de nobres latifundiários, ao czar (apanágio) e aos mosteiros. Durante séculos e séculos tinha-se explorado nessas terras a milhões de camponeses, sob o regime feudal, o regime servil. Ao servo da gleba, como sabe o leitor, não se reconhecem quaisquer direitos civis. Segundo o direito servil, ele não era dono sequer do seu próprio ser físico. O latifundiário podia comprar e vender à vontade os camponeses-servos, assim como a qualquer pessoa das famílias destes.

O lento desenvolvimento do capitalismo, na antiga Rússia, acabou por levar as relações de produção feudais do agro russo a uma situação de crise, em meados de século XIX. A marcha para essa crise foi assinalada por todo um ciclo de cruentas lutas das massas oprimidas do campo. De 1821 a 1861 tiveram lugar 186 revoltas camponesas. Nessas se evidenciava, crescentemente, a aspiração espontânea dos camponeses à tomada das terras dos senhores, à eliminação do jugo servil.

Finalmente, diante da aguda situação criada, o czar Alexandre II promulgou, a 19 de fevereiro de 1861, as «Posturas» sobre a revogação do direito servil. Tratava-se de uma reforma agrária antifeudal que ficou conhecida como a «reforma camponesa de 1861». Por ela, a pessoa do camponês tornava-se livre, ele recebia alguns direitos civis. Ao mesmo tempo, a reforma separava a comunidade rural camponesa da propriedade latifundiária.

Na Rússia, diferentemente do que ocorreria em quase todos os países, a comunidade rural, — surgida, via de regra, nos tempos remotos da sociedade comunal primitiva, — manteve-se até a época do feudalismo. Mais ou menos modificada como instituição social camponesa, passou a existir dentro da grande propriedade feudal, posta a serviço do regime servil.

Pela reforma de 1861, as terras das comunidades rurais deviam ser expropriadas dos latifundiários feudais, mediante indenização. Estes, ao fazerem as separações, roubaram torpemente os camponeses. Em 36 províncias do Império, por exemplo, «separaram» em seu favor mais de cinco milhões e meio de hectares (aproximadamente a superfície do Estado de Minas Gerais) das terras das comunidades. Ao todo, as massas camponesas ficaram com 18% menos de terra do que as que usavam antes da reforma. Além disso, os latifundiários tiveram o cuidado de «separar» para os camponeses as terras piores. Estas valiam, segundo os preços de mercado, 541 milhões de rublos, mas por elas o governo czarista entregou aos latifundiários 867 milhões.

Quanto aos camponeses, como resgate pelos lotes recebidos e pela sua libertação, deviam em 50 anos reembolsar os cofres do czar da fortuna de milhões que este

pusera nas mãos dos grandes senhores. Enquanto não terminassem o pagamento, ficariam «temporariamente obrigados», isto é, continuariam sujeitos à corvêia, à prestação de serviços gratuitos em favor dos antigos senhores. Até 1905 os camponeses tinham entregue já ao tesoureiro czarista, a título de resgate, cerca de dois bilhões de rublos.

Para completar o quadro da reforma de 1861, é preciso dizer que os lotes não foram entregues como propriedade a cada família camponesa. Pertenciam à comunidade rural, sendo cedidos apenas em usufruto. Segundo as «Posturas», de sete em sete anos cada comunidade devia ser loteada em parcelas proporcionais ao número de pessoas de cada família. Os lotes resultantes eram muito pequenos. No melhor dos casos, — e isso era muito raro, — atingiam 13 hectares. Como se dizia: o camponês passara a ter terra que até uma galinha podia ficar em pé nela, numa perna só.

Os lotes não davam, em geral, para assegurar o mínimo necessário à subsistência familiar. Assim, os servos libertados ou iam trabalhar nas terras do latifundiário ou deste arrendavam mais um pedacinho de chão para poderem viver. Submetidos, de uma ou de outra forma, a condições leoninas de exploração, os camponeses, formalmente libertos, de fato continuavam sob o jugo dos grandes

senhores, tornando-se parceiros ou arrendatários semi-servos. Seu descontentamento profundo contra as ignomínias da reforma de 1861 expressou-se nos dois anos a esta subsequentes, na eclosão de mais de 1.500 revoltas camponesas.

Apesar, entretanto, do seu caráter profundamente conservador e reacionário, apesar de manter a propriedade latifundiária e outras sobrevivências da servidão, a verdade é que a reforma de 1861 representou um passo adiante de grande significação no sentido do desenvolvimento mais desimpedido do capitalismo na Rússia. Desde então, com efeito, as forças produtivas e as relações de produção capitalistas passaram a expandir-se a elevados ritmos no país. Esse fato, com o tempo, não podia deixar de conduzir a um reagrandamento, em nível superior, das contradições agrárias que longe estavam de ter sido resolvidas pela limitada reforma de 1861. Para tanto concorria, em particular, a circunstância de que a economia camponesa, embora para o peso avassalador do latifúndio, fora, entretanto, atraída, no essencial, às relações de produção capitalistas.

As vésperas da revolução de 1905 estavam já definidas com bastante nitidez os dois caminhos contraditórios do desenvolvimento capitalista no agro russo: o caminho da economia camponesa capitalista independente e o caminho da economia latifundiária capitalista do tipo «junkers» (Ver Cap. XVIII, em NOVOS RUMOS, N.º 18). E justamente porque essas duas vias estavam bem caracterizadas, aproximava-se de um novo ponto agudo a luta entre as massas camponesas — que exprimitam socialmente a tendência revolucionária à eliminação da grande propriedade latifundiária — e a nobreza latifundiária, — que representava a manutenção da grande propriedade agrária, sua lenta transformação em economia capitalista apoiada nas sobrevivências feudais, na opressão e miséria sem nome das massas camponesas semi-servas.



Falando aos baianos

A convite de amigos e admiradores, Prestes esteve na Bahia durante 4 dias, realizando conferências, participando de comícios e mantendo conversações com políticos do Estado.



Bahia e Brasil

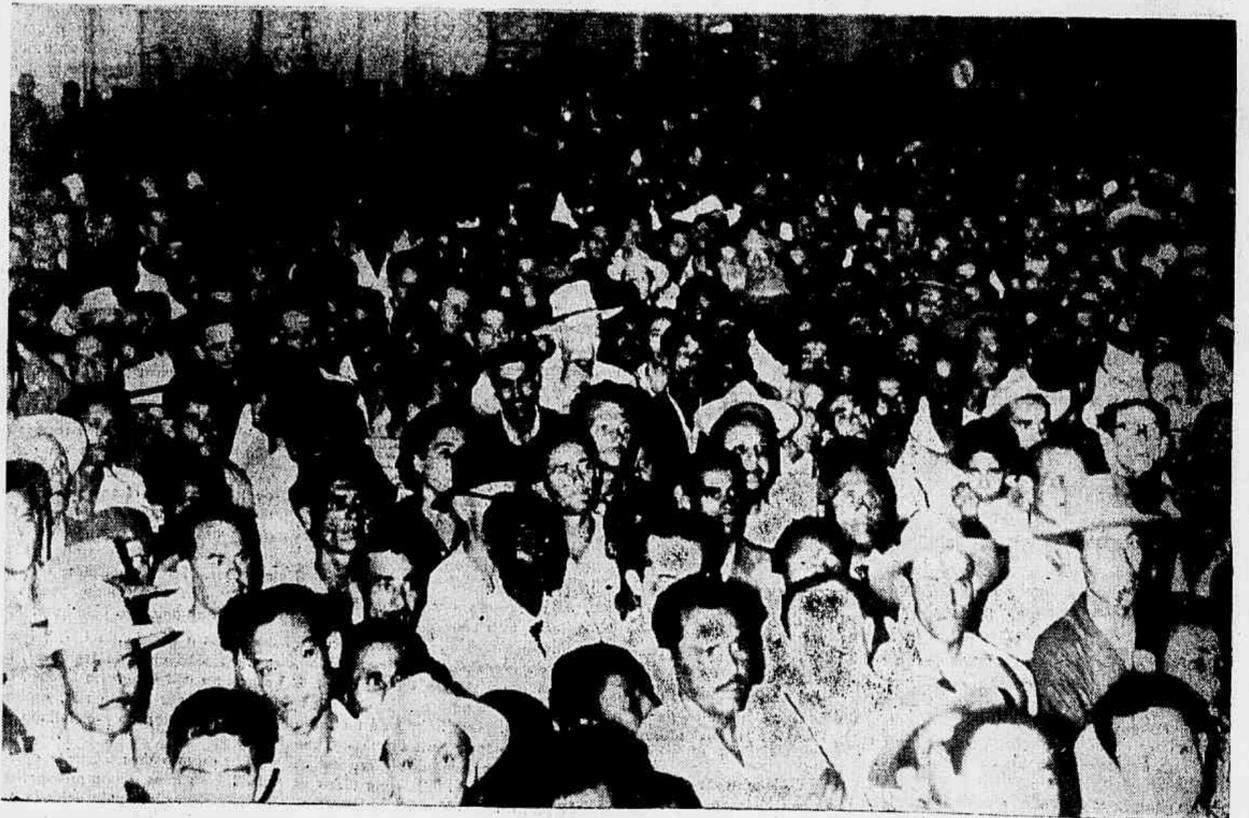
Em Salvador, com o governador Juracy Magalhães e o prefeito; em Feira de Santana, com o chefe do Executivo local (foto), Prestes discutiu problemas do Brasil e da Bahia.

Prestes foi ver o que é que a Bahia tem



Encontro com trabalhadores

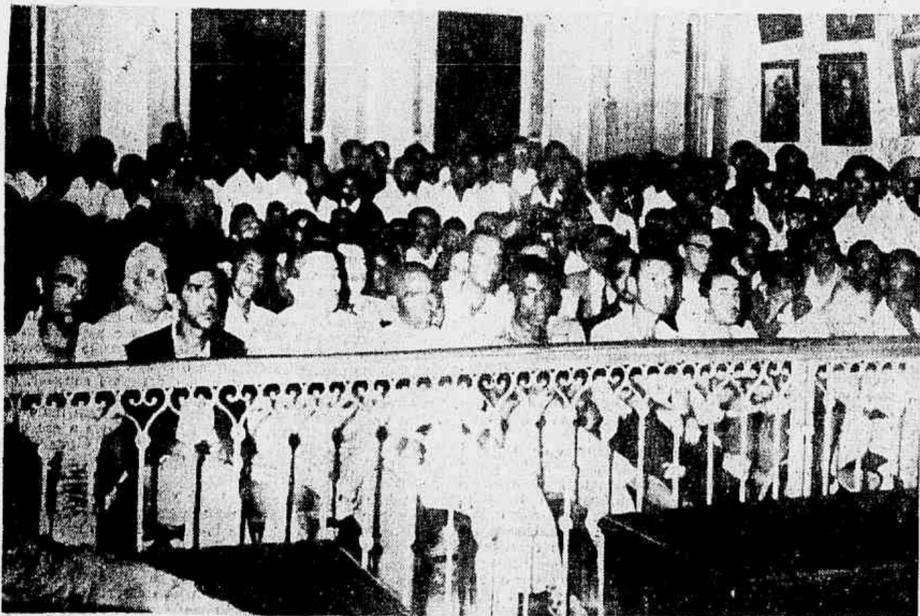
Associação dos Ferroviários (Salvador) e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo (Feira de Santana) foram os locais escolhidos pelos operários baianos para discutir com Prestes. As reuniões estiveram concorridas e, nelas, o líder comunista apreciou, principalmente, o problema da luta de classes e da Frente Única. Em Feira de Santana, foi saudado pelo dirigente sindical Waldomiro Alves dos Santos (foto).



Quinze mil pessoas estiveram na Praça dos Mares, em Salvador, e oito mil lotaram a praça João Pedreira, em Feira de Santana, ouvindo Prestes. Os nomes de Lott e Jango foram delirantemente aclamados pela multidão, quando Prestes a eles se referiu como os candidatos dos nacionalistas para derrotar os entreguistas. Líderes sindicais e populares, personalidades políticas do Estado participaram das duas manifestações públicas.

NOVOS RUMOS

Povo encheu as praças



Galerias cheias

Enorme massa popular lotou completamente o recinto da Câmara Municipal de Feira de Santana, quando da sessão especial realizada para homenagear Luiz Carlos Prestes. Durante a solenidade, falando em nome dos vereadores de todas as bancadas, saudou o visitante o edil Humberto Mascarenhas. O prefeito esteve presente ao ato, assim como o deputado estadual Wilson Falcão.



Hóspede oficial

Na capital baiana, e também em Feira de Santana, Prestes foi recebido como hóspede oficial. Em Salvador, o prefeito Heitor Dias designou um representante para receber o líder comunista, assim como pôs uma viatura oficial a disposição deste durante sua estada na cidade. Em Feira de Santana, Prestes foi recebido oficialmente na Câmara Municipal, pelo prefeito Arnold Silva.